

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

BRUNA SILVA DUARTE

**JORNALISMO INTERNACIONAL: O JORNAL BRASILEIRO NA
COBERTURA DA CRISE HUMANITÁRIA MUNDIAL**

VOLTA REDONDA
2017

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO JORNALISMO

BRUNA SILVA DUARTE

**JORNALISMO INTERNACIONAL: O JORNAL BRASILEIRO NA
COBERTURA DA CRISE HUMANITÁRIA MUNDIAL**

Projeto de pesquisa científica apresentado ao curso de Jornalismo, como requisito parcial de apresentação na disciplina de TCC.

Aluna:

Bruna Silva Duarte

Orientador:

Professor Doutor Heitor da Luz Silva

VOLTA REDONDA
2017



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: ___Jornalismo internacional: o jornal brasileiro na cobertura da crise humanitária mundial___
elaborado por ___Bruna Silva Duarte___,
apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do curso de Jornalismo.

Aprovada em 05 de dezembro de 2017.

Banca Avaliadora:

Professor Orientador

Heitor da Luz Silva, Doutor, Centro Universitário de Volta Redonda

Professor Avaliador

Eduardo Jorge Nascimento de Oliveira, Mestre, Centro Universitário de Volta Redonda

Professor Avaliador

Rogério Martins de Souza, Doutor, Centro Universitário de Volta Redonda

DEDICATÓRIA

À todos que passam por dificuldades e lutam por um lugar no mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Leila e ao meu pai Élcio, pela oportunidade de cursar uma faculdade, por me incentivarem na escolha pelo jornalismo e pelo apoio contínuo, que me deu força para finalizar este trabalho.

À minha irmã Bianca e meu cunhado Raphael, que não medem esforços para estarem ao meu lado quando preciso.

Ao meu professor e orientador, Heitor, pela paciência e tempo dedicados à orientação e realização deste trabalho que tanto significa para mim.

À Juliana que, em anos de amizade, me acolheu por inúmeras vezes e está sempre presente, passando comigo pelas dificuldades e pelos bons momentos.

À Luciana, que acreditou em mim quando não imaginei que eu seria capaz. Pelo carinho e pelas palavras que me encorajaram a não desistir.

Aos irmãos da Casa Espírita Filhos de Oxalá, que me dão suporte e cuidam de mim como família.

E, principalmente, à Deus, que colocou essas pessoas no meu caminho, que me guia e que me dá força.

RESUMO

A recente crise humanitária mundial eclodiu no início de 2017 e foi anunciada pela ONU como a pior crise desde o fim da Segunda Guerra. Cerca de vinte milhões de pessoas enfrentam uma situação de extrema fome no Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália. Nesse contexto, o jornalismo tem um importante papel na repercussão das notícias e na forma com que estas são produzidas e divulgadas, já que a mídia é determinante na formação da perspectiva de mundo do leitor. O jornalismo internacional é uma editoria criada que, genericamente, abrange todo conteúdo informativo sobre o exterior de cada país de origem. As agências de notícia são uma das fontes para esta apuração a longa distância, assim como os correspondentes e jornalistas locais. Desta forma, o trabalho tem como objetivo avaliar a atuação da imprensa brasileira, visando compreender o seu nível de autonomia na produção de tais conteúdos. Partiu-se da hipótese de que o jornalismo brasileiro não possui voz própria na cobertura da atual crise humanitária. Para tanto, optou-se como recorte metodológico a análise do jornal O Estado de São Paulo, um dos maiores em tiragem no Brasil. O desenvolvimento deste estudo permitiu a realização de uma pesquisa acerca de seu discurso jornalístico, que apresentou um direcionamento relativamente baixo ao tema da crise, assim como pouca profundidade na exploração de um assunto que se mostra tão atual e relevante socialmente.

Palavras-chave: jornalismo internacional; crise humanitária; imprensa brasileira.

ABSTRACT

The recent global humanitarian crisis erupted in the beginning of 2017 and it was announced by ONU as the worst crisis since the end of the Second World War. Around twenty million people face a situation of extreme hunger in Yemen, South Sudan, Nigeria and Somalia. In this context, journalism has an important role in the repercussion of news and in the way that they are produced and spread, since the media is determinant in the shaping of the world's perspective of the reader. The international journalism is a created editorial office that generically comprehends all the informative content about the exterior of each country of origin. The news agencies are one of the sources to that ascertainment in a long distance, just like the correspondents and local journalists. Therefore, the goal of this paper is to evaluate the performance of the brazilian press, trying to understand its level of autonomy in these contents' production. It has come from the hypothesis that the Brazilian journalism doesn't have its own voice in the coverage of the recent humanitarian crisis. For this purpose, it has been chosen as a methodology the analysis of O Estado de São Paulo Newspaper, one of the biggest in impression in Brazil. The development of this study has allowed an accomplishment of a research about its journalistic discourse that has presented a relatively low targeting of the crisis theme, just like little depth in the exploration of a subject that is so socially current and relevant.

Key words: international journalism; humanitarian crisis; brazilian press.

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”.

Milton Santos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HISTÓRICO DO JORNALISMO INTERNACIONAL	15
2.1 O nascimento do Jornalismo	15
2.2 O Jornalismo Internacional no Brasil	18
2.3 O Jornalismo Internacional como especialização	22
3 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO APLICADAS AO JORNALISMO INTERNACIONAL	26
3.1 <i>Gatekeeping</i> e o processo de seleção das notícias internacionais	26
3.2 <i>Newsmaking</i> e as agências de notícia	28
3.2.1 As agências como fonte de notícia internacional	31
3.2.2 A pesquisa em Comunicação de Massa na América Latina	37
3.3 <i>Agenda setting</i>	40
3.4 Ciência dos Jornais, entrevista e jornalismo internacional.....	42
4 OS PAÍSES EM CRISE – IÊMEN, SUDÃO DO SUL, NIGÉRIA E SOMÁLIA	46
4.1 A definição de crise humanitária, o papel da mídia e os perigos da cobertura jornalística em locais de conflito	46
4.1.1 A crise humanitária definida a partir da ajuda humanitária	46
4.1.2 O papel da mídia nas crises humanitárias	47
4.1.3 Os perigos da cobertura jornalística em locais de conflito	49
4.2 A atual crise, os protocolos internacionais e o <i>media intervention</i>	52
4.2 Iêmen	56
4.3 Sudão do Sul	61
4.4 Nigéria	65
4.5 Somália	69
5 A CRISE HUMANITÁRIA SOB O OLHAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	74
5.1 Metodologia da pesquisa: uma introdução à análise	74
5.2 Análise da atual crise humanitária mundial a partir do Caderno Internacional do Estadão	77
5.2.1 Pesquisa quantitativa	77
5.2.2 Pesquisa qualitativa.....	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
7 REFERÊNCIAS	87
8 ANEXOS	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agências de notícia globais	33
Figura 2 – Alerta de emergência	52
Figura 3 – Iêmen na Península Arábica	57
Figura 4 – Sudão do Sul, África	61
Figura 5 – Nigéria, África	65
Figura 6 – Somália, Chifre da África	70
Figura 7 – Diferença entre as edições Brasil e São Paulo	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de matérias em cada categoria	78
Gráfico 2 – Subcategorias da Categoria 2	79
Gráfico 3 – Incidência dos países nas matérias	80
Gráfico 4 – Evolução das categorias ao longo dos meses	80
Gráfico 5 – Divisão das matérias por autoria	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias de análise do material	77
---	----

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa se fundamenta na atual crise humanitária mundial, a pior desde a Segunda Guerra, em 1945. Cerca de vinte milhões de pessoas estão passando por extrema fome no Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália. Em meados de março de 2017, quando a ONU¹ alertou o mundo sobre esta crise, os países envolvidos necessitavam, como fundos imediatos, de cerca de US\$ 4,4 bilhões até julho do mesmo ano. Porém, meses depois de a mídia informar tais previsões das Nações Unidas, segundo relato de Deepmala Mahla², diretor do país Sudão do Sul na agência internacional de ajuda humanitária *Mercy Corps*, ele e sua equipe ainda encontram vilas que não receberam ajuda.

Partindo da presunção de que a mídia tem poder de incentivar governos a tomarem atitude em relação à intervenção de acontecimentos globais, como a crise da fome, busca-se compreender se a imprensa brasileira tem voz própria na atual conjuntura mundial da crise humanitária. Desse modo, tem-se como objetivos específicos: avaliar se o tema tem espaço no jornal brasileiro e se é possível identificar a existência de material original na cobertura sobre a crise.

O trabalho propõe três hipóteses para a pesquisa. A primeira, de que o jornal brasileiro não tem voz na cobertura da atual crise humanitária mundial. A segunda, leva em consideração as dificuldades da apuração a longa distância, assim como os perigos de se cobrir locais em conflito e o alto custo para enviar e manter correspondentes no exterior. Portanto, acredita-se que o número de matérias elaboradas por agências de notícia é maior do que as de jornalistas, contratados pelo jornal ou *freelancers*. A terceira hipótese está relacionada aos veículos de comunicação dos países envolvidos na atual crise. Pretende-se confirmar, ou não, que o conteúdo das matérias encontradas possui um número satisfatório de menções aos meios de comunicação dessas regiões.

Por conseguinte, optou-se como recorte metodológico a análise do jornal O Estado de São Paulo, um dos maiores em tiragem no Brasil. O período delimitado foi

¹ Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-mundo-enfrenta-maior-crise-humanitaria-desde-1945,70001695766>> Acesso em março 2017.

² Disponível em: <<https://www.mercycorps.org/articles/south-sudan/south-sudan-famine-threat-still-looms>> Acesso em outubro 2017.

o de 11 de março de 2017, data em que a primeira notícia sobre o assunto foi publicada pelo Estadão online, até o dia 30 de setembro, quando se finaliza a pesquisa. O desenvolvimento deste estudo procura compreender o discurso jornalístico em questão, a fim de verificar os dados e explorar seus resultados.

Para um melhor entendimento do tema, o primeiro capítulo apresenta um histórico do jornalismo brasileiro, desde o surgimento do jornalismo até a sua consolidação no Brasil. Desse modo, é introduzida a história do jornalismo internacional e do seu desenvolvimento como especialização. Portanto, em vista da necessidade de se compreender os fundamentos dessa área para captar as referências na pesquisa, o segundo capítulo trata das Teorias da Comunicação. As teorias mais relevantes para o estudo foram o *gatekeeping*, o *newsmaking* e a *agenda setting*.

Em seguida, no terceiro capítulo, a crise humanitária é definida a partir da ajuda humanitária, buscando esclarecer os seus pontos mais atuais. No contexto, é apresentado o papel da mídia na intervenção dessas crises, e, por conseguinte, é tratada a questão da segurança dos jornalistas na cobertura de locais em conflito. Ainda no terceiro capítulo, para explicitar alguns desses locais no contexto da pesquisa, é desenvolvido um breve histórico dos países envolvidos na atual crise humanitária.

O quarto capítulo parte para a análise quantitativa e qualitativa do tema abordado no Estadão. A partir das matérias encontradas, dos dados adquiridos e dos gráficos utilizados para ilustrar os seus resultados parciais, o estudo buscou expressar a relevância social e acadêmica do tema. Por fim, o quinto e último capítulo revela as considerações finais da pesquisa.

2 HISTÓRICO DO JORNALISMO INTERNACIONAL

Neste capítulo serão apresentadas as diferentes visões relacionadas ao surgimento do jornalismo, assim como a sua evolução e o caminho percorrido para a consolidação do Internacional como editoria, mais especialmente no Brasil, diante da lógica de modernização marcada pela especialização. Tais aspectos serão imprescindíveis para a compreensão dos critérios de cobertura e noticiabilidade do Jornalismo Internacional.

2.1 O nascimento do Jornalismo

Mesmo antes de Gutemberg, que, segundo Santos³ “foi um dos principais protagonistas da montagem de uma prensa melhorada” (SANTOS, 2012, p. 15), as notícias já circulavam de forma esporádica na Idade Média. Pena (2008) descreve que Veneza foi o mais importante centro de informações da Europa na época, e, a partir de informações manuscritas, o comércio e a vida nas cidades europeias se desenvolveram até que, a periodicidade as transformou em gazetas, os primeiros jornais conhecidos. Porém, segundo o autor, a impressão foi o que realmente revolucionou a história do jornalismo.

Pena reflete também sobre a essência do ser humano em relação à sua necessidade de comunicação e o seu medo do desconhecido. Para o autor,

[...] o medo do desconhecido não vem só da natureza, mas também da geografia. Longas e intransponíveis distâncias potencializam o desconhecimento e, conseqüentemente, o medo e a imaginação. [...] Já que não podemos estar em vários lugares ao mesmo tempo, queremos, pelo menos, acreditar que sabemos o que acontece nos mais longínquos rincões do universo, e, para isso, mandamos correspondentes, relatores ou alguma tecnologia que possa substituir o relato do homem. (PENA, 2008, p. 22-23.)

Em seu livro “1000 Perguntas sobre Teoria da Comunicação”, trata de uma questão semelhante. Respondendo à pergunta “Por que a comunicação alivia a angústia do desconhecimento?”, o autor afirma que “Com informações sobre o outro e sobre o mundo, o homem acredita que pode administrar sua vida de forma mais estável e coerente, sentindo-se um pouco mais seguro para enfrentar o cotidiano de

³ Disponível em: <<http://periodicosuniarjp.com.br/percepcoes/article/view/25/81>> Acesso setembro 2017.

seu meio ambiente”. (PENA, 2012, p. 5). Tal pergunta, ilustra, então, o jornalismo internacional.

A expansão do saber além das fronteiras acentuou-se a partir do século XVII, quando, segundo Marques de Melo (2012), o panorama europeu foi marcado pelo enfraquecimento da censura por parte da igreja e o crescimento do mercado. O autor descreve o período registrando que “a intensificação do comércio internacional agitou as cidades portuárias, onde os grandes importadores/exportadores demandavam informações precisas para a tomada de decisões estratégicas”. (*Ibid*, p. 172).

É nessa conjuntura que Marques de Melo (2012) faz uso da analogia da lupa e da luneta para elucidar a evolução dos boletins informativos, transformados em gazetas (semanais) e logo depois em jornais (diários). Segundo o autor,

[...] então, (os jornais) experimentaram uma oscilação entre duas funções: disponibilizar notícias dos acontecimentos ocorridos em territórios distantes (uma espécie de luneta informativa) ou elaborar relatos em profundidade dos fatos relevantes da atualidade nacional ou local (servindo como lupa jornalística). (MARQUES DE MELO, 2012, p. 172).

Tal evolução levou os jornais diários a se afirmarem no século XVIII, identificado na história como o “século das revoluções”, e isso deu “consistência ao jornalismo e credibilidade aos jornalistas.” (*Ibid*, p. 173).

O jornalista e professor João Batista Natali⁴ expõe a história do jornalismo a partir da concepção de que “o jornalismo nasceu internacional” (NATALI, 2004, p.13). O autor considera que a sua consolidação ocorreu no final do século XVIII e afirma que o jornalismo internacional não nasceu com o capitalismo, mas com o mercantilismo que já precisava dele, o criou – surgindo no começo do século XVI, na Europa, juntamente com a criação da *newsletter*, do banqueiro Jacob Fugger – e se consolidou mais tarde com a industrialização do correio. Tal *newsletter* continha as primeiras notícias e análises econômicas e políticas, voltadas para assuntos internacionais, como afirma Natali (2004).

⁴ Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncqb3JuYWxpc21vZl2>> Acesso abril de 2017.

É neste cenário que os governantes também se preocupavam com a comunicação, pois ela era o principal motivo para que tivessem investido na melhoria das estradas para, então, agilizar a expansão do sistema postal com o objetivo de propagar seus comandos de forma mais rápida das capitais para as províncias no seu processo de centralização dos Estados europeus, conforme relatam Briggs e Burke (2006). Por isso, Natali (2004) sustenta que a periodicidade é o que diferencia o jornalismo internacional dos relatos impressos sem compromisso, pois, segundo o autor, “o cliente e leitor tinham a garantia de que tomariam decisões com base em dados políticos e econômicos mais recentes, para com isso diminuir o fator risco.”. (NATALI, 2004, p. 14).

Porém, Pena (2008) não considera a periodicidade como o único elemento que caracteriza uma publicação jornalística. O autor a considera junto à atualidade, à publicidade e à universalidade dos temas. Por isso, “a temporalidade não se refere ao fato, mas à forma como é transmitido, ou melhor, mediado. É o instante da mediação que realmente conta.”. (PENA, 2008, p. 39). A ideia defendida pelo autor é a de que “a novidade nem sempre é atual e a atualidade nem sempre é nova”. (*Ibid*, p. 39).

Por conseguinte, segundo Agnez⁵ (2015), o jornalismo internacional contou com o desenvolvimento das tecnologias para agilizar, auxiliar e mudar as formas que as notícias circulavam no exterior. De tal modo, segundo Renata Castro⁶ (2006), “os avanços tecnológicos aplicados à prensa de Guttemberg seriam, portanto, fundamentais para o jornalismo internacional, assim como o desenvolvimento do comércio” (CASTRO, 2006, p. 12).

Sendo assim, Agnez (2015) reafirma a convicção de Natali (2004) quando assinala que o jornalismo internacional se apresentava como uma maneira de se receber informações de outros países, mas que “foi somente no século XIX que as redes de comunicação foram organizadas sistematicamente em escala global” (*Ibid*, p. 315). Agnez (2015) ainda justifica com a citação de Thompson que “isso se deveu em parte ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a dissociar a

⁵ Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/1984-6924.2015v12n2p314/30665>> Acesso junho 2017.

⁶ Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1491/3/RMMCastro.pdf>> Acesso maio 2017.

comunicação do transporte físico das mensagens” (THOMPSON, 1998 *apud* AGNEZ, 2015, p. 315). Tal realidade não foi diferente no contexto brasileiro, assunto que será desenvolvido no tópico a seguir.

2.2 O Jornalismo Internacional no Brasil

Em meio às considerações do nascimento do jornalismo, cabe citar o trabalho de Marialva Barbosa (2013) em seu livro “História da comunicação no Brasil”. De acordo com a autora, a Corte Portuguesa, que chegou em 1808 ao Brasil, trouxe na bagagem o material necessário para que se realizasse a impressão regular do primeiro jornal brasileiro. Contudo, esse poder central conhecia a possibilidade do meio se tornar um instrumento de expressão e possível crítica intelectual, portanto, mudou subitamente seus conteúdos. Considerando a *Gazeta do Rio de Janeiro* o primeiro jornal a difundir-se no Brasil, Barbosa (2013) exemplifica a situação. Segundo a autora,

a Gazeta, em seu primeiro ano de existência, publicará entre os seus temas mais recorrentes informações sobre a Guerra da Europa e as ações dos vassallos do rei para que houvesse a Restauração em Portugal e a expulsão do exército Napoleão, comandados por Junot. (BARBOSA, 2013, p. 40).

Sustentando essa afirmação, é conveniente citar Aguiar⁷ (2008) quando este aponta que os primeiros jornais brasileiros estavam voltados para os acontecimentos de fora do país, pois a elite brasileira se encontrava muito mais preocupada com a Guerra na Europa e seu desenrolar que determinaria sua possível volta a Portugal. De acordo com o autor “[...] seja qual for o veículo tomado como marco para o nascimento da imprensa nacional, o fato é que jornalismo brasileiro nasceu em 1808 com os olhos voltados para fora.” (AGUIAR, 2008, p. 1). Há ainda ideias que contrariam essa visão. Segundo Espinosa:

os acontecimentos sobre o exterior entraram nas páginas dos jornais tardiamente, porque não havia formas de compilação de fatos ou porque o interesse não transcendia fronteiras. Assim foi, em geral, a história da imprensa no mundo. O jornalismo nasceu como uma

⁷ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/por-uma-historia-do-jornalismo-internacional-no-brasil.pdf>> Acesso abril 2017.

atividade de comunicação local, com uma vocação comunitária. A primeira agência de notícias internacionais é organizada no segundo quartel do século XIX. As notícias sobre o exterior ganham seu espaço na imprensa diária quase um século depois da Revolução Industrial. (ESPINOSA *apud* AGUIAR, 2008, p.2)

No entanto, seria um equívoco, como dito por Natali, que se acreditasse nisso, pois, segundo o autor,

poderíamos supor que o jornalismo surgiu como atividade que fizesse circular informações de interesse local ou paroquial, já que o campo de interesse comum dos mortais, em comunidades compartimentadas, sofria os efeitos de uma infraestrutura precária de comunicações. Pois suporíamos errado. O jornalismo nasceu, isto sim, sob a forma de jornalismo internacional, com o formato de coleta e difusão de notícias produzidas em terras distantes. (NATALI, 2004, p. 13).

De tal modo, “o jornalismo é um fenômeno universal, porém, as suas raízes são europeias.”. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 67). Marques de Melo elucida as características do jornalismo conforme praticado no Brasil contemporâneo, realça as suas influências e descreve as identidades brasileiras adquiridas. De acordo com o autor, “o jornalismo brasileiro estruturou-se criativamente, absorvendo com seletividade os modelos que nos insinuaram ou impuseram, adquirindo feição diferenciada.”. (*Ibid*, p. 69). Modelos esses como o português, designado por influências francesas e britânicas, o italiano, o alemão, o espanhol, e o norte-americano, modelo de maior impacto nos padrões brasileiros.

A sociedade brasileira adquire, então, novos formatos a partir das transformações políticas e econômicas do final do século XIX que se estenderam às primeiras décadas do século XX e, alguns desses traços, se tornaram mais fortes. Contudo, assim como a imprensa chegou tardiamente ao Brasil (MARQUES DE MELO, 2006), a Internacional foi uma editoria de constituição tardia no jornal brasileiro, segundo Aguiar (2008).

De acordo com o autor, “em cada etapa, a introdução de cada nova tecnologia de comunicação remota, como o telégrafo, o telex ou a internet, tem impactos significativos, quando não revolucionários.”. (*Ibid*, p. 14). Portanto, Aguiar (2008) aponta que, os estágios da história do Jornalismo Internacional no Brasil, não são os mesmos da história da imprensa brasileira, pois as tecnologias e as pautas não as determinam, ainda que as bases socioeconômicas sejam as mesmas.

Seguindo essa linha de pensamento, Marques de Melo (2006) cita a imprensa brasileira nas primeiras décadas do século XX e descreve como esta deixa de ser um canal exclusivo da classe dominante e passa a ser utilizada, também, pelas classes trabalhadoras que nasciam naquele período em que a industrialização se apressava e a urbanização se expandia. De acordo com o autor, o número de jornais e publicações editados pelos sindicatos operários multiplicou-se, principalmente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. De tal modo, o surgimento do operariado e de sua imprensa reflete no “maior desenvolvimento das relações capitalistas” (*Ibid*, p. 83). Por conseguinte, o autor formula que

isso vai coincidir com o nascimento das primeiras empresas jornalísticas que, a exemplo das experiências europeias e norte-americanas, mantêm jornais como fonte não apenas de poder político, mas também de lucro. O jornalismo assume, portanto, uma estrutura operacional típica das empresas capitalistas, caracterizando-se por uma maior longevidade. São organizações que se mantêm com recursos provenientes da publicidade, mas que, diante das limitações do capitalismo periférico, não podem se dar ao luxo de dispensar subsídios estatais. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 84).

Assim sendo, o jornal brasileiro passou a vislumbrar ser um empreendimento rentável, o que acarretou, mais tarde, à sua dependência às empresas, às propagandas e ao Estado, que se tornou seu maior anunciante, como relata Marques de Melo (2006). Por isso, o autor descreve que

o capitalismo dependente que aqui se implantou produziu uma imprensa também dependente. Ela precisa manter bom relacionamento com o Estado não apenas para ser contemplada com verbas publicitárias (e o Estado é tradicionalmente um grande anunciante em nosso país), mas, sobretudo, para gozar de certos favores concedidos discricionariamente pelos detentores do poder político. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 85).

Dessa forma, a censura estatal na imprensa brasileira não pode ser ignorada, já que a própria Inter acaba por servir de válvula de escape para as demais editorias. Segundo Aguiar (2008), o Jornalismo Internacional brasileiro, impulsionado pela limitação dada aos jornais de noticiarem assuntos domésticos, serviu durante longo tempo para “contornar a censura ou metaforizar problemas sociais”. (AGUIAR, 2008, p. 6). Isso posto, o autor adverte que a história do Jornalismo Internacional no

Brasil, quando estudada, deve levar em conta os determinantes tecnológicos, ideológicos e socioeconômicos dos períodos analisados.

Em vista disso, cabe citar um momento histórico que caracteriza a comunicação brasileira, mesmo que com diferenças temporais e tecnológicas. Segundo Barbosa (2013), no Brasil de 1808, a Corte portuguesa controlava o conteúdo dos jornais, como o da *Gazeta do Rio de Janeiro*. De acordo com a autora,

compilando as fontes de informação da *Gazeta* apenas no seu primeiro ano de existência, observamos que as prioritárias eram as gazetas europeias e as cartas enviadas também na bagagem dos navios que aportavam na Corte. Além disso, o redator recebia e transcrevia informações contidas “em papéis da Holanda, da Espanha e de Portugal” o em “papéis públicos”. (BARBOSA, 2013, p. 44).

Tal histórico também caracteriza a neutralidade com que a imprensa brasileira tratava os conflitos internacionais, assim como no período do início da Primeira Guerra Mundial. Segundo Garambone (2003), no dia 28 de junho de 1914, ocorria o estopim da Grande Guerra, o assassinato do arquiduque Francisco Fernando e sua esposa, Sophia Hohenberg, em Sarajevo, por um nacionalista sérvio. Contudo, o jornal brasileiro, ainda afastado da realidade política internacional, publica o acontecido como algo factual que, em nenhum momento, menciona o panorama político mundial.

De tal modo, demorando a perceber a grandiosidade do ocorrido, o *Correio da Manhã*, somente no dia 30 de junho, publica sobre o assassinato como um atentado político e, ainda assim, o faz de um ponto de vista dramático familiar. Já o *Jornal do Commercio*, pela primeira vez, realiza uma análise detalhada da situação política do Balcãs. Em vista disso, Garambone (2003) formula que, “a nova imprensa ainda estava dividida entre o provincianismo de um noticiário extremamente regionalizado e a cobertura internacional de fatos decisivos para o futuro da humanidade” (GARAMBONE, 2003, p. 66).

Tendo abordado o Jornalismo Internacional a partir do panorama da imprensa brasileira, o seguinte tópico irá tratá-lo como um dos gêneros do jornalismo especializado.

2.3 O Jornalismo Internacional como especialização

No cenário histórico do jornalismo, a especialidade sempre existiu, pois, “a imprensa, como primeiro grande meio de comunicação jornalístico, sempre esteve fragmentada, falando ‘genericamente de coisas específicas’”. (TAVARES, 2009, p. 117)⁸. No entanto, o autor aponta que a especialização está ligada ao desenvolvimento dos meios de comunicação e a constituição de grupos sociais que consomem essa mídia que estão, cada vez mais, distintos. E, para o final do século XX, no Brasil, o professor Rafael Souza Silva constata que

[...] na luta por uma fatia do mercado de comunicação impressa, as empresas jornalísticas não se utilizam mais apenas de suas armas convencionais (tinta, papel, prensa e informação processada), mas de todo um conjunto de ferramentas incorporadas ao seu processo de produção a partir das evoluções tecnológicas. (SOUZA SILVA *apud* NÓRA, 2008, p. 2)⁹

Dessa forma, cabe citar o trabalho de Ana Carolina Abiahy¹⁰ (2000), quando a autora assinala que a especialização do jornalismo não é consequência somente dos avanços tecnológicos. Abiahy considera que “há modificações na relação do público com as produções informativas, além de uma transformação no perfil do profissional da área”. (ABIAHY, 2000, p. 1).

Contudo, há de se pontuar as poucas fontes existentes para uma análise mais aprofundada sobre o Jornalismo Internacional como especialização no jornal brasileiro. Aguiar relata isso em dois de seus trabalhos, quando diz em um deles que “é fato público e notório que a bibliografia disponível sobre Jornalismo Internacional produzido no Brasil é escassa” (AGUIAR, 2008, p. 3.) e, em um trabalho posterior, que uma das causas para a baixa produção de conteúdos acadêmicos e editoriais

⁸ Disponível em: < <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>> Acesso maio 2017.

⁹ Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Sobre%20a%20consolidacao%20do%20modelo%20de%20editorias%20nos%20jornais%20impressos.pdf>> Acesso junho 2017.

¹⁰ Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahy-ana-jornalismo-especializado.pdf>> Acesso junho 2017.

sobre o tema “é, provavelmente, a própria dificuldade em definir exatamente o que é esta especialização jornalística.”. (AGUIAR, 2008, p. 16)¹¹

Dito isso, para Aguiar (2008), o Jornalismo Internacional é “uma especialização jornalística cuja definição é, por natureza, relativa.”. (AGUIAR, 2008, p. 17). De acordo com o autor, o que difere o Jornalismo Internacional das outras especializações, como o Jornalismo Econômico, o Político, o Cultural, o Esportivo, é o fato de este não ter uma descrição universalmente válida. Para Aguiar (2008), isso ocorre, pois

[...] o Jornalismo Internacional conta com a particularidade de variar seu objeto de interesse de acordo com a procedência nacional do repórter que apura e com a localização (física; geográfica) do veículo ao qual a matéria se destina. É desta forma que, nesta área, o que for exterior para uns não o será para outros; e o assunto que é “doméstico” para um país é “internacional” para todos os demais. (AGUIAR, 2008, p. 17).

De tal modo, Agnez (2015) transcreve em seu trabalho que “o próprio conceito de notícia estrangeira é questionado por Hannerz (2004), por ser ambíguo”. (AGNEZ, 2015, p. 315), Segundo Hannerz, este conceito

[...] pode se referir a algo que tenha acabado de acontecer em outra região ou pode ser algo noticiável simplesmente porque nos é desconhecido, porque nós não nos deparamos com isso em nossa localidade. (HANNERZ *apud* AGNEZ, 2015, p. 315)

Para além das definições, Nóra (2008) cita as mudanças ocorridas, desde 1950, em todo o cenário dos jornais impressos até a atual fase em que se encontra na Sociedade da Informação. A autora assinala que tais mudanças “antecederam e foram fundamentais para a consolidação do modelo de editorias no país, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990” (NÓRA, 2008, p. 3) e que esse processo tem repercussão na evolução das segmentações dos assuntos e do público-leitor.

Um desses marcos foi o lançamento do “Caderno B”, em 1960, no *Jornal do Brasil*, que passou a se dedicar às artes em geral e, segundo a autora, “se tornou um exemplo de diagramação inusitada, forte e funcional”. (*Ibid*, p. 6). Tanto que, de

¹¹ Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101411/estudos20.pdf>> Acesso abril 2017.

acordo com Souza Silva (1996), outras publicações começaram “a lançar seus projetos particulares com cadernos segmentados que [seguiam] a mesma linha do jornal carioca, tanto em conteúdo, quanto em apresentação gráfica” (SOUZA SILVA *apud* NÓRA, 2008, p. 7).

Já nas décadas de 80 e 90, o processo de cadernização da *Folha de São Paulo* consolidou o modelo de editorias. Mesmo com um caráter lento na incorporação das inovações da época, a Folha foi “o primeiro veículo impresso de comunicação do Brasil a possuir terminais de vídeo na Redação, já em 1983”, e suas primeiras editorias foram a “Ilustrada” e “Esportes”, seguidas das seções de “Economia”, “Política” e “Primeira Página”. (NÓRA, 2008, p. 8).

Dessa forma, de acordo com a autora, o documento “A *Folha* Depois das Diretas-Já” foi o documento responsável pela consolidação de todo esse projeto editorial, e acabou por definir as quatro questões técnica e organizacionais do periódico. Sendo estas questões a de que o jornal deveria “ser crítico, pluralista, apartidário e moderno”. (*Ibid.* p. 9). A lógica de mercado por trás de toda a segmentação da *Folha*, conforme Frias, em entrevista concedida em 1997 à Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, era a de que “a intenção não era apenas a de renovar o periódico, mas a de criar um novo leitor, que se identificasse completamente com o seu objeto de consumo.”. (*Ibid.* p. 10).

Partindo dessa modernização, Moraes (2006) registra que passa a ser dominante a lógica da “velocidade como virtude” e da “velocidade como emblema atávico de evolução sociotécnica”. (MORAES *apud* NÓRA, 2008, p. 12). Por conseguinte, essa situação implicará no Jornalismo Internacional e em como este lida com as novas tecnologias da informação. Desta forma, a hierarquização das notícias passa a ser mais flexível devido à nova abordagem em temas que antes não tinham enfoque. Sendo assim, “esta maior pluralidade de temáticas deve-se não só à especialização jornalística, mas também a própria multiplicação das mídias.”. (ABIAHY, 2000, p. 2).

A editoria de Internacional passa a trabalhar com “apuração à distância”, o que, segundo Aguiar (2008), é um risco à melhor contextualização dos fatos, das declarações e de toda a apuração em si. De acordo com Epprecht,

[...] a produção da parte internacional de um jornal feita em sua redação principal/matriz depende de uma série de escolhas que podem – mesmo com as melhores matérias apuradas in loco – distorcer a realidade e gerar retratos simplistas e tendenciosos de situações complexas. Uma má edição de qualquer reportagem pode transformá-la. Ao mesmo tempo, nas redações também se pode apurar excelentes matérias e é de lá que se produz grande parte do que é publicado na seção de internacional de um jornal brasileiro, uma vez que a crise financeira não permite que haja muitos correspondentes. (EPPRECHT, 2004 *apud* AGUIAR, 2008, p. 19-20).

Por outro lado, isso também favoreceu as técnicas de produção de conteúdo nos processos jornalísticos. Estas técnicas se aperfeiçoaram com a comunicação em redes, possibilitaram que o repórter da editoria de Inter obtivesse “acesso mais próximo a fontes e personagens de fatos distantes” (AGUIAR, 2008, p. 72) e, conseqüentemente, encontrasse fatos do mundo que chamassem a atenção do público que, ainda assim, tivesse valor informativo. Por isso, o jornalista que trabalha nessa editoria e, principalmente, em agências, deve tomar cuidado com a forma que trata os assuntos internacionais, pois, segundo Aguiar, o enquadramento dado à notícia pela imprensa será determinante para formar a visão de mundo do leitor. Para Salinas (1984),

[...] muito poucas pessoas têm experiências pessoais com outros países, mas as notícias mundiais chegam a todos, e seus efeitos são tanto maiores porque isto é feito com regularidade, ubiquidade e perseverança. Para a maioria absoluta das pessoas, sua visão do mundo e as interpretações sobre ele provêm principalmente das notícias internacionais. E, ao definir e interpretar a realidade, também definem os limites possíveis da realidade: não se pode fazer nada sobre o que não se conhece. (SALINAS, 1984, *apud* AGUIAR, 2008, p. 20).

Tendo em vista o histórico do jornalismo internacional, seu desenrolar no Brasil e sua trajetória como uma editoria brasileira, o segundo capítulo conta com três teorias relacionadas ao jornalismo aplicáveis ao objeto da pesquisa: a teoria do *gatekeeping*, do *newsmaking* e a da hipótese da *agenda setting*.

3 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO APLICADAS AO JORNALISMO INTERNACIONAL

Neste terceiro capítulo, serão apresentadas as principais teorias da comunicação relacionadas ao tema. Teorias que, aplicadas diretamente ao jornalismo internacional, possibilitam um melhor entendimento da práxis jornalística dentro desta especialização.

3.1 *Gatekeeping* e o processo de seleção das notícias internacionais

A etapa de seleção das notícias nas redações é realizada a partir de critérios “bastante fluidos”, como ditos por Medina (1988). Segundo a autora, que conceitua a informação jornalística como um produto de comunicação de massa, esta coleta de dados é predominantemente quantitativa, pois, devido ao grande volume de informações providas das agências de notícias, “não há tempo para uma seleção qualitativa” (MEDINA, 1988, p. 85). De tal modo, para a autora, um ângulo de análise para essa captação são as agências de notícias que compõem esta estrutura; o outro é a captação por meio do corpo de repórteres da redação dos jornais.

Essa seleção está diretamente ligada ao papel do *gatekeeper* (selecionador), conceito elaborado por Kurt Lewin (1947) e que se define por zonas-filtros – um indivíduo ou um grupo que tem “o poder de decidir se deixa passar ou interrompe a informação”. (LEWIN, 1947 *apud* WOLF, 2012, p. 184). De tal modo, supõe-se que, a partir do grande volume de informações oferecidas, seja mais complexo omitir a verdade quando se tem um mercado que é impulsionado pela competição entre os veículos de comunicação. (CARTER; FRANKLIN; WRIGHT, 2005 *apud* SHOEMAKER, 2011, p. 12). Porém, Shoemaker (2011) aponta que

esse dado não sustenta a suposição de que um número maior de veículos de comunicação resulta em um ambiente de informações mais rico e diversificado. Ao contrário, sugere que a maioria das organizações de mídia transmite notícias que basicamente se assemelham umas às outras. (SHOEMAKER, 2011, p. 12).

Por outro lado, tais organizações são imprescindíveis pelas diferentes formas com que cobrem um evento, a contar que informações variadas são apuradas e mensagens distintas são produzidas. (*Ibid*, p. 12-13). Por conseguinte, no âmbito

das escolhas feitas pelo *gatekeeper*, há ainda o contexto “profissional-organizacional-burocrático” apontado por Wolf (2012). O autor disserta sobre o estudo de Breed (1955) e o controle social nas redações,

[...] o controle social nas redações – analisando os mecanismos com os quais é mantida a linha editorial-política dos jornais – assegura que ela (raramente explicitada e discutida) é aprendida por “osmose” e imposta sobretudo mediante o processo de socialização dos jornalistas dentro da redação. A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência, constituído pelos colegas ou superiores. (WOLF, 2012, p. 187).

De tal forma, ainda dentro desse contexto, o conceito de “manipulação” passa a ser estudado como um tipo de “distorção involuntária”. Sendo assim, para Golding-Elliott (1979),

[...] se essas várias influências pudessem ser removidas e os jornalistas pudessem ser liberados dos vínculos que os unem, a autonomia profissional garantiria uma imparcialidade incorrupta e uma informação completa. [O tipo de pesquisa apresentada neste capítulo] destina-se a ilustrar como o profissionalismo, com seus valores e suas rotinas, acrescenta por si mesmo restrições importantes a respeito da informação produzida. (GOLDING-ELLIOT, 1979 *apud* WOLF, 2012, p. 188-189).

Partindo da teoria do *gatekeeping*, Aguiar (2008) fundamenta que se deve manter atenção ao conteúdo que sai nas páginas dos jornais, mas também naquele que não chega a elas. Em outras palavras, o autor formula que

[...] é importante analisar tanto o que saiu quanto o que deixou de sair – o que exige um conhecimento concomitante de História mundial específico de cada período, particularmente nos grandes espaços que frequentam o noticiário internacional brasileiro, como Europa, América do Sul e Oriente Médio. (AGUIAR, 2008, p. 6).

De tal modo, Shoemaker (2011) discorre sobre como o *gatekeeping* “afeta a realidade social de todas as pessoas” e também “as atitudes e opiniões da audiência”, pois, este processo, determina o modo com que seu público define a vida e o mundo ao seu redor. (SHOEMAKER, 2011, p. 14-15). Em vista disso, para a autora,

[...] talvez o aspecto mais importante do *gatekeeping* seja o de que assuntos e eventos não cobertos estejam ausentes na visão de

mundo da maioria dos membros da audiência. As pessoas não têm como saber o que a mídia não lhes conta, a menos que experienciem diretamente o evento. (*Ibid*, p. 16)

Isso posto, é conveniente introduzir a noção de “comercialização” dos jornais, apresentada por McQuail (2013). Para o autor, essa é uma das primeiras críticas da cultura de massa e pode ser explicitada a partir da citação fundamental de Picard (2004). Para o autor,

o conteúdo principal dos jornais de hoje é de notícias comercializadas e projetadas para atrair públicos amplos, entreter, ser rentáveis e cuja atenção possa ser vendida a anunciantes. O resultado é que as matérias com potencial ofensivo são ignoradas em favor daquelas mais aceitáveis e que entretendam um maior número de leitores, **as histórias cuja cobertura seria cara são minimizadas ou ignoradas e as que criam riscos financeiros são ignoradas**. Isso leva à homogeneização do conteúdo dos jornais, à cobertura de questões seguras e a uma diminuição da gama de opiniões e ideias expressivas. [grifo nosso] (PICARD, 2004 *apud* MCQUAIL, 2013, p. 122).

Partindo desse raciocínio, Medina (1988) reflete sobre a captação de dados na mensagem jornalística da imprensa brasileira e reforça a dependência que esta dispõe da indústria cultural, assim como sofre com “a insuficiência de seus recursos de captação próprios, talvez o traço mais forte de seu subdesenvolvimento”. (MEDINA, 1988, p. 90). Depois das considerações apresentadas a partir da teoria do *gatekeeping*, há de se discorrer ainda sobre o *newsmaking*, assunto que será tratado no tópico a seguir.

3.2 *Newsmaking* e as agências de notícia

O noticiário internacional, segundo Agnez (2015), “exige uma dose de contextualização e interpretação, para inserir os leitores distantes dos acontecimentos”. (AGNEZ, 2015, p. 323). Desse modo, a forma com que a imagem do mundo é retratada pelos veículos de comunicação e como esta imagem “se correlaciona com as exigências cotidianas da produção” são questões com as quais se ocupa a abordagem do *newsmaking* (WOLF, 2012, p. 193). Segundo Wolf, essa abordagem “se articula, principalmente, em dois binários: a cultura profissional dos

jornalistas e a organização do trabalho e nos processos de produção”. O autor descreve que

não conquistando o estatuto público de notícia, permanece simplesmente um evento que se perde na ‘matéria-prima’ que o aparato informativo não consegue transformar e que, portanto, não deverá fazer parte dos conhecimentos de mundo, adquiridos pelo público por meio da comunicação de massa. (*Ibid*, p. 196).

Por conseguinte, a alteração intencional das informações, segundo Medina (1988), só acontece se for de grande interesse de diferentes grupos. Determinam-se, então, critérios de relevância que definem “a noticiabilidade de cada evento, ou seja, a sua ‘aptidão’ para ser transformado em notícia” (WOLF, 2012, p. 195). A noticiabilidade é descrita por Silva (2005) como

todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2005, p. 1).

Dentre esses critérios, é possível incluir o conceito de “interesse público” utilizado por McQuail (2013) para situar a relação entre a mídia, o público e a forma com que os meios de comunicação se conduzem. O autor sustenta a afirmação ao discorrer que a atividade jornalística pode ser comparada a um serviço público propriamente dito. De tal modo, segundo Christofolletti e Triches¹² (2014), “tanto o interesse público quanto o ‘interesse do consumidor’ são balizadores do fazer jornalístico” (CHRISTOFOLLETTI; TRICHES, 2014, p. 487). Em vista disso, McQuail (2013) expõe o âmbito das escolhas em decorrência, também, da notícia como produto de massa. Por conseguinte, de acordo com o autor,

[...] a mídia geralmente é estabelecida não para servir ao interesse público como tal, mas para seguir algum objetivo de sua própria escolha, por vezes definido em termos culturais, profissionais ou políticos, mas, com mais frequência, é o objetivo de gerar lucro como empresa. Às vezes, ambos ao mesmo tempo. (MCQUAIL, 2013, p. 157).

¹² Disponível em: <<https://monitorando.files.wordpress.com/2011/08/interesse-publico-uma-justificativa-moral-codificada.pdf>> Acesso em outubro 2017.

Em vista dessa realidade, os valores/notícia são como um componente da noticiabilidade e são critérios de relevância “difundidos ao longo de todo processo de produção” (WOLF, 2012, p. 202). No entanto, tal processo não deve ser considerado rígido, pois, segundo Wolf (2013), os fatores que definem os valores/notícia são expostos a uma avaliação complexa que tendem a delinear um ponto de equilíbrio. Por outro lado, pela alta “visibilidade social”, segundo Polistchuk e Trinta (2003), “para ela [mídia], não há assunto inteiramente desinteressante, uma vez que de tudo ela faz ‘acontecimento’, transforma em ‘espetáculo’, para logo reimmergi-lo em anonimato essencial” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 79).

Partindo do conceito da “perspectiva da notícia”, como dito por Altheide (ALTHEIDE, 1976 *apud* WOLF, 2012, p. 196), é conveniente refletir acerca da influência do senso comum¹³ em tal perspectiva, condicionado não só ao público, mas também aos profissionais de jornalismo. Dito isso, correlacionando às ideias de Polistchuk e Trinta, os autores formulam que

o senso comum confunde comunicação e comunicabilidade, **preferindo a retórica (o encanto do discurso) à dialética (a pertinência da ideia)**. Em seu exercício diário, acercando-se daquilo que pode apre(e)nder, o senso comum opera uma seleção continuada de coisas, ideais, e objetos. Em tudo o que retém procura serventias, porque o uso ou o desfrute, que deles possa ser feito ou que deles se venha a ter, **faz às vezes de critério para lhes atribuir valor e lhes dar sentido**. São, portanto, a oportunidade ou a praticidade convocadas para servir de referentes ao que se tem na conta de desejável ou ao que parece ser útil. [grifo nosso] (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 64).

Portanto, tendo como referência o relatório da Comissão de Liberdade de Imprensa¹⁴, de 1947, a responsabilidade social é, segundo McQuail (2013), a noção de que “a mídia tem obrigações para com a sociedade, e a propriedade dos meios é um bem público” (MCQUAIL, 2013, p. 164). De tal modo, Aguiar (2005) formula que, o Jornalismo Internacional

¹³ “Chama senso comum àquela reunião de sentidos que a maioria adota; e, por força desse modo consensual de se ver e considerar a comunicação, já se tornou corriqueiro confundi-la com a simples desenvoltura da expressão pessoal” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 63).

¹⁴ “Foi a primeira de muitas investigações desse tipo, muitas vezes iniciadas por governos para examinar o não atendimento, pelos meios de comunicação, das necessidades da sociedade e das possibilidades de reforma” (MCQUAIL, 2013 p. 163).

[...] é uma área em que a construção da notícia recorrentemente é dependente de material fornecido por agentes externos ao veículo, quase sempre estrangeiros – agências de notícias, jornais e TVs europeus e norte-americanos – que não têm preocupação alguma em suplementar o fato, contextualizando a informação para o público brasileiro, ou em criar comparações com a nossa realidade. Este trabalho cabe aos redatores e editores. (AGUIAR, 2005, p. 5).

Em vista disso, a notícia internacional, assim como toda matéria jornalística, parte de uma pauta que, segundo Medina (1988), pode ser intencional, procurada ou ocasional. Por conseguinte, de acordo com a autora, ao avaliar os critérios de noticiabilidade, o jornalista/empresa comunicacional, deve atentar para a angulação da notícia, sendo essa em nível-massa, grupal ou pessoal.

3.2.1 As agências como fonte de notícia internacional

As agências de notícia são, segundo Pasti e Aguiar¹⁵ (2016), responsáveis pela coleta e distribuição de informações ao meio jornalístico. Portanto, os seus clientes são “especialmente empresas de comunicação que as recebem, filtram, editam (modificam) e, pelos meios de comunicação em que operam, divulgam-nas ao público (leitores, espectadores, ouvintes, usuários) sob a forma de notícias” (PASTI; AGUIAR, 2016, p. 2). De tal modo, seus serviços são usados em todo o mundo, o que, segundo Wolf (2012), acaba por determinar “uma forte homogeneidade e uniformidade sobre as definições daquilo que se faz notícia”, ou seja, “dentre os eventos, acabam por ser considerados noticiáveis o que as agências noticiam” (WOLF, 2012, p. 245).

Dentre as agências supnacionais, segundo Wolf (2012), as maiores eram, dentro da geopolítica informativa universal na década de 1970, a Associated Press e United Press International, norte-americanas; a Agence Press France, francesa; a Reuters, inglesa; e a Tass, russa. Nesse contexto, partindo de dados levantados por Montalbán, essa geopolítica estava disposta da seguinte maneira:

¹⁵ Disponível em:

<https://www.academia.edu/28417393/Geografia_das_Ag%C3%A2ncias_de_Not%C3%ADcias_importantes_para_uma_an%C3%A1lise_espacial_da_circula%C3%A7%C3%A3o_da_informa%C3%A7%C3%A3o?auto=download> Acesso em outubro de 2017.

1. Domínio privado capitalista – quatro agências, AP, UPI, France Press, Reuter. Informam 38 estados africanos, a América do Norte, Central e Sul, Ásia e Europa. 1.022.703.000 habitantes, 40,4% da população mundial.
2. Domínio privado comunista – Tass. Informa 11 países da Ásia e Europa e toda a União Soviética. 795.396.000 habitantes, 30,9% da população mundial.
3. Domínio privado dos Estados Unidos – AP e UPI. Informam 21 estados e territórios da América do Norte, Central e Sul. 202.542.000 habitantes, 8% da população mundial.
4. Domínio privado anglo-americano – Reuter, AP, UPI. Informam 24 países e territórios da África, Américas, Europa e Oceania. 106.267.000 habitantes, 4% da população mundial.
5. Domínio privado anglo-francês – Reuter, France Press. Informam 38 estados e territórios da África América do Norte, América Central e América do Sul. 54.754.000 habitantes, 1,9% da população mundial. Sem limitações – 212.340.000 habitantes, 8,3% da população mundial. (MONTALBÁN, 1972 *apud* MEDINA, 1988, p. 84).

Todas essas agências estavam, na avaliação de Schlesinger (1978), sob diferentes graus de noticiabilidade em relação à fidedignidade e a credibilidade de suas informações. Isso posto, segundo o autor, as informações passadas pelas agências americanas não podem ser tidas como “fatos reais”, ou seja, devem ser usadas como “fontes não confirmadas”. (SCHLESINGER, 1978 *apud* WOLF, 2012, p. 247). Para Schlesinger, (1978),

dentre as agências, a Reuter é constantemente citada como a fonte de ‘qualidade’ para as notícias externas, uma vez que não se comporta de maneira sensacionalista e é cuidadosa, o que faz, por conseguinte, com que seja preferida à UPI e à AP. [...] Das duas agências americanas, a AP parece ser ligeiramente preferida. Junto à concorrente UPI, é considerada normalmente como sendo ‘boa no que concerne à América’, ou, ‘boa pelas notícias insólitas’. Tanto a AP quanto a UPI são tidas como ‘tempestivas’ e ‘sensacionalistas’. (*Ibid*, p. 246-247).

Atualmente, de acordo com Galbraith, em entrevista o Anuário de Comunicação Corporativa 2016¹⁶, “o processo da comunicação será continuamente transformado por tecnologias novas e emergentes”¹⁷, e isso afetará a comunicação e a entrega de informações, pois, “a caixa de ferramentas da comunicação agora não inclui apenas palavras, mas imagens, vídeos, mídia em plataforma social, sites e fica cada vez maior”¹⁸. Portanto, relacionando as agências de notícia ao panorama atual

¹⁶ Disponível em: <http://portal.megabrasil.com.br/_pdf/anuario/Anuario2016.pdf> Acesso em outubro 2017.

¹⁷ ANUÁRIO DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA, 2016, p. 64.

¹⁸ *Ibid*, p. 65.

da comunicação, o Anuário apresenta a visão de Cesar (2016) quando este relata que, “a meu ver, as mídias se tornaram complementares na comunicação. O ferramental das agências hoje é bem maior. Dá para oferecer mais do que no passado”¹⁹. Por outro lado, para Silva Junior²⁰ (2001), mais ainda no caso das agências de notícia, “as chances de alteração do perfil de organização e distribuição das notícias interferem inclusive nos chamados meios tradicionais” (SILVA JUNIOR, 2001, p. 1).

Contudo, baseado nos interesses históricos de um desses meios tradicionais, McPhail²¹ (2010) garante que, na mídia impressa, ainda atualmente, a Reuters e a Associated Press “não são somente as gigantes no mercado, como também controlam grande parte das notícias e reportagens da televisão, assim como os interesses da internet ao redor do mundo” [tradução livre]²² (MCPHAIL, 2010, p. 275). De acordo com o autor, o mundo é definido, em grande parte, pelo o que as agências de notícia reportam. De tal modo, McPhail (2016) apresenta a seguinte listagem das principais agências noticiosas na atualidade: Thomson Reuters, canadense; Associated Press (AP), norte-americana; Agence Press France (AFP), francesa; Bloomberg, norte-americana; Dow Jones & Company, norte-americana; Xinhua News Agency, chinesa; e Inter Press Service, italiana.

Figura 1 – Agências de notícia globais

1	Thomson Reuters
2	The Associated Press (AP)
3	Agence France Presse (AFP)
4	Bloomberg
5	Dow Jones & Company
6	Xinhua News Agency
7	Inter Press Services (IPS)

Fonte: MCPHAIL, Thomas L.(2010)²³

¹⁹ ANUÁRIO DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA, 2016, p. 104.

²⁰ Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/junior-jose-afonso-interfaces-mediadoras.html>> Acesso em outubro 2017.

²¹ Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=heEppDtfkNoC&pg=PA282&lpg=PA282&dq=principal+news+agency+reuters+ap+afp&source=bl&ots=Q-VMYuTirb&sig=V3qDxuMI-0PqK9C1pKQ8nUhySFQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjztouX6afXAhWGjJAKHdUnCOUQ6AEIYzAL#v=onepage&q=press&f=false>> Acesso em outubro 2017.

²² No original: “Reuters and The Associated Press are not only the giants but they also control vast television news reportings and internet interests around the globe, [...]”.

²³ *Ibid*, p. 275.

O nascimento e a expansão das agências provêm de uma lógica econômica, sendo assim, os motivos econômicos não podem ser dispensados, pois, segundo Wolf (2012), “as agências constituem e são consideradas fontes literalmente insubstituíveis” (WOLF, 2012, p. 244). Isso posto, segundo Golding-Elliot (1979),

[...] o custo dos correspondentes no exterior é infinitamente mais elevado do que a filiação a uma agência [...]; para os aparatos de informação mais fracos, as despesas com os correspondentes externos estão além das suas possibilidades econômicas. Para esses aparatos, **os serviços regionais das agências [...] são a única fonte possível de notícias do exterior.** [grifo nosso] (GOLDING-ELLIOT, 1979 *apud* WOLF, 2012, p. 245).

A ideia para a criação de tais organizações noticiosas surgiu a partir da necessidade de baixar o custo das coberturas jornalísticas e, segundo Natali (2004), “as agências deram viabilidade econômica ao noticiário internacional” (NATALI, 2004, p. 18). A pioneira delas, de acordo com o autor, é a Agência Havas, precursora da Agence France Press (AFP), criada por Charles Havas na França, em 1835. Um de seus empregados, o jornalista alemão Paul Julius Reuter, fundaria então, em 1851, na cidade de Londres, a Reuters. A Associated Press, agência americana, foi formada por um *pool* de repórteres de seis jornais de Nova York, em 1848, e, no Brasil, como formula Peres²⁴ (2005),

D. Pedro II inaugurou a ligação por telégrafo Brasil/Europa em 1874. Três anos depois a Reuters-Havas, empresa que reunia as agências Reuter e France Presse, instalaria sua sucursal no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. (PERES, 2005, p. 45).

Contudo, segundo a autora, “as agências, mais do que outros veículos de imprensa, se caracterizam assim, pela necessidade de transmitir notícias o menos partidárias possíveis, para que elas sirvam, de fato, a diversos lugares do mundo” (*Ibid*, p. 45). Ou seja, como consequência da generalização das agências de notícia, Natali (2004) introduz a noção de “apartidarismo do noticiário”. Portanto, de acordo com o autor,

²⁴ Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279147/1/Peres_AndreaCarolinaSchvartz_M.pdf>
Acesso em maio 2017

não é uma postura ética, e que isso fique bem claro. É uma postura de mercado. Como há clientes de diferentes orientações editoriais, nenhuma agência puxaria a azeitona para o lado de uma só empada. Se assim o fizesse, criaria melindres e perderia o freguês para uma agência concorrente. O apartidarismo tornou-se com o tempo um procedimento "normal" de focar os acontecimentos. (*Ibid*, p. 18).

Por outro lado, o autor afirma haver vantagens na prática da reprodução de material estrangeiro e da compra de tais direitos, pois os veículos internacionais contêm um número bem mais amplo de colunistas e correspondentes do que os da imprensa brasileira. Desse modo, para Natali (2004), o investimento proporciona uma melhoria na qualidade do produto jornalístico nacional. Contudo, na visão de Souto (2010), “o trabalho nas editorias que cobrem assuntos internacionais consiste basicamente na reciclagem da informação para convertê-la aos padrões de cada veículo”. (SOUTO, 2010, p. 4).

Já em relação ao campo de conteúdos visuais, como fotos e vídeos, poderosos critérios de noticiabilidade, as agências de serviços filmados, segundo Wolf (2012), também trocam materiais. Por meio da Eurovisione (EVN), sistema de troca desses materiais, tais agências, como a Visnews, a CBS ou a UPITN, compartilham imagens que também constituem “parte essencial da cobertura informativa, referente às notícias estrangeiras”. (WOLF, 2012, p. 247) Porém, tanto as agências de notícia quanto as de serviços filmados, segundo o autor, dão mais enfoque às programações do trabalho (notícias previstas) do que as que se aprofundam nos eventos. Por conseguinte,

[...] muitos jornalistas e estudiosos criticam esse modo muito passivo e formal de produzir informação, no entanto – ainda mais do que para as agências – **a lógica econômica que impõe o uso desse serviço e desses materiais é muito coerciva e férrea**. Porém ela não é o único fator: uma influência mais indireta e mediata, mas ao final muito relevante, é exercida no sentido de que o uso de serviços filmados que são trocados por meio da EVN (centrados como são, sobretudo em eventos oficiais e programáveis) **tende a reforçar os valores/notícia e alguns requisitos de produção** (a previsibilidade dos acontecimentos e dos materiais filmados a serem trocados), acentuando, em última instância, alguns traços da distorção de informação (a fragmentação, o destaque apara as elites, a personificação) [grifo nosso] (*Ibid*, p. 248-249)

De tal modo, há de se pensar a produção de conteúdo no jornalismo internacional como oriunda da “formação da grande indústria da informação cujo

símbolo são as agências de notícia e as cadeias jornalísticas” (MEDINA, 1988, p. 19). Por conseguinte, segundo Costella (2002),

[...] em um cenário no qual a informação tornou-se uma mercadoria extremamente consumida, não é de estranhar que a notícia para os jornais viesse a ser coletada, redigida, distribuída, produzida, enfim, mundialmente e em escala industrial. (COSTELLA, 2002 *apud* CASTRO, 2006, p. 15).

Partindo do conceito do “monopólio da informação”, amplamente usado no contexto da relação entre as agências de notícia e o mundo midiático, Medina (1988) formula que:

[...] o monopólio da informação representado pelas agências diminui muito a força do repórter na empresa jornalística de centros em industrialização como os brasileiros. A percentagem de informações coletadas por intermédio de agências é maior que as reportagens ou notícias produzidas pelos recursos próprios das redações. **E isso chega ao ponto de até notícias nacionais virem via agência internacional** [grifo nosso]. (MEDINA, 1988, p. 84).

Isso posto, defendendo o fim da ideia de tal monopólio, em relação ao avanço da internet, o correspondente da agência espanhola EFE, Omar Lugo, em entrevista concedida a Castro (2006), afirma que:

[...] as agências antigamente tinham uma função de relevo maior que agora. Isso mudou, principalmente há 15 anos atrás, com o surgimento da Internet. Uma agência tinha exclusividade, porque tinha estrutura, conhecimentos e recursos humanos para conseguir estar onde ninguém mais estava. [...] Mas a democratização da informação com a Internet está se refletindo hoje. [...] Não há mais o monopólio das informações internacionais, como antes existia. E essa é a primeira grande mudança no trabalho das agências nos últimos 20 anos: a perda desse monopólio. (LUGO, 2006 *apud* CASTRO, 2006, p. 59-60).

Desse modo, com base no raciocínio da democratização da internet, Buarque (2008) considera a apuração à distância uma forma prejudicial de se apurar uma informação, pois esta pode afetar o resultado final da reportagem factual. De acordo com o autor:

No mundo ideal, nos manuais de jornalismo usados nas faculdades de comunicação e redações, o repórter deve ter tempo para apurar uma reportagem, pesquisar o assunto, sair à rua e entrevistar as pessoas envolvidas no tema (...). No mundo real, (...) são poucos os repórteres que saem de suas mesas de trabalho. Há, é verdade,

repórteres especiais de jornais e revistas dedicados a uma apuração mais profunda (...) Mas a maioria dos jornalistas de redação quase nunca sai à rua e acaba apurando tudo do escritório, com acesso a telefone e computador (BUARQUE, 2008 *apud* SOUTO, 2010, p. 6).

Tendo apresentado as questões que envolvem o Jornalismo Internacional na visão do *newsmaking*, a partir do foco sobre as agências noticiosas, o tópico a seguir complementarará a ideia em virtude dos estudos em comunicação na América Latina.

3.2.2 A pesquisa em Comunicação de Massa na América Latina

Para compreender melhor a teoria do *newsmaking* no contexto de países como o Brasil, há de se pensar o conteúdo latino-americano que, no início da década de 70, inaugurou sua reflexão acerca da comunicação. Em meio ao contexto contraditório social, político e econômico da época, marcado pelas disputas entre os blocos liderados por União Soviética e Estados Unidos, pelas ditaduras na região e pelo capital norte-americano como investimento e parte de seu projeto de dominação, “a Comunicação de Massa foi introduzida e sedimentada no continente” e incentivou a produção de uma pesquisa crítica a partir do tema. (BERGER, 2013, p. 248). De tal forma, segundo Berger (2013), tais pesquisas compreendiam que “a convergência da análise ideológica com a teoria da dependência econômica tornava clara e concreta a complexa rede de dominação” (*Ibid*, p. 257).

Por conseguinte, seguindo essa linha de pensamento, a localização da produção das notícias internacionais é um fator determinado por aspectos econômicos dos meios de comunicação, e jornais de pequeno e médio porte acabam por reproduzir os conteúdos das agências noticiosas e outros jornais que possuem maior abrangência, como apontado por Aguiar (2005). Em razão disso, Agnez afirma que, no Brasil, “somente os grandes veículos de comunicação, concentrados nos principais centros econômicos do país, ainda contam com profissionais no exterior”, e ressalta que essa produção do noticiário internacional

necessita de “alternativas economicamente viáveis”²⁵ (AGNEZ, 2015, p. 317). Alguns exemplos são citados por Aguiar (2005). Segundo o autor:

Não obstante, houve e ainda há no Brasil órgãos rotulados como “mídia alternativa” e dedicados exclusivamente à cobertura internacional. Exemplo passado foi a revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, publicada de 1974 a 2005 e editada por Beatriz Bissio e Neiva Moreira, enquanto exemplo presente é a agência/portal *Carta Maior*, publicada desde 2001 em São Paulo e editada por Flavio de Aguiar e Marco Aurélio Weissheimer. (AGUIAR, 2005, p. 5).

De tal forma, Souto²⁶ (2010) sintetiza que, mesmo que haja dificuldade para os jornalistas em acessar diretamente muitos dos fatos que relatam, a autora observa que sobram informações de vários países, inclusive sobre a América Latina. Por conseguinte, sua crítica é a de que o conteúdo das páginas de política internacional foca nos países mais ricos, “uma opção que é feita talvez inconscientemente pelos editores e redatores diante o enorme fluxo de informações em que são imersos diariamente.”. (SOUTO, 2010, p. 10-11). Tal contexto pode ser inserido no debate proposto pelo Relatório McBride, na década de 80.

O Relatório McBride, intitulado “Um mundo e muitas vozes”, tinha como pressuposto construir a chamada “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação” (Nomic). (MORAES, 2011). Esse relatório foi um documento publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) que oficializou a discussão sobre “os problemas de comunicação no mundo em sociedades modernas, principalmente em relação à comunicação de massa e à imprensa internacional.”. (AGUIAR, 2008, p. 5). Entre as 82 recomendações do Relatório, algumas foram citadas por Dênis de Moraes em seu livro “Vozes abertas da América Latina”. São estas

[...] promover a ideia de que a comunicação é um direito fundamental dos cidadãos e grupos sociais; diminuir os desequilíbrios e desigualdades, bem como as distorções, que se produzem no momento da difusão da informação; promover uma comunicação

²⁵ Mídia alternativa como um dos quatro modelos da Teoria Normativa da Mídia. “O modelo rejeita uma racionalidade universal [...] e promove entendimento intersubjetivo e um verdadeiro sentido de comunidade” (MCQUAIL, 2013, p. 117).

²⁶ Disponível em

<http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/artigos/download/ed7/4_artigo.pdf> Acesso maio 2017.

democrática global que respeite as identidades culturais e os direitos individuais dos cidadãos; desenvolver políticas de comunicação, no âmbito dos Estados, relacionadas aos processos nacionais e regionais de desenvolvimento. (MORAES, 2011, 51).

No México, o Ilet (*Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales*) se tornou a “principal instituição latino-americana difusora de propostas alternativas para a democratização dos meios de comunicação no continente” (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA [org.], 2013, p. 246) e o seu diretor, Juan Somavia, participou da Comissão McBride, assim como o escritor Gabriel García Márquez. Quando Márquez (2006) relata sua experiência como representante latino-americano na elaboração do Relatório McBride, o autor declara que

a única certeza em que estivemos de acordo desde o início foi a certeza de que o fluxo da informação deste mundo circula num sentido único: dos mais fortes em relação aos mais fracos. Na maioria, nós pensávamos – e eu continuo pensando – que a informação e a comunicação se converteram em instrumentos de domínio dos países ricos sobre os países pobres, e isto provoca outra desigualdade universal que é necessário corrigir. (MÁRQUEZ, 2006 *apud* MORAES, 2011, p. 52).

Contudo, com o predomínio do neoliberalismo no decorrer da década de 80, este debate foi enfraquecido em prol das razões do mercado globalizado, como aponta Moraes (2011). Essa ideologia, segundo o autor, se manteve em vigor até a primeira década do século XXI, quando as políticas públicas de comunicação se encontraram desestabilizadas em decorrência da “liberalização controlada” da mídia. Seus indícios de crise se manifestaram e, assim, as críticas ao controle da informação e da opinião reapareceram em novas formas de mobilização, providas pela internet e a oportunidade do ativismo em rede.

É neste contexto que o conceito da aldeia global de McLuhan se torna apropriado à compreensão da realidade do jornalismo, segundo Lima e Filho (2009). De acordo com os autores, a aldeia global de McLuhan

[...] se configura como importante efeito da magnitude do meio jornalístico online e do seu poder incomparável de transmitir informações a um público culturalmente variado, poder este que é capaz de ir além dos limites normais de abrangência que compete aos veículos tradicionais de comunicação. (LIMA; FILHO, 2009, p. 4)

A partir dessa desterritorialização dos conteúdos no momento da apuração nas redações jornalísticas, Aguiar (2008) indaga a práxis jornalística, especificamente no noticiário internacional,

[...] em sua pouca disposição em usar as NTICs para burlar o filtro da ordem informativa hegemônica e demonstrar como as tecnologias de comunicação em rede podem ser usadas para aproximar da realidade as sugestões feitas há mais de 25 anos pelos proponentes da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. (AGUIAR, 2008, p. 12).

De tal modo, o jornalista que trabalha nessa editoria e, principalmente, em agências, deve tomar cuidado com a forma que trata os assuntos internacionais, pois, segundo Aguiar (2008), o enquadramento dado à notícia pela imprensa será determinante para formar a visão de mundo do leitor.

3.3 Agenda Setting

A hipótese da *agenda setting* é, a partir do estudo de Wolf (2012), um conjunto de situações e conhecimentos parciais acerca da prática da mediação simbólica da mídia e seus efeitos de realidade. Desse modo, há a denominação da agenda da mídia que “é uma maneira pomposa de designar a reunião dos temas abordados pelos meios de comunicação” e a agenda pública, que, por sua vez, define “os temas discutidos pelos agentes sociais fora dos meios de comunicação” (BARROS FILHO; LOPES; PERES NETO, 2010, p. 29). Ou seja, segundo os autores, o critério da agenda pública traz a noção de que há assuntos que podem ser conversados por qualquer um e em qualquer lugar, pois, “a presunção de discutibilidade dos temas públicos se deve não mais ao lugar onde são discutidos, mas ao pertencimento a uma zona de influência midiática”. (*Ibid*, p. 33). Desse modo, a hipótese salienta que, segundo Grossi (1983),

nas sociedades industriais de capitalismo maduro, seja por causa da diferenciação e da globalização social, seja também devido à função central dos meios de comunicação de massa, tem ocorrido um aumento da presença de fatias e “pacotes” de realidade que os indivíduos não provam diretamente nem definem interativamente Na vida cotidiana, mas que “vivem” exclusivamente em função ou por meio da mediação simbólica dos meios de comunicação de massa. (GROSSI, 1983 *apud* WOLF, 2012, p. 145).

Portanto, como dito por Cohen (1963), os meios de comunicação podem não controlar o que o público pensa, mas acabam por interferir naquilo que será discutido ou não por ele. Dessa forma, os destinatários são impactados, segundo Wolf (2012), em dois níveis: “a. a ‘ordem do dia’ dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; b. a hierarquia da importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’” (WOLF, 2012, p. 146). Em relação à agenda da editoria de Internacional, Peres (2005) formula que

a pauta, elaborada pelo pauteiro, no caso da *Folha*, ou por redatores, no caso do *Estadão*, são assuntos, previamente selecionados e hierarquizados, que vão concorrer entre si para conformar a edição de internacional do dia. **Tais assuntos, ou agenda do dia, muitas vezes, já vêm sugeridos pelas agências de notícias**, que, segundo Marcos Guterman, podem “martelar num mesmo assunto”, enviando maior quantidade de fotografias e notícias. [grifo nosso] (PERES, 2005, p. 46).

Portanto, nesse contexto, existem dois agentes principais que operam na visibilidade que as notícias recebem: “os produtores de visibilidade e seus públicos-alvo”. (BARROS FILHO; LOPES, PERES NETO, 2010, p. 73). Segundo os autores,

os primeiros seriam aqueles que buscam tornar determinado assunto visível, tentando chamar a atenção das pessoas para ele e mostrar sua importância. Os segundos seriam aqueles que constituiriam sua audiência, que avaliariam se tal assunto, de fato, tem ou não importância. Estes últimos seriam, na esfera pública, compostos pelos formuladores de políticas sociais. (*Ibid*, p. 73).

De tal modo, o processo de construção da agenda da mídia não é controlado, em absoluto, pelos meios de comunicação, pois, de acordo com Barros Filho, Lopes e Peres Neto (2010), a visibilidade acometida às notícias também conta com a atuação de uma série de outras instituições, como as igrejas, os movimentos sociais, a academia etc. Para tanto, o tópico seguinte partilhará do assunto ao relacionar os jornais às Ciências Sociais.

3.4 Ciência dos Jornais, entrevista e jornalismo internacional

Dentre as teorizações existentes e possíveis de serem aplicadas à compreensão do Jornalismo Internacional, de acordo com Alfonso²⁷ (2013), Otto Groth (2011) vai além ao relacionar a imprensa periódica às Ciências Sociais, criando então a teoria da Ciência dos Jornais. Groth (2011) destaca a importância dessa relação, pois, essa “está presa à ‘sociedade’ no seu sentido e na sua produção, nas suas influências como raramente outro sistema cultural qualquer o é” (GROTH, 2011 *apud* ALFONSO, 2013, p. 5). Isso leva o autor a uma esquematização que, segundo estudos de Oliveira²⁸ (2014), para uma disciplina teórico-sistemática ser reconhecida como ciência, esta deve submeter-se à pesquisa da essência do objeto. Ou seja, um estudo aprofundado conduz o raciocínio de que, para entender o todo, a essência, deve-se entender todas as partes que o compõem. Dessa forma, Groth formula que

a teoria da Ciência dos Jornais tem então que tentar esclarecer o geral e o constante, o regular. Ela tem que tentar esclarecer as correlações entre os sistemas culturais e sociais, entre a sociedade moderna como um todo por um lado e a imprensa periódica de outro lado, as quais surgem das leis próprias de ambos os lados. E tem que ordenar as correlações e interações no seu sistema (GROTH, 2011 *apud* ALFONSO, 2013, p. 9)

Partindo de tal contextualização, a entrevista, segundo Pereira Junior (2010), se torna “um processo de criação de realidades, pois a formulação da pergunta pode construir a resposta” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 101). De acordo com o autor, esse processo tem por objetivo construir as condições para que o entrevistado revele coisas que hesitaria contar a qualquer um, em concomitância com Edgar Morin (1968), que compara a entrevista como uma técnica das Ciências Sociais. Segundo Medina (1988), o estudo de Morin “gira em torno do relacionamento e da

²⁷

Disponível

em

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjxs4LMivvWAhUIC5AKHY6zCcAQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fsoac.unb.br%2Findex.php%2FENPJor%2FXIENPJOR%2Fpaper%2Fdownload%2F2641%2F508&usg=AOvVaw0MgTYjmU7kOe8cFa902_ko> Acesso em outubro 2017.

²⁸

Disponível em <<http://www.fnpj.org.br/soac2/index.php/15enpj/15enpj/paper/viewFile/21/44>> Acesso em junho 2017.

interação momentânea de duas pessoas que se encontram numa situação pouco propensa à espontaneidade” (MORIN, 1968 *apud* MEDINA, 1988, p. 88). Para Morin,

a entrevista é sempre uma intervenção orientada como comunicação de informações. Mas seu aspecto mais importante é sem dúvida a reação psicoafetiva que se processa paralela à informação. [...] tudo na entrevista depende de uma alteração entrevistador/entrevistado, pequeno campo fechado onde vão se confrontar ou associar gigantescas forças sociais, psicológicas e afetivas. (MORIN, 1968 *apud* MEDINA, 1988, p. 88).

De tal modo, a apuração de informações internacionais é prejudicada pela ideia de que, segundo Pereira Junior (2010),

[...] quando a observação ou o contato direto dão lugar a meios indiretos de obtenção de informação – o telefone, a internet, o *press-release*, o arquivo, **o risco de desumanizar a cobertura ganha complicadores adicionais, tal o grau de distanciamento a ser agregado à interlocução entre repórter e entrevistado.** [grifo nosso] (*Ibid*, p. 96-97).

Por conseguinte, a entrevista consolida, de acordo com Medina (1988), a importância do contato do repórter com a realidade. Para a autora, o repórter representa, “um componente essencial, sobretudo na mensagem que se volta ao nível-massa”. (MEDINA, 1988, p. 89). Isso posto, Alfonso (2013) aponta que, pesquisas no âmbito do jornalismo e suas relações com a sociedade estão sendo cada vez mais desenvolvidas.

Tal tópico apresenta sua elaboração na premissa do levantamento teórico a partir da entrevista e dos limites teórico-metodológicos do “receptor passivo”²⁹, concepção ligada aos estudos acerca da sociedade e sua interação com a mídia, assim como suas correlações ao jornalismo internacional. Ou seja, os veículos midiáticos são os responsáveis pela entrevista, preferencialmente humanizadas, onde haja, segundo Pereira Junior (2010), “a preocupação em não deixar encobertas zonas importantes daquilo que é retratado, por causa de rotinas produtivas burocratizadas e as práticas excludentes” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 99).

²⁹ Concepção defendida por autores, desde Lipmann e Lasswell, até a Escola de Frankfurt como Adorno, Horkheimer e Habermas, e criticada por Thompson (BARROS FILHO; LOPES; PERES NETO, 2010, p. 80)

Contudo, as críticas à noção de receptor passivo, aquele que “seria facilmente controlado, manipulado e induzido a agir”, explicitam a visão de que, assim como os *gatekeepers* selecionam as mensagens a serem enviadas ao público, o público também realiza o seu próprio “processo seletivo da recepção midiática” (BARROS FILHO; LOPES; PERES NETO, 2010, p. 82-86). Tal processo é a chamada “exposição seletiva” que “diz respeito ao início do contato entre o receptor e a mensagem” (*Ibid*, p. 86), momento em que o indivíduo exercerá seu poder de escolha. Desse modo, segundo os autores, a partir da análise de Thompson (2000),

não podemos tomar como verdade absoluta a afirmação de que os indivíduos que compõem as sociedades industriais modernas estão claramente integrados na ordem social, ou que suas capacidades intelectuais estão tão enfraquecidas que eles não conseguem mais ter um pensamento crítico e independente (THOMPSON, 2000 *apud* BARROS FILHO; LOPES; PERES NETO, 2010, p. 85-86).

Portanto, nesse contexto, Leon Festinger (1975) aponta a consideração de que, segundo Barros Filho, Lopes e Peres Neto (2010), “ao optarmos por uma mensagem, evitamos um desconforto psicológico”. De tal forma, em se tratando da ideia de “poder de escolha”, os autores introduzem a seguinte questão: “se temos em alguma medida esse poder, o que faz que selecionemos uma mensagem em detrimento de outra?” (*Ibid*, p. 86). Por conseguinte, apresentam a seguinte reflexão:

a explicação mais comum é a da exposição defensiva, que propõe que a escolha das informações se dê com base em pontos de vista anteriormente assumidos. Assim, teríamos uma disposição a escolher, diante de duas mensagens hipotéticas e incompatíveis, a favorável ou a maior favorável. Ou seja, aquela que reforce nossas convicções, pontos de vista, opiniões e gostos (BARROS FILHO; LOPES; PERES NETO, 2010, p. 86).

De tal modo, ainda que o indivíduo seja ativo na recepção das mensagens midiáticas, este, em algumas situações, de acordo com Barros Filho, Lopes e Peres Neto (2010), é subjugado por elas. Isso posto, partindo da noção antropológica atrelada ao universo simbólico/categórico de povos em guerra, Andrea Peres (2005), apresenta entre uma das hipóteses de seu estudo que:

[...] tudo indica que a imprensa, mais do que descrever os fatos (a guerra, o conflito), acaba por naturalizá-los, despolitizando-os, e

noções e conceitos altamente problemáticos, ganham um caráter explicativo em si, cujo efeito é tranquilizador: se *eles* são assim e sempre foram assim, não há nada a fazer. [grifo próprio] (PERES, 2005, p. 7).

Isso posto, segundo Berger³⁰ (2011), Groth (2011) avalia que “uma nova ciência não é feita pela novidade do objeto, mas pelo modo de contemplação” (GROTH, 2011 *apud* BERGER, 2011, p. 277), ou seja, para o autor, o papel da Ciência dos Jornais é a de que “nas ciências humanas o método específico e mais importante é o *compreender*, ao contrário das ciências naturais que têm no *esclarecer* como foco metodológico” [grifo próprio] (GROTH, 2011 *apud* ALFONSO, 2013, p. 4).

Portanto, tendo como base as considerações à seleção da notícia, à entrevista, às agências de notícia, ao poder de escolha e às críticas ao conceito de “receptor passivo”, neste capítulo que discorreu sobre as correlações entre o jornalismo internacional e as teorias de comunicação, é pertinente a afirmação em que “o conhecimento teórico da Comunicação favorece a compreensão crítica das relações que, entre si, os indivíduos mantêm” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 67).

Por conseguinte, em decorrência do tema da presente pesquisa, a crise humanitária mundial, datada, segundo chefe humanitário da ONU, Stephen O'Brien³¹, a partir de março de 2017, o capítulo seguinte formulará um breve histórico dos países em crise, sendo os seguintes: o Iêmen, o Sudão do Sul, a Nigéria e a Somália.

³⁰ Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/8183/6088>> Acesso em outubro 2017.

³¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Internacional, 11 março 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-mundo-enfrenta-maior-crise-humanitaria-desde-1945,70001695766>> Acesso em outubro 2017.

4 OS PAÍSES EM CRISE – IÊMEN, SUDÃO DO SUL, NIGÉRIA E SOMÁLIA

Neste capítulo, será apresentada a definição de crise humanitária a partir do ponto de vista da ajuda humanitária, o contexto da atual crise e suas raízes – para uma melhor compreensão do tema – assim como um breve histórico dos países em situação de risco.

4.1 A definição de crise humanitária, o papel da mídia e os perigos da cobertura jornalística em locais de conflito

4.1.1 A crise humanitária definida a partir da ajuda humanitária

As recentes crises humanitárias adquiriram, segundo Pureza³² (2012), a partir de meados dos anos 90, a concepção de crises “de tipo novo”. Tal concepção se originou na emergência de um “novo humanitarismo”, que apresenta, de acordo com o autor, diferentes visões em relação à clássica ajuda humanitária. O clássico humanitarismo foi considerado, por décadas, segundo Nascimento³³ (2009), como uma resposta efetiva às crises, a partir de princípios como fornecimento de alívio e proteção, sem favorecer nenhuma das partes envolvidas nos conflitos. Contudo, ao final da Guerra Fria, a comunidade de ajuda humanitária foi surpreendida, de acordo com a autora, com novos cenários, novos atores e novos desafios das chamadas “novas guerras”, definidas pelos Estados Unidos como “emergências complexas”.

Por conseguinte, uma nova ordem mundial emergiu, caracterizando um período de mudanças nas preocupações geopolíticas, assim como um crescimento no número de conflitos internos. De tal modo, Nascimento (2009) explicita que foram incorporados objetivos em longo prazo nessa perspectiva, como a proteção e o desenvolvimento dos direitos humanos, assim como a construção de uma paz duradoura. Segundo Pureza (2012), as crises humanitárias de tipo novo se fundamentam em dois fatores:

³² Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/46/30>> Acesso em novembro 2017.

³³ Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiF95-phtDXAhWEi5AKHQ4GCCkQFggsMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipris.org%2Fphp%2Fdownload.php%3Ffid%3D91&usg=AOvVaw2CjFJm0tQuaybGgCgNhBk7>> Acesso em novembro 2017.

Em primeiro lugar, ao impacto das críticas a diversas operações humanitárias, que puseram em destaque não só a natureza paliativa e não sustentável dessas operações como também a sua ajuda objetiva à perpetuação dos conflitos e/ou à supremacia dos perpetradores de violações graves do direito humanitário. Em segundo lugar, à multiplicação e à grande visibilidade das “emergências políticas complexas” no pós-Guerra Fria, em que se misturavam a privatização e a disseminação social do emprego da violência armada com a falência das estruturas administrativas dos Estados e dos circuitos econômicos de produção e distribuição [...] (PUREZA, 2012, p. 6)

Dessa maneira, no contexto pós-Guerra Fria, muitos países em crise diminuem o espaço disponibilizado às ações humanitárias, segundo a Médicos Sem Fronteiras³⁴. De tal modo, pela dificuldade da assistência chegar aos lugares afetados, as crises se agravam e a situação se torna insegura até mesmo para os voluntários, ainda que estes sejam imparciais aos conflitos. Relacionados a controvérsias de natureza política, religiosa ou ideológica, tais conflitos se caracterizam, de acordo com a organização, pela violência, pelo grande número de refugiados e pelas necessidades médicas não supridas.

4.1.2 O papel da mídia nas crises humanitárias

A maior parte das crises humanitárias não recebe nenhuma atenção dos veículos de comunicação e, de acordo com a ONG Repórter Brasil³⁵, estão completamente invisíveis às preocupações da população mundial. Por conseguinte, com o intuito de chamar a atenção do mundo para as tragédias da época, a MSF³⁶ publicou, em 2005, uma lista com as dez crises humanitárias mais negligenciadas pela mídia. Entre elas, foram citadas as situações na Uganda, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Chechênia, Haiti, Somália, Colômbia e Norte da Índia. Desse modo, para ilustrar a preferência da mídia em falar das violações mundiais aos direitos humanos somente em alguns lugares, o cientista político,

³⁴ Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/msf-divulga-dez-maiores-criises-humanitarias>> Acesso em novembro 2017.

³⁵ Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/01/criises-humanitarias-ignoradas-pelos-meios-de-comunicacao/>> Acesso em novembro 2017.

³⁶ (*Ibid*, 2006).

Carlos Milani, em entrevista ao MSF³⁷ (2016), se refere à *agenda setting* no caso da China, no início dos anos 90:

A China, no início dos anos 1990, logo após Tiananmen, era o “bicho-papão” dos direitos humanos. Depois que o país passou por um *boom* econômico e passou a ser associado basicamente a comércio e negócios, ninguém mais tem abordado questões de direitos humanos. Em alguns momentos, as “agendas do bem” se prestam de modo muito conveniente à demonização do “outro”. (MSF, 2006, p. 165).

No entanto, o Brasil, como ator humanitário, ainda depende, segundo Abdenur e Sochaczewski (2006) em pesquisa acerca do conflito na Síria, de oscilações econômicas e reorientações políticas, além da participação da sociedade civil brasileira em assuntos e iniciativas humanitárias, que ainda é considerado principiante, “o que também contribui para a institucionalização ainda relativamente baixa da ajuda humanitária brasileira” (ABDENUR; SOCHACZEWSKI *apud* MSF 2006, 67). De tal modo, para Simone Rocha, diretora da ONG Médicos Sem Fronteiras no Brasil, no período de 2005, o interesse do público está diretamente ligado ao poder da mídia. De acordo com Rocha (2006),

Quando a mídia se interessa, a população também se interessa e cobra uma reação de seus dirigentes. Isso ocorre principalmente nos países europeus e nos EUA e, em escala bem menor, no Brasil e em outros países da América Latina. A mídia tem o poder de revelar coisas que desconhecemos e de dar voz a populações que normalmente não teriam. (ROCHA *apud* REPÓRTER BRASIL, 2006).

De tal modo, Robinson³⁸ (2000) apresenta dois cenários em que a mídia exerce influência sobre os governos, os quais optam por intervir ou não nas crises humanitárias. O primeiro cenário é, segundo o autor, quando o governo se encontra em incerteza política e o enquadramento crítico da cobertura da mídia expressa empatia pelas pessoas em sofrimento. Nesse caso, os políticos, incertos do que fazer e sem uma linha política definida para contornar a cobertura crítica da mídia, podem ser forçados a intervir durante uma crise humanitária, em razão da pressão midiática e do medo de uma potencial reação negativa por parte do público devido à

³⁷ Disponível em: <https://www.msf.org.br/publicacoes/livro_crisis_humanitarias_e_o_papel_brasil.pdf> Acesso em novembro 2017.

³⁸ Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/425283>> Acesso em novembro 2017.

inação do governo. Já o segundo cenário está relacionado a um governo que tem objetivos claros e articulados que tendem a definir a nova agenda da mídia. Por conseguinte, torna o curso de ação governamental em crises humanitárias improvável de ser influenciado pelos veículos de comunicação.

Em vista disso, em relação à cobertura de locais em conflito e à divulgação dessas notícias, Rocha (2006) ainda argumenta que “no geral, a mídia internacional se pauta pela mídia e pelos interesses dos EUA, quando, na verdade, a política internacional vai muito além disso” (*Ibid*, 2006). Porém, existem fatores que evidenciam a negligência por parte da mídia. Entre esses fatores está a dificuldade de cobrir tais acontecimentos, “que ocorrem, na maioria das vezes, em locais de difícil acesso e de pouca segurança para os jornalistas, já que normalmente são regiões marcadas pela violência” (*Ibid*, 2006). Desse modo, o tópico a seguir irá tratar, brevemente, da situação de risco que os jornalistas se encontram ao cobrirem tais territórios.

4.1.3 Os perigos da cobertura jornalística em locais de conflito

A segurança dos jornalistas é tópico recorrente quando o assunto é a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Em análise realizada pela UNESCO³⁹ (2014), 593 jornalistas foram mortos no período de 2006 a 2013, sendo 2012 o ano mais mortal, com um número de 123 assassinatos. No relatório, a mídia tradicional impressa é apontada como a mais afetada, seguida pelos veículos televisivos e pelas rádios. Segundo a pesquisa, 94% dos jornalistas mortos são homens. Ainda assim, é constatado que as mulheres são vítimas de tipos específicos de riscos, como ataques sexuais e assédios, os quais não são considerados nas estatísticas de ataques fatais. Em vista dos acontecimentos, a organização declara que “promover a segurança de jornalistas e combater a impunidade àqueles que os atacam são elementos centrais no apoio da UNESCO pela liberdade de expressão em todas as plataformas de mídia” (UNESCO, sem data)⁴⁰.

³⁹ Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002301/230101E.pdf>> Acesso em novembro 2017.

⁴⁰ Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/freedom-of-expression/safety-of-journalists/>> Acesso em novembro 2017.

Entretanto, segundo o Comitê Internacional de Proteção a Jornalistas⁴¹, desde 1992 já foram mortos um total de 1262 jornalistas em todo o mundo, sendo 34 somente no ano de 2017. De acordo com o CPJ, dentre o número de mortes, os motivos de 586 são políticos, seguido por questões de guerra, que somam 526, direitos humanos, 267, e corrupção, 256. As formas com que esses óbitos ocorrem são especificadas pelo Comitê em: assassinatos, 812 vítimas; fogo cruzado/combate, 288; e atribuições perigosas, 158. De tal modo, no Plano de Ação da ONU sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade, é atestado que,

[...] nos últimos anos, tem havido evidências inquietantes da escala e do número de ataques contra a segurança física de jornalistas e de trabalhadores da mídia, bem como de incidentes que afetam sua capacidade de exercer a liberdade de expressão, por meio de ameaças de processos judiciais, detenção, prisão, recusa de acesso e ausência de investigação e de punição dos crimes contra esses profissionais. Essas evidências têm sido levadas repetidamente à atenção da comunidade internacional por organizações intergovernamentais, associações profissionais, organizações não governamentais (ONGs) e outras partes interessadas. (ONU, 2015, p. 1)⁴².

Por conseguinte, de acordo com relatório da UNESCO (2014), a própria organização conduz uma campanha para promover, todos os anos, o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, comemorado no dia 3 de maio, e proclamado, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993. À parte das ações realizadas pela entidade, diferentes lugares emitiram declarações que chamam a atenção para a questão da segurança dos jornalistas, como a Declaração de Belgrado (2004) em “Suporte para a Mídia em Áreas de Conflito e Países em Transição”; a Declaração de Medellín (2007), em “Garantindo a Segurança de Jornalistas e Combatendo a Impunidade”; a Declaração de Cartago (2012), que propôs “a criação de um ambiente livre e seguro para jornalistas, trabalhadores da mídia e produtores de mídias sociais”; a Declaração de São José (2013), em “Segurança para Falar: Garantindo a Liberdade de Expressão em toda a Mídia”; e a Declaração de Paris (2014), em “Liberdade da Mídia para um Futuro Melhor”. (UNESCO, 2014, p. 4-5).

⁴¹ Disponível em: < <https://cpj.org/killed/> > Acesso em novembro 2017.

⁴² Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/04/plano-de-acao-seguranc3a7a-dos-jornalistas-onu.pdf> > Acesso em novembro 2017.

Tais providências solicitam medidas que mudem o cenário da realidade mundial do profissional de comunicação, visto que, segundo a ONU⁴³ (sem data), no mundo, pelo menos um jornalista é morto por semana. Portanto, em razão dos casos da cobertura jornalística de risco, o Comitê Internacional de Proteção a Jornalistas, organizou, em 2014, um “Manual de Segurança para Jornalistas”⁴⁴, criado por Frank Smith. Deve-se levar em conta que não só os correspondentes são alvos de ataques, mas, principalmente, os jornalistas locais, pois, segundo a UNESCO (2014), 94% dos jornalistas mortos moram na região, e, somente 6%, são estrangeiros.

Isso posto, além das declarações organizacionais e governamentais acerca do tema, foi elaborada, em 1994, segundo a Associação Nacional de Jornais⁴⁵, a Declaração de Chapultepec. Tal declaração é uma carta de princípios assinada “por chefes de estado, juristas e entidades ou cidadãos comuns”, que atesta, em dois de seus princípios, que “toda pessoa tem o direito de buscar e receber informação, expressar opiniões e divulgá-las livremente. Ninguém pode restringir ou negar esses direitos”, assim como “não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício dessa não é uma concessão das autoridades, é um direito inalienável do povo” (ANJ, sem data). Desse modo, os tópicos a seguir irão apresentar o contexto da atual crise humanitária, o histórico dos países envolvidos, assim como a relação de tais lugares com a mídia.

⁴³ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/campanha/seguranca-de-jornalistas/>> Acesso em novembro 2017.

⁴⁴ Disponível em: <<https://cpj.org/pt/2014/06/journalist-security-guide.php>> Acesso em novembro 2017.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/declaracao-de-chapultepec-2/>> Acesso em novembro 2017.

4.2 A atual crise humanitária, protocolos internacionais e o *media intervention*

Cerca de 125 milhões de pessoas estão, atualmente, “devastadas por conflitos armados, terrorismo, guerras civis e desastres naturais” e, segundo Cilene Victor⁴⁶ (2016) “demandam algum tipo de assistência humanitária” (VICTOR, 2016, p. 46). Dentro desse número, pelo menos 20 milhões se encontram no Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália, como dito por Stephen O'Brien⁴⁷, chefe humanitário da ONU, ao Conselho de Segurança da ONU.

Figura 2 – Alerta de emergência



Fonte: Site oficial da *Mercy Corps*⁴⁸

Os conflitos e desastres naturais de grandes proporções, segundo Victor (2016), geraram uma lacuna no financiamento das ações humanitárias e, para atender a demanda da atual crise são necessários 25 bilhões de dólares. Já para o Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália, como fundos imediatos, são necessários cerca de US\$ 4,4 bilhões até julho de 2017. Tal quantia, de acordo com a ONU⁴⁹, ainda que considerada grande, poderia ser alcançada, visto que, o PIB mundial

⁴⁶ Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/04/CasperLibero_ed37-A_CileneVictor.pdf> Acesso em outubro 2017.

⁴⁷ Fonte: Disponível em: < <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-mundo-enfrenta-maior-crise-humanitaria-desde-1945,70001695766>> Acesso em março 2017.

⁴⁸ Figura 1 – Alerta de emergência realizado pelo site oficial da *Mercy Corps*, agência internacional de ajuda humanitária. Tradução livre: “Mais de 20 milhões de pessoas no Sudão do Sul, Iêmen, Somália e Nigéria estão à beira da fome. Sua ajuda é urgentemente necessária para responder a essas crises e outras ao redor do mundo”. Fonte: *Mercy Corps*. Disponível em: <<https://www.mercycorps.org/countries/south-sudan>> Acesso em outubro 2017.

⁴⁹ Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/%5BHLP%20Report%5D%20Too%20important%20to%20fail%E2%80%94addressing%20the%20humanitarian%20financing%20gap.pdf>> Acesso em outubro 2017.

encontra-se em 78 trilhões de dólares anuais. Contudo, o combate às guerras civis e aos desastres ainda configura um desafio maior do que a necessidade financeira.

Simbolizando o enfrentamento a essa crise, foi realizada em maio de 2016, em Istambul, Turquia, a primeira Cúpula Mundial Humanitária (*World Humanitarian Summit*). Tal encontro, de acordo com Victor (2016), oficializou a percepção de que, direta ou indiretamente, os setores sociais falharam na supervisão das questões humanitárias. Para a autora,

é como se aqueles de dentro dos gabinetes políticos e científicos, da academia e das redações jornalísticas não tivessem se dado conta do tamanho da crise humanitária em formação, latente e deflagrada pelo acentuado fluxo migratório de pessoas em busca de sobrevivência frente aos conflitos armados e aos desastres naturais. (VICTOR, 2016, p. 46-47).

Como parte da compreensão das causas e consequências da crise e, para seu enfrentamento, foram apresentados durante a Cúpula, três documentos que, segundo Victor (2016), não tratam diretamente da crise humanitária, mas que “são considerados um importante norte para os formuladores de políticas públicas, acadêmicos, cientistas, para o setor privado, a imprensa e outras instituições atuantes ou interessadas no tema” (*Ibid*, p. 49).

Os documentos introduzidos no evento, sendo todos adotados pelos Estados-membros da ONU, foram o Marco de Ação de Sendai, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris, que, respectivamente, “tratam da redução de riscos de desastres, dos 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável efetivo e, por último, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas” (*Ibid*, p. 49). Desse modo, a imprensa mundial pode recorrer a tais protocolos como diretrizes para suas narrativas, assim como esses documentos convidam a mídia para mudar a atual realidade. Por conseguinte, a autora reflete que “o papel da comunicação, lembrado nestes protocolos, é o de aproximar as pessoas, a opinião pública e a sociedade do conhecimento dos fatos” (*Ibid*, p. 49). De tal modo, é confirmado, em relatório da ONU⁵⁰ (2016), o vínculo existente entre os países em estado de risco e a imprensa.

⁵⁰

Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/%5BHLP%20Report%5D%20Too%20important%20to%20fail%E2%80%94addressing%20the%20humanitarian%20financing%20gap.pdf> Acesso outubro 2017.

Portanto, baseado nas ideias de Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU, o relatório apresenta que,

[...] enquanto alguns desses países em extremo sofrimento podem conseguir ser ouvidos e receber a atenção da mídia por determinados períodos de tempo, a vasta maioria permanece sem voz e invisível, lutando para sobreviver um dia após o outro. [tradução livre]⁵¹ (ONU, 2016, p. 1).

Essas iniciativas dialogam com o conceito, ainda em desenvolvimento, de *media intervention*, que, para Howley (2013), sugere a “exploração da potencialidade da imprensa e da mídia em geral para promover mudanças nos cenários urgentes” (HOWLEY, 2013 *apud* VICTOR, 2016, p. 52). Ou seja,

[...] as narrativas da crise humanitária devem atentar-se para a urgência de um jornalismo que consiga ir além da disseminação de informações, tornando-se uma prática cotidiana em que o poder de ubiquidade e a credibilidade da imprensa e dos meios de comunicação como um todo interfiram na realidade. (*Ibid*, p. 51).

Partindo do ponto de vista de Morin (2011), da compreensão como um exercício da nossa existência, Victor (2016) formula que:

Não podemos mais atenuar os problemas e, tampouco, retardar a busca de suas soluções. E é neste caos que devemos encontrar um ponto de partida, um recomeço para a promoção de duas políticas que se conversam, a da civilização e a da humanidade. (*Ibid*, p. 46).

Nesse contexto, a intervenção da mídia tem, segundo relatório da ONU, “um grande potencial de focar atenção e facilitar a captação de fundos para crises esquecidas e sem recursos”⁵² (ONU, 2016, p. 16). Ou seja, para Arsenault, Himelfarb e Abbott⁵³ (2011),

[...] a habilidade de transmitir e compartilhar informações em tempo real, vinte e quatro horas por dia, ambos global e localmente, via múltiplos canais de comunicação, tem expandido o papel da mídia

⁵¹ No original: “While some of those in extreme distress might make themselves heard and receive media attention for periods of time, the vast majority remains voiceless and invisible, struggling to survive from one day to the next.”

⁵² No original: “[...] the media has huge potential to focus attention and facilitate fundraising for forgotten or underfunded crises”.

⁵³ Disponível em: <<https://www.usip.org/sites/default/files/PW77.pdf>> Acesso em outubro 2017.

em prever, melhorar e desencorajar conflitos. [tradução livre]⁵⁴ (ARSENAULT; HIMELFARB; ABBOTT, 2011, p. 5).

De tal modo, Victor (2016) defende “o uso de *media intervention* por meio de narrativas jornalísticas humanizadas” (VICTOR, 2016, p. 45), pois, relacionado ao pensamento de plataformas de mídia para o diálogo entre as partes discordantes de um conflito, Arsenault, Himelfarb e Abbott (2011) formulam a possibilidade da formação de “uma fonte crítica de informação sobre serviços disponíveis e ameaças potenciais.” [tradução livre]⁵⁵(ARSENAULT; HIMELFARB; ABBOTT, 2011, p. 5).

O primeiro procedimento para a humanização de uma notícia é, segundo Pereira Junior (2010), o tratamento dado às pessoas, à cena ou à história de um noticiário, pois, “noticiar com frieza protocolar é um ato desumanizante” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 96). Segundo o autor, o ato de “desumanizar” é “a fragmentação dos sentidos, a superficialidade, a falta de contextualização ou distanciamento acríptico das situações” (*Ibid*, p. 96).

Portanto, relacionando as ideias do autor à noção de *media intervention*, formula-se que “a humanização recupera a profundidade diante das coisas que pode revelar um compromisso com o mundo, um sinal de que ele deve ser humanizado para a renovação das pessoas, das relações que mantemos com os outros” (*Ibid*, p. 100). Tal reflexão é apresentada em relatório da ONU quando este explicita a necessidade de uma parceria entre a mídia e as causas humanitárias. Segundo o relatório,

a parceria com as companhias de mídia por tempo gratuito no ar e o direcionamento de doadores para uma aliança de parceiros humanitários pode reduzir os custos de angariação de fundos, melhorar a coerência da resposta humanitária, assegurar que o financiamento seja usado eficientemente pelos parceiros e fortalecer a confiança pública. [...] [tradução livre]⁵⁶ (ONU, 2016, p. 6)

⁵⁴ No original: The ability to impart and share information in real time, twenty-four hours a day, both globally and locally via multiple communication channels, has expanded the media’s role in precipitating, ameliorating, and discouraging conflict.

⁵⁵ No original: “Media platforms provide a platform for dialogue among disagreeing parties, and a critical source for information about available services and potential threats”.

⁵⁶ No original: “Partnering with media companies for free airtime and directing donors to an alliance of humanitarian partners can reduce fundraising costs, improve the coherence of humanitarian response, ensure funding is used efficiently by partners, and strengthen public trust”.

Desse modo, em relação à cobertura humanizada necessária para tais fins, Medina (1998) assinala que “histórias humanas que formam a rede de significações cotidianas dão lugar a conceitos e juízos de valor nas falas entre aspas” (MEDINA, 1998 *apud* PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 94). Contudo, para além de uma cobertura humanizada, a violação à liberdade de imprensa, segundo a Repórteres Sem Fronteiras (2017)⁵⁷, é um dos fatores que dificultam a cobertura jornalística em diversos países, assim como nos que se encontram em crise e conflitos internos.

De acordo com uma série de retratos realizada pela organização, publicada neste ano, em ocasião do dia 2 de novembro, “Dia Mundial de Luta Contra a Impunidade em Crimes Cometidos Contra Jornalistas”, o Iêmen, a Somália e o Sudão do Sul são países que possuem membros entre os “35 chefes de estado, políticos, líderes religiosos, milícias e organizações criminosas que censuram, aprisionam, torturam ou assassinam jornalistas” (RSF, 2017)⁵⁸. Todos os 35 são listados e descritos, pela RSF, desde as suas técnicas de ataque até os seus alvos favoritos e discursos oficiais, sendo, então, intitulados pela organização como “predadores da liberdade de imprensa”.⁵⁹ Em vista disso, para uma melhor compreensão da cobertura jornalística na atual crise humanitária mundial, os tópicos a seguir irão abordar um breve histórico dos países em situação de risco.

4.3 Iêmen

O território iemenita localiza-se na região sudoeste da península arábica e, segundo Alves e Machry⁶⁰ (2016), esta é uma posição estratégica em virtude do estreito de Bab el-Mandeb, que conecta o Oceano Índico ao Mar Vermelho e, por conseguinte, ao Mediterrâneo. Como consequência dessa posição geográfica, o Iêmen permaneceu sob controle dos impérios Otomano e Britânico. Separados em Norte e Sul até o início do século XX, em novembro de 1918, o Norte conquistou sua independência dos otomanos e, o Sul, se libertou dos britânicos somente em 1967,

⁵⁷ Disponível em: <<https://rsf.org/pt/noticia/rsf-publica-sua-lista-negra-de-predadores-da-liberdade-de-imprensa>> Acesso em outubro 2017.

⁵⁸ *Ibid*, 2017.

⁵⁹ Disponível em: <<https://rsf.org/pt/portraits/predator?page=1>> Acesso em outubro 2017.

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/12/POR-Alves-Machry.pdf>> Acesso em outubro 2017.

segundo artigo da *Library of Congress*⁶¹ (2008), biblioteca nacional estadunidense. De acordo com Alves e Machry (2016), os territórios permaneceram separados, “contudo, as revoluções ocorridas em ambos os lados da linha divisória haviam propagado ideias de unidade nacional [...] que chegavam na região desde os anos 1950” (ALVES; MACHRY, 2016, p. 35).

Figura 3 – Iêmen na Península Arábica



Fonte: Site oficial da *Central Intelligence Agency*⁶²

Desse modo, no final da década de 80, com o enfraquecimento da União Soviética, que apoiava o Iêmen do Sul, e com a possibilidade do Norte em obter uma exploração conjunta de petróleo, as partes se unificaram, oficialmente, em 22 de maio de 1990. Em razão disso, o então presidente do Iêmen do Norte, Ali Abdullah Saleh, se tornou presidente da nova República do Iêmen. Nessa conjuntura, Machry⁶³ (2016) formula que:

Até então, o território iemenita era dividido entre República Democrática Popular do Iêmen (Iêmen do Sul), de regime socialista, e República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte). Dezesesseis anos após a unificação, porém, o país encontra-se em guerra civil, e a união parece ter intensificado as diferenças existentes entre o Norte e o Sul

⁶¹ Disponível em: <<https://www.loc.gov/rr/frd/cs/profiles/Yemen-new.pdf>> Acesso em outubro 2017.

⁶² Fonte: *Central Intelligence Agency*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ym.html>> Acesso outubro 2017.

⁶³ Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/154514/Poster_47653.pdf?sequence=2> Acesso em outubro 2017.

e contribuído, assim, para o aumento da instabilidade da região. (MACHRY, 2016, p. 1).

Tais diferenças provêm, em grande parte, do descontentamento popular em relação à representação política, assim como das diferenças religiosas e regionais. Portanto, para Machry (2016), as fragilidades do Iêmen remontam à sua formação, sendo um país “estruturalmente afetado por dificuldades na constituição de um governo central, e conseqüentemente no controle e unificação de seu território” (ALVES; MACHRY, 2016, p. 32).

Durante a Primavera Árabe, em 2011, a população iemenita foi às ruas em protestos ao governo de Saleh, no poder a 33 anos. Tal movimento, segundo Visentini et al⁶⁴ (2012), “representa um movimento geral, com bases comuns em toda a região e relacionado à crise econômica mundial, mas que em cada país encontra formas e contradições específicas”. (VISENTINI et al, 2012, p. 58). De tal modo, pressionado pela Arábia Saudita e pelos EUA, Saleh abandonou a presidência. No ano seguinte, Abdu Rabbu Mansour Hadi, seu vice-presidente, tomou poder após eleições. De tal modo, de acordo com Alves e Machry (2016), o atual conflito teve início em janeiro de 2015, em detrimento da tomada de poder pelos Houthis, que não chegavam a acordos com o governo de Hadi e que discutiam “uma maior participação Houthi no governo e sobre as reformas econômicas e militares desejadas pelo grupo” (*Ibid*, p. 36).

Isso posto, no contexto político, um dos elementos para instabilidade do país se sustenta no sectarismo apresentado pelos grupos Ansar Allah (Houthis) e al-Hirak (Movimento Secessionista do Sul). Entre as demais raízes para a fragilidade desse Estado, estão

[...] b) Atuação de grupos jihadistas: a Al-Qaeda na Península Árabe (AQPA) controla parte significativa do território. Desde 2015, destaca-se a ação do Estado Islâmico (EI) e sua disputa com a AQPA.

c) Economia dependente do petróleo: elemento que tornou-se especialmente problemático com a queda na produção depois de 2001 e com a disputa territorial nas regiões com maiores reservas.

d) Alto grau de influência estrangeira: a forte influência da Arábia Saudita no país é histórica e hoje se caracteriza pela intervenção militar na guerra civil. Os ataques aéreos estadunidenses contra a AQPA e o EI também merecem destaque. (MACHRY, 2016, p. 1).

⁶⁴ Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137/133>> Acesso em outubro 2017.

Tais conflitos políticos e dominações por parte de grupos extremistas afetam diretamente a segurança e a saúde de civis, visto que, segundo Johannes Bruwer⁶⁵, em matéria especial para a BBC, em junho deste ano, “água potável no Iêmen é um luxo. Falta ainda eletricidade, enquanto o lixo se acumula pelas ruas. O sistema de esgoto parou de funcionar em 17 de abril”. O relato confirma, então, que após 10 dias, os primeiros casos de cólera surgiram na capital do país, Sanaa. Até a data da matéria em questão, cerca de 200 mil pessoas haviam sido infectadas, e mais de 1,3 mil morreram. Para Bruwer, “mesmo que um milagre fizesse a crise da cólera desaparecer, ainda há o problema da guerra”. (BRUWER, 2017)⁶⁶

Portanto, a partir do conceito e da ideia de *media intervention*, a imprensa seria capaz de dar suporte a esse país. Contudo, no contexto das plataformas midiáticas que circundam o Iêmen em relação a seus serviços prestados à população, o Ministério da Informação relata que, segundo artigo da *Library of Congress* (2008), “pela lei e regulação, jornais e revistas devem ser licenciados pelo governo, e seu conteúdo é restrito. Já havendo relatos de jornalistas sendo fisicamente atacados, assim como presos e detidos”⁶⁷. (CONGRESS, 2008, p. 20).

O jornalista norte-americano Jeremy Scahill⁶⁸ (2014) relata histórias de locais em que ocorrem a “guerra secreta americana” contra o terrorismo no Iêmen. Em uma de suas histórias, o autor descreve a trajetória do jornalista iemenita Abdulalah Haider Shaye, e em como este não deixou de cobrir o bombardeio de Al-Majalah, em 2010, mesmo que isso o colocasse em perigo. Na época, Shaye trabalhava como correspondente para o *Washington Post*, a *ABC News*, a *Al-Jazeera* e outras fontes de notícias internacionais e, segundo Scahill, “com frequência fazia

⁶⁵ Chefe adjunto da delegação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no Iêmen.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40397983>> Acesso em agosto 2017.

⁶⁷ No original: “Yemen’s Ministry of Information influences the media through its control of printing presses, granting of newspaper subsidies, and ownership of the country’s only television and radio stations. [...] By law and regulation, newspapers and magazines must be government-licensed, and their content is restricted. There have been reports of journalists being physically attacked, as well as arrested and detained” (CONGRESS, 2008, p. 20).

⁶⁸ Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vCWoBAAQBAJ&pg=PT576&lpg=PT576&dq=i%C3%AAmen+jornalistas&source=bl&ots=UXtFK6Gm6A&sig=MXuRrXU60gKSye21xohZm-7F7WE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiSwtO4q6DXAhUH0SYKHTYXD_cQ6AEIUDAK#v=onepage&q=i%C3%AAmen%20jornalista&f=false> Acesso em outubro 2017.

reportagens que mostrava a política americana no Iêmen sob um ângulo negativo” (SCAHILL, 2014, p. 41).

Na época, segundo o autor, os Estados Unidos passaram a falar aos órgãos de comunicação americanos, que trabalhavam com Shaye, que interrompessem sua relação com o jornalista. De tal modo, chegou ao conhecimento de Scahill de que o governo afirmava, a partir de “informações sigilosas”, que Shaye usava sua remuneração para cooperar com a Al-Qaeda. O chargista político, Kamal Sharaf, amigo do jornalista, negou a acusação afirmando que Shaye é uma figura rara no jornalismo do Iêmen, e acrescentou: “Abdulelah continuou a noticiar os fatos, não para agradar aos americanos ou a Al-Qaeda, mas por acreditar que a sua versão dos fatos era verdadeira e que o papel do jornalista consiste em dizer a verdade”. (*Ibid*, p. 43). No relato, Shaye, foi perseguido, sequestrado, espancado, investigado e, posteriormente, preso por determinado período em razão de suas afirmações e análises acerca do bombardeio. Segundo o autor, para o advogado do jornalista, Abdulelah Haider Shaye havia sido preso “devido a um pedido dos Estados Unidos” (*Ibid*, p. 42).

De tal forma, o site oficial da Repórteres Sem Fronteiras⁶⁹ afirma que as informações acerca do território são raras, considerando que a maioria dos veículos de comunicação está sendo controlada pelos envolvidos no conflito, como os canais de televisão Al-Jazeera, Al-Yamane-Chabab e Yemen-Digital Media. Porém, segundo dados próprios da organização, em 2017, dois jornalistas já foram assassinados em terras iemenitas e “mais de 15 jornalistas e colaboradores de mídias locais estão atualmente detidos pelos hutis, alguns desde 2015”. Isso posto, em balanço atual realizado pela RSF,

Desde a tomada da capital Sanaa pelos rebeldes hutis, aliados ao ex-presidente Saleh, em setembro de 2014, **as perturbações políticas e de segurança afetaram gravemente a liberdade de imprensa no Iêmen. Agressões, sequestros e ameaças fazem parte do cotidiano dos jornalistas, quando não são vítimas de bombardeios pela coalizão árabe dirigida pela Arábia Saudita.** [grifo nosso] (RSF, 2017).

⁶⁹ Disponível em: <<https://rsf.org/pt/iemen>> Acesso em outubro 2017.

A violência contra jornalistas, de acordo com a ficha⁷⁰ técnica do país, elaborado pela instituição, foi agravada, mais recentemente, chegando ao número de 67 registros de ataques a jornalistas nos oito meses que se seguiram à conquista da capital pelos Houthis. Desse modo, em razão dos conflitos do Iêmen, da regulação de sua mídia e de seu breve histórico apresentado, o seguinte tópico irá tratar do Sudão do Sul, também em situação de risco dentro do panorama da atual crise humanitária.

4.4 Sudão do Sul

O Sudão do Sul é, segundo Gerbase e Visentini⁷¹ (2014), a nação mais nova do mundo. Tendo se tornado independente em 2011, 98,6% dos sudaneses do sul votaram a favor da divisão do Sudão, de acordo com Natsios⁷² (2012). Porém, desde a sua independência, “o país tem um dos piores índices de qualidade de vida do mundo” (GERBASE; VISENTINI, 2014, p. 1).

Figura 4 – Sudão do Sul, África



Fonte: Site oficial da *Mercy Corps*⁷³

⁷⁰ Disponível em: <<https://rsf.org/pt/predator/os-houthis>> Acesso em outubro 2017.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cebrafrica/wp-content/uploads/2017/06/Gerbase.pdf>> Acesso em outubro 2017.

⁷² Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=D6rNBYKH0e4C&oi=fnd&pg=PP1&dq=south+sudan&ots=OmPCwLaucW&sig=yypO3Bkjb8byUfeJTY1PG2wf3-Q#v=onepage&q=south%20sudan&f=false>> Acesso em outubro 2017.

⁷³ Mapa Sudão do Sul. Disponível em: <<https://www.mercycorps.org/countries/south-sudan>> Acesso em outubro 2017.

Tais dificuldades decorrem do histórico contínuo de conflitos e guerras civis no território. Quando o Sudão se preparava para sua independência dos poderes dos britânicos e dos egípcios, em 1956, os líderes do sul acusaram as novas autoridades de Cartum, capital do atual Sudão do Sul, de tentarem impor à população uma identidade islâmica e árabe “sem qualquer preocupação em relação às diferenças culturais e às demandas do Sul” (GERBASE, 2015, p. 15)⁷⁴. Segundo Messari (2006), em relação à Cartum, “desde os primeiros momentos de sua independência, seu governo tem tentado estabelecer a lei islâmica (ou Sharia) como fonte exclusiva de direitos do país” (MESSARI, 2006 *apud* GURJÃO; PEREIRA, 2013, p. 4). Portanto,

tendo em vista que a população de religião islâmica representa dois terços do total, um quarto de religiões animistas e o restante cristão com pouco mais de 5% da população, **os setores não islâmicos concentrados ao sul do país nunca aceitaram tal posicionamento do governo central** [grifo nosso] (GURJÃO; PEREIRA, 2013, p. 4).

Em 1955, a situação desencadeou uma guerra civil no sul, entre o movimento guerrilheiro Anyanya e o governo sudanês. Somente em 1972, quase duas décadas depois, o conflito teve seu fim quando o acordo de paz de Addis Abeba concedeu ao sul uma medida de autonomia. Cerca de 2,5 milhões de pessoas perderam suas vidas e mais de 4 milhões foram deslocadas, gerando um grande número de refugiados que passaram a procurar abrigo em países vizinhos, como o Egito, que, ainda que em acordo com compromissos internacionais, segundo o Fórum Migrações⁷⁵ (2007), restringiu consideravelmente a entrada aos refugiados.

Contudo, em 1983, o governo sudanês cancelou os acordos de autonomia, o que, conseqüentemente, trouxe à tona o movimento separatista liderado pelo Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM) e sua arma armada, o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA). Desse modo, Gerbase e Visentini (2014), avaliam o processo de independência do Sudão do Sul não somente como uma

⁷⁴ Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140609/000988962.pdf?sequence=1>> Acesso em outubro 2017.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/KIT_PORT.pdf> Acesso em outubro 2017.

consequência da guerra civil sudanesa (1956-2005), mas também do apoio estrangeiro recebido pelos EUA, pois, a partir da política estadunidense,

[...] com o objetivo de diminuir o controle dos poços petrolíferos sudaneses por parte dos chineses, estabelecido nos anos 1990, e, em contrapartida, aumentar o seu, os EUA articulam o processo de independência do Sudão do Sul, que colocaria nas mãos de um país com graves problemas políticos, econômicos e de infraestrutura 75% das reservas de petróleo que anteriormente pertenciam ao Sudão. (*Ibid*, p. 2).

Portanto, com o Acordo Compreensivo de Paz (ACP) de 2005, a guerra civil sudanesa se encerrou e foi determinada, em 2011, a execução de um referendo no Sudão do Sul. Tal medida colocou “enorme poder político em um movimento – e não em um partido – com grandes rixas internas, o que aumenta a probabilidade de conflitos no futuro Sudão do Sul independente” (*Ibid*, p. 2). Por conseguinte, o atual conflito interno, datado de 2011, é ocasionado “por uma disputa de poder entre o presidente, Salva Kiir, e seu ex-vicepresidente, Riek Marchar, ambos do Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão, partido hegemônico do país” (*Ibid*, p. 1).

Formado a partir dos 10 estados ao sul do Sudão, o país tem uma grande diversidade étnica, religiosa e cultural, contando, segundo Gurjão e Pereira⁷⁶ (2013), com “19 grandes etnias e mais de 600 subgrupos” (*Ibid*, p. 4). Para tanto, com o desenrolar da guerra civil sudanesa, a disputa de poder “se expandiu para um conflito entre as duas maiores etnias do país, a Dinka e a Nuer” (GERBASE; VISENTINI, 2014, p. 1), tornando a guerra não só política, econômica e religiosa, mas também étnica.

Atualmente, segundo a *Mercy Corps*, agência internacional de ajuda humanitária, estima-se que 6 milhões de pessoas, mais da metade da população, esteja em risco de fome extrema e, cerca de 1,7 milhões requerem assistência imediata.⁷⁷ De acordo com a organização,

⁷⁶

Disponível

em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/09.pdf>> Acesso em outubro 2107.

⁷⁷ Disponível em: <<https://www.mercycorps.org/articles/south-sudan/south-sudan-famine-threat-still-looms>> Acesso em outubro 2017.

[...] milhões de pessoas pelo país não sabem de onde a sua próxima refeição virá. **Meses depois de o mundo se tornar ciente da crise de fome quando a ONU declarou situação extrema, Deepmala Mahla⁷⁸ e seu time ainda encontram vilas que não receberam ajuda.** Eles trabalham rapidamente para identificar e encontrar as famílias em necessidade antes que a circunstância se deteriore mais. [tradução livre]⁷⁹ [grifo nosso] (MERCY CORPS, 2017)

Nessa conjuntura, em que a atuação da *media intervention* poderia ser aplicada, a imprensa do Sudão do Sul se encontra em um estado deplorável, como descreve a Repórteres Sem Fronteiras na elaboração da ficha⁸⁰ técnica do país. O Sudão do Sul é marcado pela organização como um dos “predadores da liberdade de imprensa”, pois, seu presidente, Salva Kiir, é responsável pela “censura e apreensão de exemplares diários, ameaças, assédio, detenções arbitrárias, maus-tratos e assassinatos” [tradução livre]⁸¹ (RSF, 2017). Os jornalistas alvos são, segundo dados da RSF, quaisquer que mencionem “o conflito do presidente com o seu rival Riek Machar, sua política em geral ou a situação do econômica do país” (RSF, 2017). Desde a independência do país e a presidência de Salva Kiir, em 2011, sete jornalistas foram mortos.

Em razão desse e de outros conflitos passados, Natsios (2012) assinala que o Sudão do Sul acabou atraindo, por mais de dois séculos, a atenção dos países além de suas fronteiras. De acordo com o autor, o interesse internacional pelo país se dá por quatro fatores: pelo movimento mundial de intervenção que se formou em detrimento da brutalidade com que os dois conflitos internos mataram 2,5 milhões de pessoas e deixaram 4 milhões desabrigadas; a descoberta e a produção de petróleo no território; o número alarmante de líderes que surgiram na Arábia e na África, em meados de 1990, a partir do plano do governo sudanês em usar o país como a base para projetar um apocalipse islâmico no exterior; e o fato do país se tornar um refúgio

⁷⁸ Diretor do país Sudão do Sul na *Mercy Corps*.

⁷⁹ No original: “Millions of people across the country do not know where their next meal will come from. Months after the world became aware of the hunger crisis when the UN declared famine, Deepmala and her team still encounter desperate villages that have not received aid. They work quickly to identify and meet families’ needs before circumstances deteriorate further”. Disponível em: <<https://www.mercycorps.org/articles/south-sudan/south-sudan-famine-threat-still-looms>> Acesso em outubro 2017.

⁸⁰ Disponível em: <<https://rsf.org/pt/predator/salva-kiir>> Acesso em outubro 2017.

⁸¹ No original: “Censura e incautación de ejemplares de diários, amenazas, acoso, detenciones arbitrarias, malos tratos, asesinatos”.

para grupos estrangeiros terroristas que cometeram violentos ataques à Arábia, África e países ocidentais. Em vista do histórico apresentado do Sudão do Sul, o tópico a seguir irá tratar da Nigéria – sua história e representação na mídia.

4.5 Nigéria

Atualmente, com uma população estimada em 183 milhões de pessoas⁸², a Nigéria está entre os dez países mais populosos do mundo e, segundo o Departamento de Informação Pública das Nações Unidas⁸³, é o que mais cresce em números. Seu território localiza-se, segundo Visentini⁸⁴ (2011), em uma grande rede hidrográfica, onde os rios mais importantes são o Níger e o Benue. O delta do Níger é uma região rica em petróleo, porém,

o dinheiro é repassado diretamente ao governo federal ou às multinacionais que realizam a extração, **com a população do delta do Níger vivendo em estado de pobreza**. Assim, passaram a surgir diversos grupos lutando pela distribuição de uma parte dos lucros do petróleo para a população da própria região. É notável que mesmo que um grupo rebelde do delta do Níger seja derrotado, surgem outros, **enquanto o problema socioeconômico por trás de tais grupos não é resolvido**. [grifo nosso] (VISENTINI, 2011, p. 10).

Portanto, será apresentado a seguir que, sua geografia, política e economia marcam a história do país em dificuldades agrícolas, golpes de Estado e ditaduras.

Figura 5 – Nigéria, África



Fonte: BBC News⁸⁵

⁸² *Nigeria's Current Estimated Population*. Disponível em <<http://population.gov.ng/>> Acesso em outubro 2017.

⁸³ *United Nations Department of Public Information*. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/other/21/21June_FINAL%20PRESS%20RELEASE_WPP17.pdf> Acesso em outubro 2017.

⁸⁴ Disponível em <<http://funag.gov.br/loja/download/794-Livro-na-Rua-Nigeria.pdf>> Acesso em outubro 2017.

⁸⁵ Mapa da Nigéria, África. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13949550>> Acesso em outubro 2017.

Antes da colonização, os Yorubás e os Igbos eram os povos com tradições mercantis mais fortes e, de acordo com Visentini (2011), contavam com sistemas democráticos de governo. Já o povo Hausa-Fulani, era um grupo diversificado, controlado por emires, o que o agregava “certo grau de centralização e falta de mobilidade social.” (*Ibid*, p. 5). Desse modo, no final do século XIX, quando os ingleses dominaram o país, esses povos foram unificados administrativamente, em prol do interesse da Inglaterra em explorar as riquezas naturais da região e, os emires Hausa-Fulani, foram escolhidos como intermediários desse modelo, ganhando “preponderância política sobre toda a região administrativa da Nigéria” (*Ibid*, p. 6).

Com sua a independência, em 1960, o Congresso do Povo do Norte (Hausa) sobe ao poder em aliança com o Conselho Nacional de Cidadãos Nigerianos. Conseqüentemente, em 1963, como descrito por Visentini (2011), a influência britânica foi definitivamente rompida e a Nigéria proclamou-se República. Contudo, de 1963 a 1983, o país passou por eleições supostamente fraudadas e quatro golpes militares, fazendo com que, dois anos depois, a crise econômica se agravasse. Portanto, posteriormente, a Nigéria teve que lidar com a suspensão de ajuda econômica por parte dos EUA e do Reino Unido e, devido a intensos protestos, o governo foi forçado a marcar uma nova eleição presidencial.

Em 1998, o ex-presidente militar e preso político, Olusegun Obasanjo, foi libertado da cadeia por Abubakar, concorreu pelo Peoples Democratic Party (PDP), Partido Democrático Popular, e venceu, tornando-se presidente no início da IV República. Obasanjo destacou que seu governo iria focar em “acabar com a violência étnica no país” e foi reeleito em 2003, porém, a eleição foi considerada novamente fraudulenta pela oposição. Em 2007, o clima político se agravou e foi marcado por protestos violentos e ataques de grupos extremistas. Em 2014, para Afzal Ashraf⁸⁶, o que mudou em relação ao alcance das notícias sobre o tema “é que agora o mundo ocidental se deu conta dos horrores praticados por eles [grupos terroristas]” (BBC, 2014). Segundo Afzal:

⁸⁶ Consultor do *Royal United Services Institute* (RUSI), em matéria especial para a BBB, em 2014.

O sequestro de 276 meninas pelo grupo extremista Boko Haram na Nigéria, as decapitações de jornalistas e voluntários de ajuda humanitária por militantes do grupo que se autodenomina "Estado Islâmico" e o assassinato a sangue frio de mais de 130 crianças em uma escola de Peshawar pelo Talebã foram alguns dos atos de terrorismo que marcaram o ano de 2014. (BBC, 2014)⁸⁷.

O grupo radical islâmico, Boko Haram, considera a Nigéria um país governado por “não crentes”, ainda que, segundo Farouk Chothia⁸⁸, o atual presidente, Mohammadu Buhari, seja muçulmano. Em 2015, na mesma semana em que 12 pessoas morreram em tiroteio ao jornal crítico “Charlie Hebdo”, em Paris, cerca de 2.000 pessoas foram mortas em massacre no nordeste da Nigéria, considerado, pela Anistia Internacional⁸⁹, como o mais mortífero já realizado pelo Boko Haram. Em reportagem ao *Daily Maverick*, o jornalista Simon Allison critica que “existem massacres, e existem massacres [...] Pode ser o século 21, mas as vidas africanas ainda são menos notáveis – e, por implicação, menos valiosas – que as vidas ocidentais” [tradução livre]⁹⁰ (DAILY MAVERICK, 2015)⁹¹. Por outro lado, a cobertura jornalística nessa região é notavelmente difícil, pois, de acordo com o *The Guardian*,

jornalistas tem sido alvos do Boko Haram, e, ao contrário de Paris, as pessoas em terra estão isoladas e lutando por acesso à internet e outras comunicações. Ataques pelo Boko Haram interromperam ainda mais as conexões, significando que existe uma ausência de uma comunidade online capaz de compartilhar notícias, fotos e vídeos reportagens de notícias à medida que se desenrolam. [tradução livre]⁹² (GUARDIAN, 2015).⁹³

87

Disponível

em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141227_violencia_extremista_2014_rm.shtml>

Acesso em outubro 2017.

⁸⁸ Disponível em: <<http://cfec.typepad.com/files/article---boko-haram-background---1-11-12---bbc.pdf>>

Acesso outubro 2017.

⁸⁹ Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/press-releases/2015/01/nigeria-massacre-possibly-deadliest-boko-haram-s-history/>> Acesso em outubro 2017.⁹⁰ No original: “There are massacres and there are massacres” he said, arguing that “it may be the 21st century, but African lives are still deemed less newsworthy – and, by implication, less valuable – than western lives”.⁹¹ Disponível em: <<https://www.dailymaverick.co.za/article/2015-01-12-i-am-charlie-but-i-am-baga-too-on-nigerias-forgotten-massacre/#.Wfdes--nHIV>> Acesso em outubro 2017.⁹² No original: “Reporting in northern Nigeria is notoriously difficult; journalists have been targeted by Boko Haram, and, unlike in Paris, people on the ground are isolated and struggle with access to the internet and other communications. Attacks by Boko Haram have disrupted connections further, meaning that there is an absence of an online community able to share news, photos and video reports of news as it unfolds.”⁹³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jan/12/-sp-boko-haram-attacks-nigeria-baga-ignored-media?CMP=share_btn_fb> Acesso em outubro 2017.

De tal modo, os ataques e conflitos que ocorrem no território afetam a população direta e indiretamente. No histórico de situação de risco do país, segundo Watts⁹⁴ (2013), ainda na década de 70, a crise da fome que afligia a Nigéria e outros países de Terceiro Mundo, como Sahel, deve ser considerada como predominantemente social e não somente como “uma simples falha técnica ou demográfica, ou como uma inevitável consequência de um clima predatório”⁹⁵ (WATTS, 2013, p. 20).

A partir de relatórios de voluntários do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que assistiam refugiados da guerra civil nigeriana em junho de 1968, foi confirmado, segundo Davis⁹⁶ (1971), que o status nutricional da população era muito pobre. De acordo com o autor, “a fome estava presente em proporções epidêmicas” [tradução livre]⁹⁷ (DAVIS, 1971, p. 358). De tal modo, trazendo a reflexão de Watts (2013) para a realidade atual, “a crise da fome não é nova e muito menos sem precedentes. Ela tem sido obstinadamente um fenômeno recorrente ao longo da história humana” [tradução livre]⁹⁸ (*Ibid*, p. 20).

A Nigéria tem uma vasta rede de centenas de mídias independentes que podem ser utilizados em prol da viabilização de notícias que ajudem na causa humanitária do país, porém, é muito difícil abordar, de acordo com a organização Repórteres Sem Fronteiras, “temas políticos, ligados ao terrorismo ou aos desvios financeiros dos poderosos” (RSF, 2017)⁹⁹. Por outro lado, diferentes assuntos, não menos importantes, estão ganhando mais visibilidade na mídia nigeriana. Em abril desse ano, um grupo de mulheres jornalistas fundou as Naija Data Ladies que, segundo a Rede de Jornalistas Internacionais (IJNet), “trabalham para produzir e promover notícias baseadas em dados sobre questões de saúde e desenvolvimento

⁹⁴ Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=vRuvAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=nigerian+famine&ots=T2kLlOl3ma&sig=9kPjniGkD3SmtGDcMDVrCdYZ78l#v=onepage&q=nigerian%20famine&f=false>> Acesso em outubro 2017.

⁹⁵ No original: “These crises are preeminently social and should not be posed as simple technical or demographic failures or as the inevitable consequence of a predatory climate”.

⁹⁶ Disponível em: <<http://ajcn.nutrition.org/content/24/3/358.extract#>> Acesso em outubro 2017.

⁹⁷ No original: “Famine was presente in epidemic proportions”

⁹⁸ No original: “[...] famine is neither new nor unprecedented. It has been a doggedly recursive phenomenon throughout human history”.

⁹⁹ Disponível em: <<https://rsf.org/pt/nigeria>> Acesso em outubro 2017.

em grandes salas de redação na Nigéria” (IJNet, 2017)¹⁰⁰. O cenário atual dos meios de comunicação nacionais inclui o Daily Trust, The Nation, PUNCH, Vanguard, The Cable e a Corporação Federal de Rádio da Nigéria - Radio One – todos também afiliados, de acordo com a IJNet, às Naija Data Ladies.

Depois do histórico até aqui apresentado dos três países, Iêmen, Sudão do Sul e Nigéria, o tópico a seguir irá abordar a conjuntura da Somália, o quarto e último país relacionado ao tema em questão.

4.6 Somália

O território da Somália se localiza no “Chifre da África”¹⁰¹ e, de acordo com Sand¹⁰² (2011) suas fronteiras, atualmente, são as mesmas desde o seu período colonial. No final do século XIX, a Somália foi colonizada, segundo Silva et al. (2016)¹⁰³, pela França, Reino Unido, Etiópia e Itália, e a região habitada foi dividida em cinco partes, de acordo com os interesses das colônias. Segundos as autoras:

As partes norte do país e o sul, onde se encontra atualmente o Quênia, couberam aos britânicos; a região onde hoje se localiza o Djibouti tornou-se domínio francês; os etíopes passaram a controlar o Ogaden; já o centro-sul da atual Somália foi ocupado pela Itália. (*Ibid*, p. 1)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi iniciado o processo de descolonização da África, e, por conseguinte, da Somália. A independência desse país ocorreu em 1960, dando origem à República da Somália, junção, de acordo com Abukar¹⁰⁴ (2015), da Somália Britânica com a Somália Italiana.

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/blog/o-surgimento-de-uma-rede-de-mulheres-jornalistas-dados-na-nig%C3%A9ria>> Acesso em outubro 2017.

¹⁰¹ Região composta pela Somália, Djibuti, Etiópia e Eritreia. Chamada de “Chifre da África” devido ao seu formato de chifre visto pelo mapa da África. Disponível em: <<https://buzzkenya.com/horn-africa/#>> Acesso em outubro 2017.

¹⁰² Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/41337162.pdf>> Acesso em outubro 2017.

¹⁰³ Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-somalia-e-o-al-shabaab.pdf>> Acesso em outubro 2017.

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://www.awepa.org/wp-content/uploads/2017/07/somalia-a-brief-country-report.pdf>> Acesso em outubro 2017.

Figura 6 – Somália, Chifre da África¹⁰⁵

Fonte: SAND, Jens (2011)¹⁰⁶

Posteriormente, foi realizado um referendo popular e a Constituição do país foi ratificada. Porém, ainda segundo Silva et al., o novo Estado enfrentou, desde o início, uma administração turbulenta em razão da tensão entre os clãs do norte e sul, a pressão por parte das potências, para que continuasse fornecendo matérias-primas, o conflito entre as elites, entre vários outros motivos. Por conseguinte, para Abukar, “a luta interna, a corrupção e a dependência massiva em contribuições externas para seu desenvolvimento enfraqueceram o estado civil da Somália” [tradução livre]¹⁰⁷ (2015, p. 20). Os problemas do estado da Somália pós-colonial eram, para a elite política do país, para os países europeus e para as Nações Unidas, “causados por uma falta de recursos que poderia ser solucionada com ajudas exteriores” [tradução livre]¹⁰⁸ (LEWIS, 2008 *apud* ABUKAR, 2015, p. 20).

A Somália sofreu um violento golpe de Estado, em 1969, levando o Major General Muhammed Siad Barre, pertencente ao clã Darod, ao poder. De acordo com Silva et al., Barre dissolveu a Assembleia Nacional, o Gabinete e suspendeu a

¹⁰⁵ Mapa da Somália, Chifre da África.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/41337162.pdf>> Acesso em outubro 2017.

¹⁰⁷ No original: “Internal struggle, corruption and massive dependence on external contributions for development weakened the Somali civil state”.

¹⁰⁸ No original: “The Somali political elite, European countries and the United Nations believed that the problems of the post-colonial Somali state were caused by a lack of resources that could be solved with foreign aid”.

Constituição, assim como banuiu todos os partidos políticos, prendeu seus líderes e tentou diminuir a influência dos clãs na sociedade, argumentando que intenção era melhorar o desenvolvimento. Contudo, não obtendo sucesso no controle dos clãs e visando um apoio da União soviética para invadir a província de Ogaden, na Etiópia, Barre declarou, em 1977, que a Somália era uma república democrática e socialista. Ainda com apoio soviético, a tentativa de invasão falhou e, segundo as autoras, o conflito enfraqueceu o governo, surgindo, ao mesmo tempo, grupos armados que se opunham ao governo, como o Movimento Nacional Somali (SNM) e o Congresso Somali Unido (USC). Em 1991, Barre foi retirado do poder, segundo Abukar (2015), pelos movimentos armados dos clãs.

De 1991 a 1995, as tropas das Nações Unidas (ONU), juntamente às tropas estadunidenses da UNOSOM (Operação das Nações Unidas na Somália) e da UNITAF (Força Tarefa Unificada), realizaram uma tentativa de estabilizar a Somália e garantir a entrega de ajuda humanitária ao país, porém, segundo Silva et. al. (2016), a Somália permaneceu instável e com resistência à cooperação de agentes humanitários. Posteriormente, as questões políticas e econômicas se agravaram, levando o país a conflitos internos cada vez mais intensos, chegando a ser considerado, de acordo com as autoras, como um dos mais corruptos do mundo. Por conseguinte, em 2006, emergiu na Somália, o Al-Shabaab, uma organização terrorista que, segundo Abukar (2015), visa construir um estado Islâmico na Somália, usando a violência para combater o governo somali, países e organizações ocidentais, assim como dispersar os outros povos da região.

No caso da Somália, a sua região ainda conta com as precariedades climáticas que, de acordo o autor, desde seu período pré-colonial sofre com o clima seco. Localizado no Chifre da África, o país, juntamente com o Djibouti, o Quênia e a Etiópia, é uma exceção da África, pois, segundo González, Medina e Spínola¹⁰⁹ (2012), os ventos de monções que passam pela região impedem o desenvolvimento das chuvas. Tal clima afeta as atividades econômicas do país, agravando, também, a crise da fome no território.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://titulaciongeografia-sevilla.es/contenidos/profesores/materiales/archivos/2012-04-16CLIMAEQUATORIAL.pdf>> Acesso em outubro 2017.

Desde 2016, como apoio à atual situação da Somália, o presidente Mohamed Abdullahi Mohamed solicitou suporte ao exército somali, o *Somali National Army* (SNA), e da AMISOM, *African Mission In Somália*, que tem como missão, “proteger o governo Somali, promover reconciliação e apoiar a entrega de ajuda humanitária” [tradução livre]¹¹⁰ (ABUKAR, 2015, p. 30). De tal modo, o mandato da AMISON foi prolongado até 2017, contudo, em vista disso, segundo Silva et. al., “a saída das tropas africanas é preocupante, pois o governo somali ainda é muito dependente do apoio da ajuda humanitária internacional” (SILVA, et. al., 2016, p. 3).

No caso da mídia, a situação também é preocupante no que se refere à cobertura de tais acontecimentos. De acordo com o *Mail & Guardian Africa*¹¹¹, a Somália é um país em que ser jornalista pode ser mortal. Publicado em 3 de maio de 2016, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o relatório “*‘Like Fish in Poisonous Waters’: Attacks on Media Freedom in Somalia*”¹¹² da ONG *Human Rights Watch*, certificou que, desde 2014, 10 jornalistas foram mortos em território somali – 4 em ataques com alvos aparentemente definidos – e 6 sobreviveram a tentativas de assassinatos. Outros foram feridos enquanto relatavam as ocorrências, dúzias foram arbitrariamente detidos, assim como ameaçados via telefonemas e mensagens de textos, e pelo menos 70 jornalistas somalis foram exilados entre 2008 e meados de 2013. Um dos jornalistas entrevistados pela organização relatou que “as autoridades, o público e os militantes são hostis com a gente. Nós somos como peixes em águas envenenadas, podemos ser atacados ou mortos a qualquer momento”. (HRW, 2016)¹¹³.

Desse modo, em setembro de 2017, o atual presidente da Somália, Mohamed Abdullahi Mohamed, modificou a lei de imprensa imposta em 2016. De acordo com a agência de notícias africana, Panapress¹¹⁴, a partir das emendas propostas, espera-

¹¹⁰ No original: “The mandate of AMISOM is to protect the Somali government, promote reconciliation and support the delivery of humanitarian aid”.

¹¹¹ Disponível em: <<http://mgafrica.com/article/2016-04-27-somalia-press-freedom>> Acesso em novembro 2017.

¹¹² Tradução livre: “Como Peixe em Águas Envenenadas: Ataques na Liberdade da Mídia na Somália”.

¹¹³ Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2016/05/03/fish-poisonous-waters/attacks-media-freedom-somalia>> Acesso em novembro 2017.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.panapress.com/ONU-sauda-revisao-de-lei-de-imprensa-na-Somalia-12-630525913-133-lang4-index.html>> Acesso em novembro 2017.

se concretizar um engajamento assumido por parte do país diante das associações de imprensa. A lei anterior gerou críticas dos veículos de comunicação e das organizações internacionais, que alertavam para o alcance limitado da norma a para a introdução de restrições sobre as liberdades que já existiam.

Entretanto, a própria mídia internacional também recebe críticas, em grande parte, por dar voz somente a eventos de determinados lugares. Eventos estes como o recente ataque terrorista em Mogadíscio, capital da Somália, considerado pelos próprios moradores, segundo O Globo¹¹⁵, como o “11 de setembro” de seu país. O grupo Al-Shabaab é acusado pela autoria das duas bombas que mataram cerca de 300 pessoas e feriram outras centenas.

Tal negligência por parte da mídia foi percebida, posteriormente, pelos internautas, que questionaram uma falta de comoção em relação ao atentado. De acordo com a Gazeta Online¹¹⁶, diversos usuários prestaram solidariedade à nação africana por meio de manifestações nas redes sociais, e também chegaram a afirmar que existem diferenças nas reações dependendo do lugar em que ocorrem ataques. Nesse contexto, e partindo da hipótese de que o jornal brasileiro não tem voz própria na cobertura da atual crise humanitária, o próximo capítulo irá apresentar uma análise realizada no O Estado de São Paulo, que irá investigar a presente questão.

¹¹⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/sobe-para-358-numero-de-mortos-em-maior-ataque-da-historia-da-somalia-21974447>> Acesso em novembro 2017.

¹¹⁶ Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/mundo/2017/10/apos-atentado-na-somalia-internautas-questionam-falta-de-comocao-1014104104.html>> Acesso em novembro 2017.

5 A CRISE HUMANITÁRIA SOB O OLHAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Neste capítulo, serão introduzidas as reflexões técnicas e teóricas a partir da análise das matérias, reportagens, notas etc, acerca do tema da atual crise humanitária mundial, assim como dos principais acontecimentos dos países em crise, no Caderno Internacional do O Estado de São Paulo.

5.1 Metodologia da pesquisa: uma introdução à análise

O jornal brasileiro escolhido para a análise foi O Estado de São Paulo, também denominado Estadão, sendo o jornal mais antigo da cidade de São Paulo ainda em circulação, segundo Pontes¹¹⁷ (2005). E, de acordo com o ranking de 2014/2015 da Associação Nacional de Jornais¹¹⁸, é um dos maiores do Brasil de circulação paga, tendo em média, por ano, 157.761 exemplares impressos.

Tendo a atual crise humanitária como tema, envolvendo os conflitos armados, ataques terroristas, desastres naturais e a crise da fome do Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália, a pesquisa foi realizada a partir do Caderno Internacional do Estadão. O período estipulado para a análise foi o de 11 de março de 2017, data em que a primeira notícia sobre o assunto foi publicada pelo Estadão online¹¹⁹, até o dia 30 de setembro, quando se finaliza a pesquisa.

Apesar de a primeira notícia ter sido publicada na versão online do Estado de São Paulo, a apuração foi executada a partir do jornal impresso, mídia que permite que as informações cheguem ao leitor em todo o país. Tal decisão foi empreendida a partir da constatação de que, segundo a Agência Brasil¹²⁰, apenas 58% da população brasileira usa a internet, número considerado relativamente baixo se comparado ao de países desenvolvidos, em que o número de domicílios com acesso à internet, de acordo com a Exame¹²¹, chega a 83,8%.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>> Acesso em outubro 2017.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>> Acesso em outubro 2017.

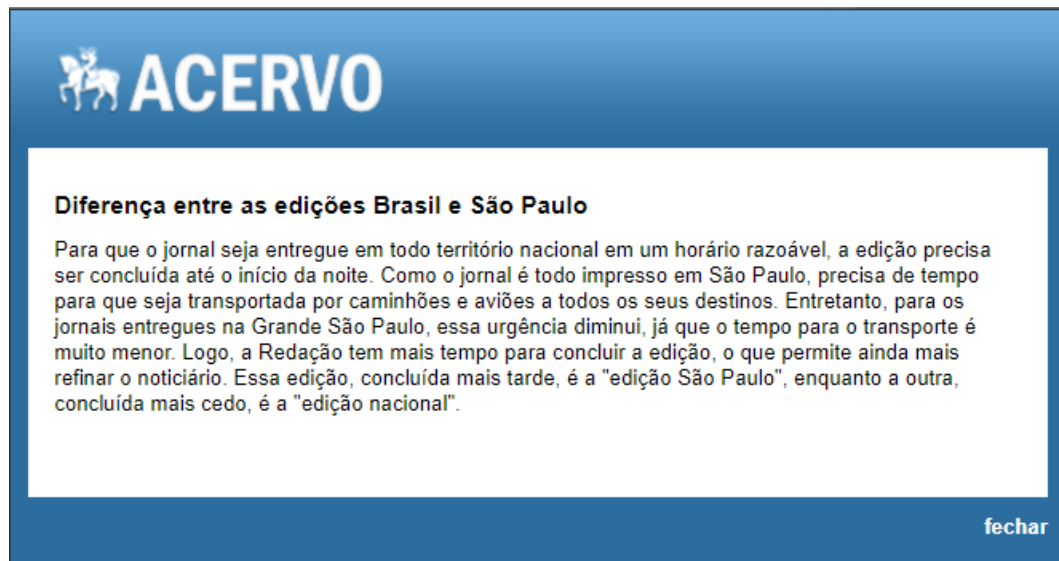
¹¹⁹ Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-mundo-enfrenta-maior-crise-humanitaria-desde-1945,70001695766>> Acesso em outubro 2017.

¹²⁰ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-09/pesquisa-mostra-que-58-da-populacao-brasileira-usam-internet>> Acesso em novembro 2017.

¹²¹ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>> Acesso em novembro 2017.

Por conseguinte, partindo da versão impressa, foi necessário realizar uma segunda escolha, pois, O Estado de São Paulo publica, diariamente, dois tipos de edições: a “edição São Paulo” e a “edição nacional”. De acordo com o próprio jornal, na edição São Paulo, o tempo para a entrega dos jornais na Grande São Paulo é menor. Desse modo, é possível que a redação tenha mais tempo para concluir as matérias, gerando conteúdos maiores e mais complexos. Já na edição nacional, a redação precisa concluir o jornal até o início da noite, possibilitando que o impresso seja entregue em todo o Brasil em um horário razoável. Isso posto, a designada para a pesquisa foi a “edição nacional”, pois esta chega em todo território brasileiro, o que implica em um maior número de leitores. Para fins acadêmicos, a edição com maior abrangência é uma melhor opção, possibilitando que as matérias sejam investigadas no contexto do maior público leitor atingido.

Figura 7 – Diferença entre as edições Brasil e São Paulo



Fonte: Acervo Estadão¹²²

Para focar a pesquisa na busca das notícias sobre a atual crise humanitária mundial e os países envolvidos, foram considerados somente as matérias de capa e o Caderno Internacional. As matérias selecionadas no período proposto foram reproduzidas do Acervo¹²³ online do Estadão, onde todas as edições impressas estão disponíveis. Na área das notícias internacionais, o Estadão declara mostrar,

¹²² Fonte: Acervo Estadão - “Entenda a diferença entre as edições”. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/crise/Acervo/acervo>> Acesso em outubro 2017.

¹²³ Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>> Acesso em novembro 2017.

segundo Moreira¹²⁴ (2006), “os fatos com foco nos acontecimentos políticos do mundo, suas consequências e implicações para o Brasil” (MOREIRA, 2006, p. 77).

Atualmente, segundo buscas realizadas no site oficial¹²⁵ do O Estado de São Paulo, a editoria de Internacional conta com cinco colunistas fixos, Moisés Naím, Lourival Sant’Anna, Helio Gurovitz, Gilles Lapouge e Mario Vargas Llosa; blogs de autoria de Cláudia Trevisan (correspondente em Washington), Fátima Lacerda (jornalista *freelancer*), Guga Chacra (comentarista internacional do Estadão), Jamil Chade (correspondente do jornal na Europa), assim como o “Mais América”, com notícias exclusivamente norte-americanas, e o blog da Internacional do Estadão, “Radar Global”. Em acordo de exclusividade com o jornal estadunidense, *The New York Times*, o Estadão também passou a publicar semanalmente em seu site, desde abril de 2017, o *New York Times International Weekly* (NYTIW), que, segundo o próprio jornal, “num mundo com uma quantidade exponencial de informações – muitas inverídicas –, o Estadão investe em trazer conteúdo com credibilidade e profundidade em todas as plataformas”¹²⁶ (O ESTADO DE S. PAULO, 2017).

Partindo da metodologia de análise baseada em Bardin¹²⁷ (1971), a pesquisa quantitativa foi realizada a partir do ponto de vista temático, classificando o discurso em categorias, onde os critérios de escolha e delimitação foram orientados, como sugere o autor, pela dimensão da análise. E a qualitativa, em vista da *evaluative assertion analysis* (E. A. A.), análise de asserção avaliativa, elaborada por Osgood (1959), Saporta e Nunnally (1956), que tem como finalidade “medir as atitudes do locutor quantos aos objetos de que ele fala” (BARDIN, 1971, p. 155).

¹²⁴

Disponível

em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7773/000556586.pdf?sequence=1>> Acesso em outubro 2017.

¹²⁵ Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/>> Acesso em outubro 2017.

¹²⁶ Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estadaocom-traz-conteudo-do-nyt,70001731910>> Acesso em outubro 2017.

¹²⁷ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34601480/bardinlaurence-anlisedecontedo-140414215528-phpapp01.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1509452302&Signature=zeSXAS3qicQODxvJX7gsVxDxCcY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DLAURENCE_BAROIN.pdf> Acesso em outubro 2017.

5.2 Análise da atual crise humanitária mundial a partir do Caderno Internacional do Estadão

5.2.1 Pesquisa quantitativa

No âmbito da pesquisa quantitativa, o parâmetro foi a “frequência”, a incidência quantitativa das matérias que abordaram a atual crise humanitária, as características e efeitos desta e os países envolvidos, sendo estes o Iêmen, o Sudão do Sul, a Nigéria e a Somália. Para tanto, foram realizados recortes que as separaram em categorias específicas, com a finalidade de obter dados que pudessem averiguar o quanto do assunto em questão foi apresentado ou refletido pelo jornal O Estado de São Paulo, no período de sete meses, a partir de meados de março ao final de setembro. As notícias foram separadas dentro de três categorias, sendo descritas da seguinte forma:

Tabela 1: Categorias de análise do material

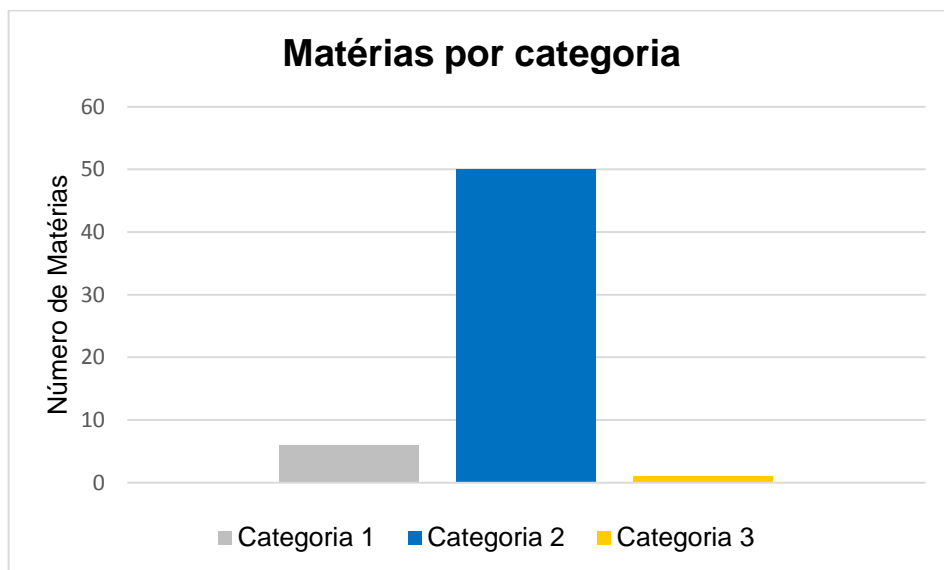
Categorias	Recorte	Descrição
Categoria 1	Matérias que citam a atual crise humanitária mundial	Nesta categoria, as matérias foram selecionadas a partir dos conteúdos que, não necessariamente, citam os países da atual crise humanitária, mas que mencionam ou explicitam o contexto desta. A pesquisa também realizou buscas pela expressão literal de “crise humanitária”.
Categoria 2	Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)	Nesta categoria, foram selecionadas todas as matérias que mencionaram, pelo menos, um dos países analisados.
Subcategoria 2 ^a	Matérias relacionadas diretamente à crise humanitária e seus efeitos	Subcategoria que abrange as notícias em que a matéria cita, pelo menos, um dos países estudados, e que tem relação direta com a questão da crise humanitária. Nesses casos, a relação é apresentada no próprio conteúdo, apontado como parte do tema ou dos efeitos causados pela crise, como, por exemplo, a grave crise da fome nos países citados.
Subcategoria 2b	Matérias relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos	Subcategoria que abrange as notícias em que a matéria cita, pelo menos, um dos países estudados, e que tem relação indireta com a questão da crise humanitária. Nesses casos, o conteúdo apresentado cita, principalmente, os efeitos desencadeados pela atual crise, como, por exemplo, a questão do aumento do fluxo de imigração.

Subcategoria 2c	Matérias não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos	Subcategoria que abrange as notícias em que a matéria cita, pelo menos, um dos países estudados, porém, não tem relação com o tema abordado. Nesses casos, o conteúdo apresentado não associa nenhum dos países com a questão da crise humanitária mundial e seus efeitos.
Categoria 3	Matérias que citam veículos de comunicação dos países em crise	Nesta categoria, as matérias foram selecionadas a partir dos conteúdos que citaram algum veículo de comunicação dos países envolvidos na atual crise humanitária, sejam de mídia impressa, digital, televisiva ou radiofônica.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da interpretação dos dados coletados

Partindo das descrições acima, ao total foram encontradas 54 matérias. Porém, a mesma matéria pode ser classificada, simultaneamente, como parte de mais de um grupo. Portanto, se somadas as notícias de todas as categorias, o total passa para 57. Isso posto, o gráfico a seguir ilustra o total de matérias por categoria:

Gráfico 1: Número de matérias em cada categoria

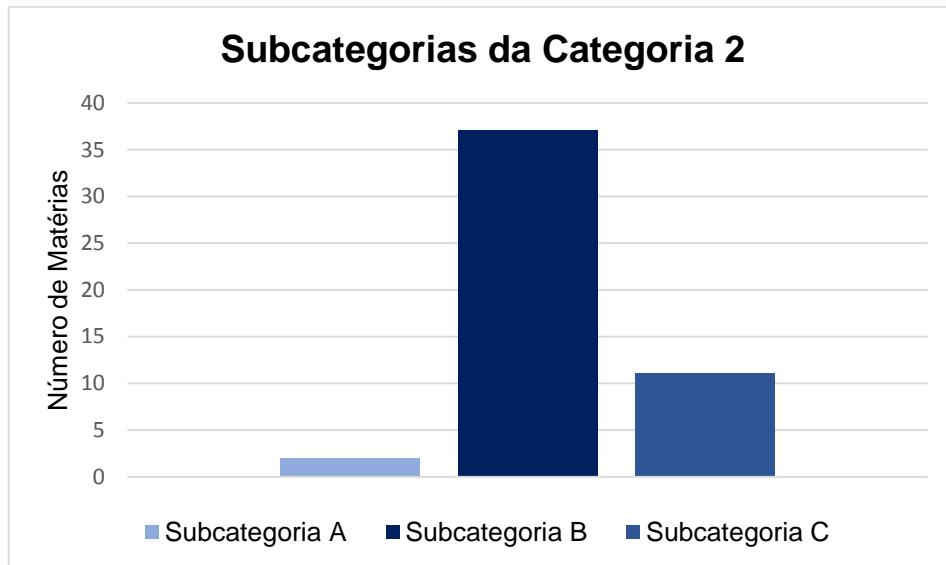


Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos dados coletados

Em vista disso, foi compreendido que, a categoria com maior incidência foi a Categoria 2, com 50 matérias, sendo 87,7% do total. Em segundo lugar, a Categoria 1, com 10,5% de incidência, e, em terceiro, a Categoria 3, com aproximadamente 1,8%. Desde o momento da categorização das matérias, foi observado que a maioria se concentrava naquelas que citavam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália), porém estas apresentavam diferenças nos seus

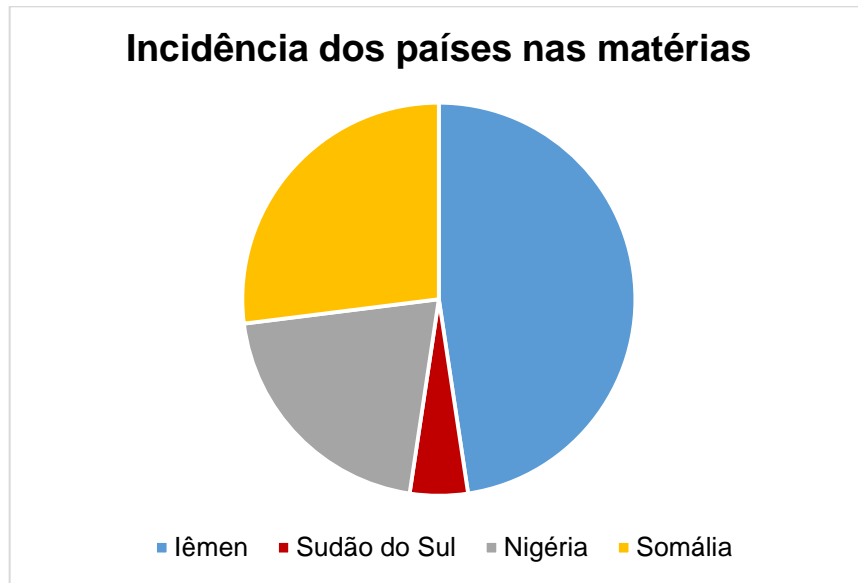
conteúdos. Desse modo, foram criadas três subcategorias a partir da Categoria 2, a fim de esclarecer os pontos tratados pelo jornal, assim como abranger o âmbito da análise. A partir da compreensão das descrições apresentadas na Tabela 1, o gráfico a seguir exhibe a quantidade de matérias selecionadas nas Subcategorias 2a, 2b e 2c:

Gráfico 2: Subcategorias da Categoria 2



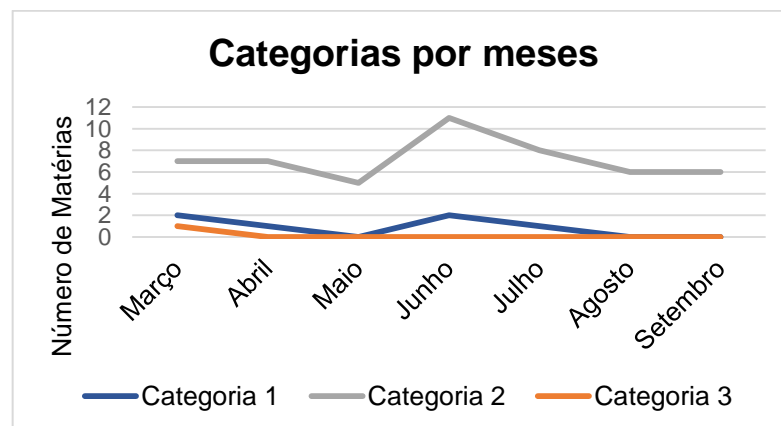
Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos dados coletados

É notório que a Subcategoria 2b engloba a maior parcela das notícias, fazendo parte das matérias que citam pelo menos um dos países analisados e estão relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos. Dessa maneira, para ilustrar as considerações acerca da Categoria 2, assim como a incidência com que os países apareceram nas matérias, foi elaborado o seguinte gráfico:

Gráfico 3: Incidência dos países nas matérias

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos dados coletados

O país com o maior número de menções foi o lêmên, somando 30 matérias do total, o segundo foi a Somália, com 17, o terceiro foi a Nigéria, com 13, e o quarto e último foi o Sudão do Sul, com somente 3 menções durante os sete meses de pesquisa. Em vista dos dados apresentados, observou-se a necessidade de criar um quarto gráfico, que compreendesse todas as categorias e a sua incidência de março a setembro para demonstrar as categorias ao longo dos meses:

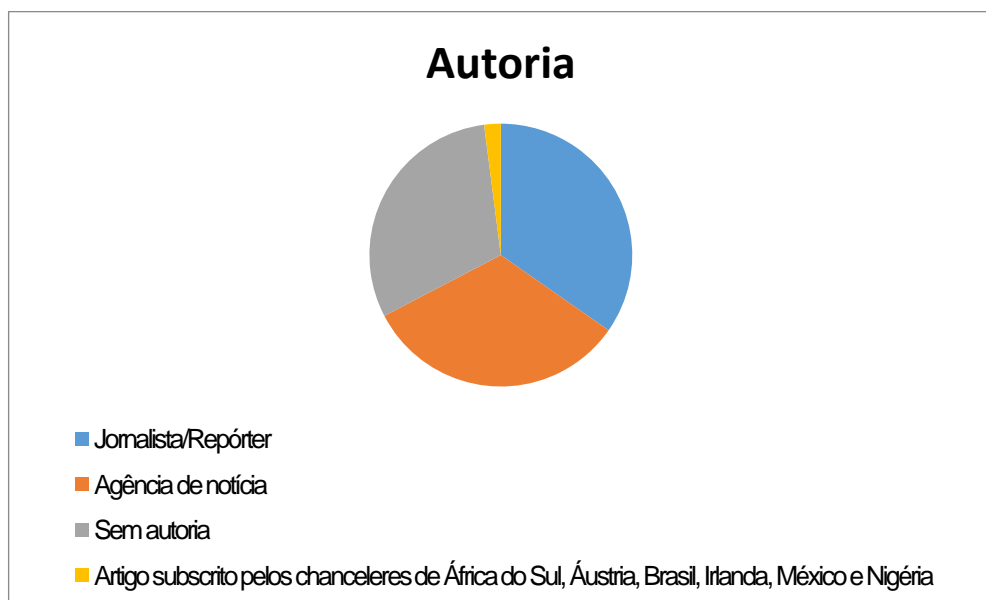
Gráfico 4: Evolução das categorias ao longo dos meses

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos dados coletados

Desse modo, é possível constatar que o ápice das matérias sobre o tema foi o mês de junho, na Categoria 2. Os índices diminuíram em julho, porém, ainda assim, na mesma categoria, este foi o segundo mês com maior incidência. A Categoria 1 alcançou o seu máximo nos meses de março e junho, e, a Categoria 3, se mostrou presente somente no primeiro mês da pesquisa, não sendo verificada, posteriormente, nenhuma matéria que mencionasse os veículos de comunicação dos países em crise

No contexto dos estilos de textos jornalísticos presentes nessas 54 notícias, o destaque foi para as matérias, que somam 34 do total de textos, seguido das notas, que contabilizam 15 textos, e, por último, os artigos de opinião, que foram 5. Por conseguinte, a autoria dessas notícias foi elencada a partir da figura do jornalista/repórter, das agências de notícia, das notas sem autoria, e do único artigo subscrito por autoridades internacionais e reproduzido pelo jornal. As matérias escritas por jornalistas foram maioria, com 17 publicações. As agências de notícia, entre as principais a Agence France Presse (AFP), Associated Press (AP), Reuters e EFE, foram as segundas, com 16, seguidas das notas sem autoria, que foram 15 textos do total de publicações. De tal forma, o gráfico a seguir ilustra a apuração:

Gráfico 5: Divisão das matérias por autoria



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos dados coletados

Em razão dos dados adquiridos a partir da busca pelas matérias, dos índices apresentados e dos gráficos ilustrados, foi reconhecido, parcialmente, um baixo indicador em relação às notícias que tratam da atual crise humanitária, suas características e seus efeitos. Não é possível confirmar, em sua totalidade, os resultados, pois seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sob o tema para justificar o indicador de forma comparativa. Contudo, em relação aos diferentes assuntos internacionais tratados durante os meses de pesquisa, percebeu-se uma insuficiência de matérias que relatassem a atual crise com intensidade, em vista da sua amplitude, atualidade e relevância social.

5.2.2 Pesquisa qualitativa

Partindo da análise de avaliação assertiva de Bardin (1971), a pesquisa qualitativa sob o tema tem como fundamento a “representação”, pois, segundo o autor, “considera-se que a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza” (BARDIN, 1917, p. 155). Desse modo, a partir da presente análise, espera-se compreender a postura do O Estado de São Paulo, buscando confirmar, ou não, a hipótese de que o jornal brasileiro encontra dificuldades na cobertura de assuntos internacionais, mais especificamente, na cobertura da atual crise humanitária.

Utilizando como referencial os dados apresentados na pesquisa quantitativa elaborada anteriormente, os resultados das categorias demonstraram que o Estadão, ainda que por uma matéria de diferença, publicou mais conteúdo de jornalistas/repórteres – contratados pelo Estadão ou *freelancers* – do que de agências de notícia ou colunas de opinião. Contudo, a partir do conteúdo, as dimensões para a análise foram realizadas nas características elencadas por Bardin (1971), na técnica definida pela intensidade e pela direção dada às notícias.

Para tanto, foi observado que a Categoria 1, representada por 6 matérias¹²⁸, e descritas como as que citam a atual crise humanitária mundial, foram direcionadas para o assunto de acordo com acontecimentos periódicos. De tal modo, foi constatada uma baixa intensidade com que a atual crise foi tratada pelo jornal, no período analisado. Em dado momento, ainda perto do dia em que o mundo foi alertado ao caso da pior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial, a

¹²⁸ No anexo: Mat 3 – Mat 4 – Mat 14 – Mat 27 – Mat 33- Mat 36.

Matéria 3, do dia 17 de março, registra, superficialmente, que “a redução [do orçamento de Trump] ocorre no momento em que 20 milhões de pessoas em quatro países da África e do Oriente Médio correm o risco de morrer de fome”.

Em outro momento, na Matéria 4, do dia 18 de março, a direção tomada pelo discurso revela que acontece, atualmente, a pior crise humana no mundo. Porém, citou-se a crise somente no Iêmen, e, em consequência da tragédia em que um ataque a barco matou 42 refugiados em território iemenita. Nas matérias seguintes, ainda que classificadas como Categoria 1, a atual crise é mencionada em pequenos cortes e com pouca intensidade.

A Categoria 2, representada pelas Subcategorias 2a¹²⁹, 2b¹³⁰ e 2c¹³¹, agrupa a maior parte das matérias. A Subcategoria 2a, descrita como as matérias que citam pelo menos um dos países estudados e que estão relacionadas diretamente à crise humanitária e seus efeitos, é um grupo que conta somente com duas matérias relacionadas. A matéria 4, já mencionada na categoria anterior, é considerada nesta subcategoria por falar sobre a fatalidade no Iêmen e a situação dos refugiados. E, a Matéria 27, do dia 19 de junho, trata, diretamente, e com intensidade, a crise humanitária, que soma, atualmente, 65,6 milhões de refugiados. Ao final da notícia, o Sudão do Sul é citado como um dos países em que a situação se agravou.

A Subcategoria 2b também trata, em sua maioria, da questão dos refugiados. Porém, suas matérias foram selecionadas como as que citam, pelo menos, um dos países estudados e que não estão relacionadas diretamente à crise humanitária e seus efeitos, pois, nesses casos, nenhuma explicitou o porquê do grande fluxo de imigração desses países, ou o porquê do alto índice de ataques terroristas nesses territórios. Tais matérias se direcionaram a acontecimentos externos ao Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália, sendo observada uma centralidade do olhar do jornalismo brasileiro, aqui representado pelo Estadão, para o papel dos Estados Unidos nas questões abordadas. Para explicitar essa visão, podem-se citar as matérias 2, 30, 31, 32, 34, 39, 42, 51 e 54, onde o conteúdo sobre os refugiados

¹²⁹ No anexo: Mat 4 – Mat 27.

¹³⁰ No anexo: Mat 1- Mat 2 – Mat 5 – Mat 9 – Mat 11 – Mat 12 – Mat 13 – Mat 16 – Mat 17 – Mat 18 – Mat 19 – Mat 20 – Mat 24 – Mat 28 – Mat 29 – Mat 30 – Mat 31 – Mat 32 – Mat 34 – Mat 35 – Mat 37 – Mat 38 – Mat 39 – Mat 40 – Mat 41 – Mat 42 – Mat 43 – Mat 44 – Mat 45 – Mat 46 – Mat 47 – Mat 48 – Mat 49 – Mat 50 – Mat 51 – Mat 53 – Mat 54.

¹³¹ No anexo: Mat 6 – Mat 7 – Mat 8 – Mat 10 – Mat 15 – Mat 21 – Mat 22 – Mat 23 – Mat 25 – Mat 26 – Mat 52.

foca na decisão de Donald Trump, presidente dos EUA, em vetar que imigrantes de seis países entrem em seus territórios. Entre os países vetados estão o Irã, Líbia, Somália, Sudão (não especificado se Sudão do Sul), Síria e Iêmen.

A Subcategoria 2c engloba as matérias que citam, pelo menos, um dos países estudados e que não estão relacionadas à crise humanitária e seus efeitos. Nesse grupo, foi observado, assim como a sua descrição antecede, que a direção para o tema em questão não é abordada e em nenhum momento. A intensidade do discurso sobre a atual crise humanitária nessas notícias é a mais baixa, se comparada às outras categorias e subcategorias. Por exemplo, em uma das três matérias encontradas na pesquisa que citam o Sudão do Sul, uma delas está neste grupo. A Matéria 6, do dia 21 de março, retrata um acidente de avião em terras sudanesas, sem ligação tanto à atual crise, quanto aos possíveis efeitos desta.

A Categoria 3 foi a oportunidade para investigar a incidência com que os veículos de comunicação dos países em crise estavam sendo citados. Todavia, somente uma matéria foi encontrada com essa descrição. A Matéria 4, já citada nas duas categorias anteriores, é a exceção de toda a pesquisa. Além de estar inserida nas três categorias propostas, essa notícia é a única que menciona as mídias de um desses países. Em questão, são nomeadas a agência de notícia iemenita “*Saba*” e a televisão, também iemenita, “*Al Massira*”. A intensidade no discurso dessa matéria é compreendida por tratar da atual crise no Iêmen, porém, foi percebido que é dado, parcialmente, nenhum direcionamento para as vozes dos meios de comunicação dos países estudados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo permitiu a realização de uma análise a partir do O Estado de São Paulo sobre a cobertura do jornal brasileiro na situação da atual crise humanitária mundial, que envolve cerca de vinte milhões de pessoas no Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália. Tendo em vista as pesquisas realizadas, pode-se confirmar parcialmente a hipótese de que a imprensa brasileira não tem voz própria na cobertura de tal tema. O discurso jornalístico evidenciado nas matérias de março a setembro de 2017 apresentou uma insuficiência de notícias que focassem ou se aprofundassem no caso da crise humanitária.

Isso posto, no contexto da pesquisa acerca da atuação da mídia brasileira, a segunda hipótese foi rejeitada. Em vista das dificuldades da apuração a longa distância, o trabalho propôs que o número de matérias elaboradas por agências de notícia seria maior do que as de jornalistas, contratados pelo jornal ou *freelancers*. Todavia, foi observado, no período em questão, que as matérias foram executadas, em sua maioria, por esses jornalistas.

A terceira e última hipótese foi rejeitada a partir da concepção de que, em relação ao assunto abordado, o conteúdo das matérias revelaria um número satisfatório de menções aos veículos de comunicação dos países envolvidos na crise. Contudo, somente duas mídias foram verificadas, uma agência de notícia e uma televisão iemenita. Portanto, certifica-se parcialmente que os meios de comunicação do Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália, não tem espaço na atual conjuntura do jornalismo brasileiro.

Em decorrência da compreensão dos dados obtidos, o estudo indicou uma centralidade do olhar do jornalismo brasileiro para o papel dos Estados Unidos, revelado no grande número de notícias internacionais que abordavam o país, assim como um maior aprofundamento nos assuntos norte-americanos. Não obstante, é importante explicitar que a pesquisa reflete o comportamento do Estadão na atual conjuntura brasileira e em um determinado período. O estudo não teve por objetivo generalizar o desempenho do jornal retratado, da mesma maneira que não visa

abranger um resultado que caracterize a linha editorial e a produção jornalística de outros jornais brasileiros.

De tal modo, para uma melhor verificação dos resultados, seriam necessárias pesquisas mais aprofundadas que demonstrassem, com maior exatidão, os dados relacionados à atual crise humanitária e à imprensa brasileira. Portanto, espera-se que se tenha dado uma contribuição inicial para esclarecer, ao menos parcialmente, a atuação do jornalismo brasileiro acerca de assuntos internacionais no contexto contemporâneo.

7 REFERÊNCIAS

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. 2000. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>> Acesso junho 2017.

ACERVO ESTADÃO. **Entenda a diferença entre as edições**. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/crise/Acervo/acervo>> Acesso em outubro 2017.

AGNEZ, Luciane Fassarella. **Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17031/1/2014_LucianeFassarellaAgnez.pdf> Acesso em junho 2017.

AGNEZ, Luciane Fassarella. **O Jornalismo Internacional entre mudanças e permanências**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 12 Nº 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/1984-6924.2015v12n2p314/30665>> Acesso em junho 2017.

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes** – Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008. 120p: – (Cadernos da Comunicação. Série Estudos; 20). Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101411/estudos20.pdf>> Acesso abril 2017.

AGUIAR, Pedro. **Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil**. 2005. 17 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Cultura, Eco/ufrrj, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Por_uma_Historia_do_Jornalismo_Internacional_no_Brasil.pdf> Acesso abril 2017.

ALFONSO, Luciano. **Otto Groth, o status do jornalismo e as ciências sociais**. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Brasília – Universidade de Brasília – Novembro de 2013. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjxs4LMivvWAhUIC5AKHY6zCcAQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fsoac.unb.br%2Findex.php%2FENPJor%2FXIENPJOR%2Fpaper%2Fdownload%2F2641%2F508&usq=AOvVaw0MgTYjmU7kOe8cFa902_ko> Acesso em outubro 2017.

ALVES, João Paulo; MACHRY, Patrícia Graeff. **O conflito no Iêmen (2015-presente): características domésticas, regionais e internacionais de uma guerra desconhecida**. Boletim de Conjuntura – NERINT, 2016. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/12/POR-Alves-Machry.pdf>>
Acesso em outubro 2017.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Nigeria: Massacre possibly deadliest in Boko Haram's history.** 2015. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/press-releases/2015/01/nigeria-massacre-possibly-deadliest-boko-haram-s-history/>>
Acesso em outubro 2017.

ANUÁRIO DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA 2016. **Rumo ao futuro – Desafios da relevância e da reinvenção começam a ser vencidos.** Mega Brasil, 2016. Disponível em: < http://portal.megabrasil.com.br/__pdf/anuario/Anuario2016.pdf>
Acesso em outubro 2017.

ANJ. **Declaração de Chapultepec.** Associação Nacional de Jornais. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/declaracao-de-chapultepec-2/>> Acesso em novembro 2017.

ARSENAULT, Amelia; HIMELFARB, Sheldon; ABBOTT, Susan. **Evaluating media interventions in conflict countries.** United States Institute of Peace, 2301 Constitution Ave., NW Washington, D.C. 20037. 2011. Disponível em: <<https://www.usip.org/sites/default/files/PW77.pdf>> Acesso em outubro 2017.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil.** Marialva Barbosa – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Presses Univcrsitaires de France. 1977. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34601480/bardinlaurence-anlisedecontedo-140414215528-phpapp01.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1509452302&Signature=zeSXAS3qicQODxvJX7gsVxDxCcY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DLAURENCE_BAROIN.pdf> Acesso em outubro 2017.

BARROS FILHO, Clovis de; LOPES, Felipe Tavares Paes; PERES NETO, Luiz; PRADO, Magaly (org.). **Teorias da comunicação em jornalismo : reflexões sobre a mídia** – São Paulo : Saraiva, 2010. (Introdução ao jornalismo ; v. 5).

BBC. **Perfil do Sudão do Sul – visão geral.** BBC News, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-14019208>> Acesso em setembro 2017.

BBC. **Por que a violência extremista cresceu em 2014?** – BBC Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141227_violencia_extremista_2014_rm.shtml> Acesso em outubro 2017.

BERGER, Christa. **Otto Groth e a essência do jornalismo.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 22, p. 275-278, dez. 2011. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/8183/6088>> Acesso em outubro 2017.

BERGER, Christa. **A pesquisa em comunicação na América Latina**. In: HOLFELDT, Antonio e outros (orgs). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. 13. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 2006. Ed. Zahar.

BRUWER, Johannes. **Surto de cólera agrava crise humanitária no Iêmen**. BBC Brasil, junho de 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40397983>> Acesso em agosto 2017.

BUZZ KENYA. **10 Facts You Should Know about Horn of Africa**. Disponível em: <<https://buzzkenya.com/horn-africa/#>> Acesso em outubro 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme. **Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada**. Revista FAMECOS : mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 484-503, maio-agosto 2014. Disponível em: <<https://monitorando.files.wordpress.com/2011/08/interesse-publico-uma-justificativa-moral-codificada.pdf>> Acesso em outubro 2017.

CHOTHIA, Farouk. **Who are Nigeria's Boko Haram Islamists?** – BBC African Service, 2012. Disponível em: <<http://cfec.typepad.com/files/article---boko-haram-background---1-11-12---bbc.pdf>> Acesso outubro 2017.

CPJ. **1262 Journalists Killed since 1992/Motive Confirmed**. Committee to Protect Journalistas, 2017. Disponível em: < <https://cpj.org/killed/>> Acesso em novembro 2017.

CPJ. **Manual de Segurança para Jornalistas**. Por Frank Smith, 2014. Disponível em: <<https://cpj.org/pt/2014/06/journalist-security-guide.php>> Acesso em novembro 2017.

DAILY MAVERICK. **I am Charlie, but I am Baga too: On Nigeria's forgotten massacre**. 2015. Disponível em: <<https://www.dailymaverick.co.za/article/2015-01-12-i-am-charlie-but-i-am-baga-too-on-nigerias-forgotten-massacre/#.Wfdes--nHIV>> Acesso em outubro 2017.

DAVIS, Larry E. **Epidemiology of famine in the Nigerian crisis: rapid evaluation of malnutrition by height and arm circumference in large populations**. *The American Journal of Clinical Nutrition*. 1971. p. 358-364. Disponível em: <<http://ajcn.nutrition.org/content/24/3/358.extract#>> Acesso em outubro 2017.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: e a profissão do jornalista**. 2004 – 9. ed. – São Paulo. Ed: Summus.

FÓRUM MIGRAÇÕES. **36º Congresso de Lisboa**, 2007. Disponível em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/KIT_PORT.pdf> Acesso em outubro 2017.

GARAMBONE, Sidney. **A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira** / Sidney Garambone. – Rio de Janeiro : Mauad, 2003.

GAZETA ONLINE. **Após atentado na Somália, internautas questionam falta de comoção**. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/mundo/2017/10/apos-atentado-na-somalia-internautas-questionam-falta-de-comocao-1014104104.html>> Acesso em novembro 2017.

GERBASE, Livi. **O MAIS JOVEM ESTADO DO MUNDO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SUDÃO DO SUL E SUAS IMPLICAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS**. UFRGS, FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140609/000988962.pdf?sequenc e=1>> Acesso em outubro 2017.

GERBASE, Livi; VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Atual Conflito no Sudão do Sul: Conflito Étnico ou Sintoma dos Problemas estruturais do SPLM/A?** – Conjuntura Africana, maio/2014. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cebrafrica/wp-content/uploads/2017/06/Gerbase.pdf>> Acesso em outubro 2017.

GONZÁLEZ, Marta Rodríguez; MEDINA, M^a Carmen Ávila; SPÍNOLA, Alba Marina Calvo. **Clima Ecuatorial – Climatología**. UNIVERSIDAD DE SEVILLA, 2012. Disponível em: <<http://titulaciongeografia-sevilla.es/contenidos/profesores/materiales/archivos/2012-04-16CLIMAEQUATORIAL.pdf>> Acesso em outubro 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Like Fish in Poisonous Waters': Attacks on Media Freedom in Somalia**. Por Daniel Bekele, 2016. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2016/05/03/fish-poisonous-waters/attacks-media-freedom-somalia>> Acesso em novembro 2017.

LIBRARY OF CONGRESS. **Country Profile: Yemen**, August 2008. Federal Research Division. Disponível em: <<https://www.loc.gov/rr/frd/cs/profiles/Yemen-new.pdf>> Acesso em outubro 2017.

MACHRY, Patrícia Graeff. **O Iêmen do pós-guerra fria à atualidade: da unificação à desintegração**. Pôster apresentado ao Núcleo Brasileiro de estratégia e Relações Internacionais (NERINT). UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/154514/Poster_47653.pdf?sequen ce=2> Acesso em outubro 2017.

MAIL & GUARDIAN AFRICA. **A first for Somalia: New report on the state of media freedom in the country - where journalism can be a death wish.** M&G Africa Online Reporter, 2016. Disponível em: <<http://mgafrica.com/article/2016-04-27-somalia-press-freedom>> Acesso em novembro 2017.

MARQUES DE MELO, José. **História do Jornalismo: Itinerário crítico, mosaico contextual.** 2012. São Paulo. Ed: Paulus.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo: Identidades brasileiras.** 2006. São Paulo. Ed: Paulus.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Crises humanitárias, cooperação e o papel do Brasil.** - Rio de Janeiro : Médicos Sem Fronteiras, 2016. Disponível em: <https://www.msf.org.br/publicacoes/livro_crises_humanitarias_e_o_papel_brasil.pdf> Acesso em novembro 2017.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **MSF divulga as dez maiores crises humanitárias.** 2008. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/msf-divulga-dez-maiores-criSES-humanitarias>> Acesso em novembro 2017.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** 2. ed. – São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em comunicação; v. 24).

MERCY CORPS. **In South Sudan, famine threats still looms.** South Sudan, October 12, 2017. Disponível em: <<https://www.mercycorps.org/articles/south-sudan/south-sudan-famine-threat-still-looms>> Acesso em outubro 2017.

MCPHAIL, Thomas L. **Global Communication : Theories, Stakeholders, and Trends.** WILEY-BLACKWELL, a John Wiley & Sons, Ltd., Publication. Third Edition, 2010. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=heEppDtfkNoC&pg=PA282&lpg=PA282&dq=principal+news+agency+reuters+ap+afp&source=bl&ots=Q-VMYuTirb&sig=V3qDxuMI-0PqK9C1pKQ8nUhySFQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjztouX6afXAhWGjJAKHdUnCOUQ6AEIYzAL#v=onepage&q=press&f=false>> Acesso em outubro 2017.

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa** / Denis McQuail ; tradução: Roberto Cataldo Costa ; revisão técnica: Marcia Benetti. – 6. Ed. – Porto Alegre : Penso, 2013.

MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação.** – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

NASCIMENTO, Daniela. **Humanitarianism at the Crossroads: Dilemmas and Opportunities of the 'War on Terror'.** Portuguese Journal of International Affairs. 2009. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja>>

&uact=8&ved=0ahUKEwiF95-phtDXAhWEi5AKHQ4GCCkQFggsMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipris.org%2Fphp%2Fdownload.php%3Ffid%3D91&usg=AOvVaw2CjFJm0tQuaybGgCgNhBk7>
Acesso em novembro 2017.

NATALI, J. B. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncqb3JuYWxpc21vZXNwZWNPYWxpemFkbzlwMTV8Z3g6MjJiNWY4Mzk0ZGY1YzI2>>
Acesso em abril de 2017.

NATSIOS, Andrew S. **Sudan, South Sudan, and Darfur: What Everyone Needs to Know**. Oxford University Press, Inc. 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=D6rNBYKH0e4C&oi=fnd&pg=PP1&dq=south+sudan&ots=OmPCwLaucW&sig=yypO3Bkjb8byUfeJTY1PG2wf3-Q#v=onepage&q=south%20sudan&f=false>>
Acesso em outubro 2017.

NÓRA, Gabriela. **Sobre a consolidação do modelo de editorias nos jornais impressos**. 2008. Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, do VI Congresso Nacional de História da Mídia. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Sobre%20a%20consolidacao%20do%20modelo%20de%20editorias%20nos%20jornais%20impressos.pdf>> Acesso junho 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **‘Estadão.com’ traz conteúdo do ‘NYT’**. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estadaocom-traz-conteudo-do-nyt,70001731910>> Acesso em outubro 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **ONU diz que mundo enfrenta maior crise humanitária desde 1945**. Internacional, 11 março 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-mundo-enfrenta-maior-crise-humanitaria-desde-1945,70001695766>> Acesso em outubro 2017.

O GLOBO. **Sobe para 358 o número de mortos em maior ataque da História da Somália**. Out de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/sobe-para-358-numero-de-mortos-em-maior-ataque-da-historia-da-somalia-21974447>> Acesso em novembro 2017.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. **Fundamentos para a ciência do Jornalismo: bases conceituais a partir de Weber e Groth**. Comunicação Científica, Ensino de Ética e Teorias do Jornalismo. 2014. Disponível em <<http://www.fnpj.org.br/soac2/index.php/15enpj/15enpj/paper/viewFile/21/44>> Acesso em junho de 2017.

ONU. **Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade**. 2015 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp->

content/uploads/2015/04/plano-de-acao-seguranc3a7a-dos-jornalistas-onu.pdf>
Acesso em novembro 2017.

ONU BR. **Segurança de Jornalistas.** Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/campanha/seguranca-de-jornalistas/>> Acesso em
novembro 2017.

PANAPRESS. **ONU saúda revisão de lei de imprensa na Somália.** 2017.
Disponível em: <<http://www.panapress.com/ONU-sauda-revisao-de-lei-de-imprensa-na-Somalia--12-630525913-133-lang4-index.html>> Acesso em novembro 2017.

PASTI, André; AGUIAR, Pedro. **Geografia das Agências de Notícias: apontamentos para uma análise espacial da circulação da informação.** Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2016. Disponível em:
<https://www.academia.edu/28417393/Geografia_das_Ag%C3%A4ncias_de_Not%C3%ADcias_apontamentos_para_uma_an%C3%A1lise_espacial_da_circula%C3%A7%C3%A3o_da_informa%C3%A7%C3%A3o?auto=download> Acesso em outubro de 2017.

PENA, Felipe. **1000 Perguntas sobre Teoria da Comunicação.** 2012. Ed. Ltc.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** 2008. Ed. Contexto.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia : métodos de investigação na imprensa /** Luiz Costa Pereira Junior. – 3. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

PERES, Andréa Carolina Schwartz. **Enviado especial à...: uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia (anos 90).** 2005. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279147/1/Peres_AndreaCarolinaSchvartz_M.pdf>. Acesso em maio 2017

POLISTCHUK, Ilana. **Teorias da comunicação: o pensamento e a prática do jornalismo /** Ilana Polistchuk, Aluizio Ramos Trinta. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. – 9ª reimpressão.

PUREZA, José Manuel. **As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia.** Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Vol. 7, n. 1. 2012. Disponível em:
<<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/46/30>> Acesso em novembro 2017.

REDE DE JORNALISTAS INTERNACIONAIS. **O surgimento de uma rede de mulheres jornalistas de dados na Nigéria.** IJNet – Jornalismo de Dados, 2017. Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/blog/o-surgimento-de-uma-rede-de-mulheres-jornalistas-de-dados-na-nig%C3%A9ria>> Acesso em outubro 2017.

REPÓRTER BRASIL. **Crises humanitárias ignoradas pelos meios de comunicação.** Por Fernanda Sucupira. 2006. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/01/crises-humanitarias-ignoradas-pelos-meios-de-comunicacao/>> Acesso em novembro 2017.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **A RSF publica sua lista negra de predadores da liberdade de imprensa.** 2017. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/noticia/rsf-publica-sua-lista-negra-de-predadores-da-liberdade-de-imprensa>> Acesso em outubro 2017.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Balanço desastroso para jornalistas – Iêmen.** 2017. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/iemen>> Acesso em outubro 2017.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Nigéria – um clima de violência permanente.** 2017. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/nigeria>> Acesso em outubro 2017.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Os predadores da liberdade de imprensa – Os Houthis, Iêmen.** Disponível em: <<https://rsf.org/pt/predador/os-houthis>> Acesso em outubro 2017.

ROBINSON, Piers. **The Policy-Media Interaction Model: Measuring Media Power during Humanitarian Crisis.** *Journal of Peace Research.* Vol. 37, No. 5 (Sep., 2000), p. 613-633. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/425283>> Acesso em novembro 2017.

SANTOS, Adécio Machado dos. **GUTEMBERG: A ERA DA IMPRENSA.** 2012. *Percepções*, Caçador-SC, v. 1 - n. 1. Disponível em <<http://periodicosuniarp.com.br/percepcoes/article/view/25/81>> Acesso em setembro 2017.

SCAHILL, Jeremy. **Guerras Sujas : o mundo é um campo de batalha.** Jeremy Scahill; tradução Donaldson Garschagen. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vCWoBAAQBAJ&pg=PT576&lpg=PT576&dq=i%C3%A9men+jornalistas&source=bl&ots=UXtFK6Gm6A&sig=MXuRrXU60gKSye21xohZm-7F7WE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiSwto4q6DXAhUH0SYKHTYXD_cQ6AEIUDAK#v=onepage&q=i%C3%A9men%20jornalista&f=false> Acesso em outubro 2017.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade.** 2005. Disponível em <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/estudos/article/viewFile/5931/5402>> Acesso em maio 2017.

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. **Desafios para a análise do jornalismo internacional.** 2010. Disponível em <http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/artigos/download/ed7/4_artigo.pdf> Acesso maio 2017.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periodística.** 2009. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Estudos em Comunicação no5. Disponível em < <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>> Acesso maio 2017.

THE GUARDIAN. **Why did the world ignore Boko Haram's Baga attacks?** - Por Maeve Shearlaw. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jan/12/-sp-boko-haram-attacks-nigeria-baga-ignored-media?CMP=share_btn_fb> Acesso em outubro 2017.

UNESCO. **The Safety of Journalists and the Danger of Impunity.** REPORT BY THE DIRECTOR-GENERAL TO THE INTERGOVERNMENTAL COUNCIL OF THE IPDC (TWENTY-NINTH SESSION). 2014. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002301/230101E.pdf>> Acesso em novembro 2017.

UNESCO. **Segurança de Jornalistas.** Equipe da UNESCO no Brasil – Liberdade de Expressão. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/freedom-of-expression/safety-of-journalists/>> Acesso em novembro 2017.

UNITED NATIONS. **Too important to fail – addressing the humanitarian financing gap.** United Nations: 2016. Disponível em: < <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/%5BHLP%20Report%5D%20Too%20important%20to%20fail%E2%80%94addressing%20the%20humanitarian%20financing%20gap.pdf> >. Acesso em outubro 2017.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION. **World population projected to reach 9.8 billion in 2050, and 11.2 billion in 2100 – says UN.** PRESS RELEASE – Sustainable development goals, 2017. Disponível em: < http://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/other/21/21June_FINAL%20PRESS%20RELEASE_WPP17.pdf> Acesso em outubro 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes (org.) **O LIVRO NA RUA : NIGÉRIA.** Coleção PAÍSES – Série Diplomacia ao alcance de todos. Biblioteca do cidadão, 2011. Disponível em <<http://funag.gov.br/loja/download/794-Livro-na-Rua-Nigeria.pdf>> Acesso em outubro 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen.** 2012. <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137/133>> Acesso em outubro 2017.

WATTS, Michael J. **Silent Violence: Food, Famine, and Peasantry in Northern Nigeria : with a new introduction** / Michael J Watts. University of California Press, 2013. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=vRuvAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=nigerian+famine&ots=T2kLlOI3ma&sig=9kPjniGkD3SmtGDcMDVrCdYZ78l#v=onepage&q=nigerian%20famine&f=false> > Acesso em outubro 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução Karina Jannini – 6. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

Mês de março de 2017**11 de março de 2017:** nenhuma menção**12 de março de 2017:** nenhuma menção

13 de março de 2017:

Matéria 1: Menciona a Nigéria.

Artigo de opinião por Moisés Naím. Tradução por Celso Paciornik. Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

Categoria: 2.b. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos.



**MOISÉS
NAÍM**

E-MAIL: mnaim@ros.org
MOISÉS NAÍM ESCREVE AS SEGUNDEAS-PEIRAS

A grande fúria

Há seis anos escrevi o seguinte: "A principal fonte dos conflitos futuros não vão ser os choques entre civilizações, mas as expectativas frustradas das classes médias que definham nos países ricos e crescem nos países pobres." Meu argumento na ocasião – que agora se confirma – é que as classes médias nos Estados Unidos, nos países da Europa e em outros de maior renda veriam diminuir seu padrão de vida, enquanto na China, na Turquia, na Colômbia e em outros países emergentes a situação econômica dos mais pobres melhoraria.

No mesmo artigo assinei que tanto o aumento como a diminuição das rendas provocavam expectativas que alimentavam a instabilidade social e política. A surpresa é que o aumento das rendas das pessoas nos países pobres seja uma fonte de instabilidade.

Em meu artigo de 2011, também alertei que, "inevitavelmente, alguns políticos nos países mais ricos aproveitarão esse descontentamento para culpar o apogeu de outras nações pela deterioração econômica". E finalizei com o prognóstico de que "as consequências internacionais ainda não são óbvias. Mas serão". Bem, lamentavelmente, já são.

Nestes tempos de Brexit, Donald Trump, Marine Le Pen e outras surpresas políticas, proliferam as análises que tentam decifrar as forças que nutrem "A Grande Fúria", a profunda insatisfação que leva os eleitores a escolherem qualquer um que não se pareça "com os de antes".

A globalização, a imigração, a automatização, a desigualdade, o nacionalismo e o racismo são apenas algumas das causas que mais comumente são mencionadas para explicar "A Grande Fúria". Mas o que chama a atenção é que as análises não incluem em sua

explicação o que está acontecendo na Ásia, na América Latina ou na África.

Novamente, a narrativa predominante trata como se fosse mundial um fenômeno regional que ocorre principalmente na América do Norte e no Velho Continente. As análises ignoram que a classe média – que na Europa e nos EUA luta para não perder sua proeminência econômica, social e política – está em pleno apogeu no resto do mundo. Para uma família na Índia que pela primeira vez tem uma renda que lhe permite ter remédios, casa,

lação total. Para esses cálculos, os pesquisadores e instituições como o Banco Mundial definem como classe média as pessoas com rendimentos diários entre US\$ 11 e US\$ 110. A classe média veio crescendo rapidamente, mas em ritmos diferentes. Enquanto em EUA, Europa e Japão ela cresce 0,5% anualmente, na China e na Índia ela aumenta 6% a cada ano.

Globalmente, a classe média aumenta 160 milhões de pessoas por ano e, se continuar nesse ritmo, em pouco tempo a maioria da humanidade viverá, pela primeira vez na história, em lares de classe média ou mais. Embora as classes médias sejam hoje mais numerosas do que nunca em países como Nigéria, Senegal, Peru ou Chile, sua expansão é um fenômeno primordialmente asiático. Segundo Kharas, a esmagadora maioria (88%) dos bilhões de pessoas que farão parte da classe média que surgirá nos próximos anos viverá na Ásia.

A classe média de países ricos se sente ameaçada e exigirá de seus governos resultados

carro, televisão, telefones inteligentes e alguma poupança, a defesa da supremacia branca que motivou muitos americanos a votar em Donald Trump é incompreensível.

Cálculos. O crescimento da classe média em países pobres é a principal revelação de um importante estudo que acaba de ser publicado por Homi Kharas, um dos mais respeitados estudiosos das classes médias do mundo. Seus cálculos indicam que hoje 3,2 bilhões de pessoas fazem parte da classe média global, ou seja, 42% da popu-

Cobranças. O impacto econômico de tudo isso é enorme. O consumo da classe média em países de menor renda cresce 4% ao ano e já equivale a um terço do total da economia global. Naturalmente, as mudanças que a classe média está experimentando trazem importantes consequências políticas. Na Europa e nos EUA, essas conse-

quências já são vistas nos resultados das eleições, nos referendos e na proliferação de candidatos improváveis que promovem agendas inéditas.

Nos países de menor renda onde a classe média cresce a grande velocidade, crescem rapidamente também as expectativas e exigências. Esses novos protagonistas sociais mais tecnologicamente conectados, com mais poder aquisitivo, mais educação, informação e consciência de seus direitos são uma fonte de pressões imensas sobre governos que não têm a capacidade de satisfazer essas expectativas.

A classe média dos países ricos se sente ameaçada e vai exigir de seus governos ações e resultados que mantenham seus padrões de vida históricos. Ao mesmo tempo, a classe média dos países emergentes está mais esperançosa do que nunca e lutará para que seu progresso continue. Como já é possível ver, essas agendas políticas divergentes são a origem de importantes atritos internacionais. E continuarão sendo.

TRADUÇÃO DE CELSO PACIORNIK

*
É ESCRITOR VENEZUELANO E MEMBRO DO CARNEGIE ENDOWMENT EM WASHINGTON

Zoom na matéria:

Globalmente, a classe média aumenta 160 milhões de pessoas por ano e, se continuar nesse ritmo, em pouco tempo a maioria da humanidade viverá, pela primeira vez na história, em lares de classe média ou mais. Embora as classes médias sejam hoje mais numerosas do que nunca em países como Nigéria, Senegal, Peru ou Chile, sua expansão é um fenômeno primordialmente asiático. Segundo Kharas, a esmagadora maioria (88%) dos bilhões de pessoas que farão parte da classe média que surgirá nos próximos anos viverá na Ásia.

14 de março de 2017: nenhuma menção

15 de março de 2017: nenhuma menção

16 de março de 2017:

Matéria 2: Menciona a Somália e o Iêmen.

Notícia por Associated Press (AP). Página 10

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Justiça barra decreto anti-imigração de Trump com liminar

Juiz federal do Havaí acata argumento de que nova medida ainda discrimina cidadãos de seis países

HONOLULU, EUA

Um juiz federal do Havaí concedeu na noite de ontem, uma liminar que impede o novo decreto de imigração do presidente americano, Donald Trump, de entrar em vigor. O decreto, feito após a Justiça federal ter barrado uma primeira versão julgada discriminatória, foi revelado há dez dias, com um prazo para ser implementado. Com a liminar, esse processo está suspenso em todo país. Cabe recurso.

Mais de dez Estados entraram na Justiça federal americana contra o decreto, com o argumento de que ele continua discriminatório com base em na-

cionalidades - e não em religião como da primeira vez. Um juiz do Estado de Washington já adiantou em audiência que deve divulgar sua decisão nas próximas horas. Outros processos corre no Estado de Maryland.

No caso do Havaí, o Estado argumentou perante o juiz que o decreto impede cidadãos havaianos de receber parentes provenientes dos seis países afetados pelo decreto: Líbia, Sudão, Somália, Iêmen, Síria e Irã.

Além disso, diz o juiz na liminar, a indústria turística havaiana seria afetada pelo veto, assim como a habilidade do Estado de recrutar estudantes e trabalhadores.

O primeiro decreto de Trump, editado nos primeiros dias de sua presidência, proibia a entrada de cidadãos de 7 países - o Iraque também estava na lista - e refugiados nos EUA por até 120 dias. O texto, no entanto, reservava uma exceção para



Rapper é o último inimigo

Donald Trump criticou o clipe de Snoop Dogg no qual o rapper aparece atirando no presidente. "Imaginem os protestos se @SnoopDogg tivesse atirado em Obama? Prisão na certa!", escreveu ontem no Twitter.

minorias católicas, o que caracterizou, para a Justiça americana, discriminação religiosa.

Além disso, o decreto original também vetava a entrada de portadores de vistos de trabalho e de green cards provenientes desses sete países. Na nova versão, esses casos foram retirados do decreto. A versão original também tinha vigor imediato, o que provocou caos em aeroportos e postos de controle fronteiriço nos EUA.

O projeto original de Trump foi barrado na Justiça americana depois que os Estados de Washington e Minnesota argumentaram na Justiça federal que o ele era inconstitucional. Venceram na primeira instância e, após um painel de juizes dar razão ao Estado contra a União, o governo federal desistiu de recorrer à Suprema Corte e preferiu editar um novo decreto. /AP

Zoom na matéria:

No caso do Havaí, o Estado argumentou perante o juiz que o decreto impede cidadãos havaianos de receber parentes provenientes dos seis países afetados pelo decreto: Líbia, Sudão, Somália, Iêmen, Síria e Irã.

17 de março de 2017:

Matéria 3: Menciona a crise.

Notícia por correspondente Cláudia Trevisan e Washington Post. Página 13.

Categoria 1 – Matérias que citam a atual crise humanitária mundial

Orçamento de Trump derruba gastos com meio ambiente, ciência e pobreza

Cláudia Trevisan
CORRESPONDENTE / WASHINGTON

Programas de ajuda internacional, o combate ao aquecimento global e iniciativas que beneficiam americanos pobres são as principais vítimas da proposta orçamentária apresentada ontem pelo presidente Donald Trump, que dá prioridade ao aumento de gastos militares e de segurança interna.

“Nós não vamos mais gastar dinheiro nisso”, disse o chefe do Gabinete de Gestão e Orçamento da Casa Branca, Mick Mulvaney, em relação às mudanças climáticas. “Achanos que isso é um desperdício de dinheiro.” A principal decisão nessa área é o fim das contribuições dos EUA para o Fundo Verde para o Clima, criado pelo Acordo de Paris com o objetivo de financiar iniciativas de mitigação e adaptação de países em desenvolvimento aos efeitos do aquecimento global.

Os EUA haviam se comprometido com uma contribuição de US\$ 3 bilhões, dos quais desembolsaram US\$ 1 bilhão. Metade desse valor foi pago pela gestão de Barack Obama poucos dias antes da posse de

Trump. Além de anunciar que não tem intenção de entregar os US\$ 2 bilhões restantes, o presidente decidiu acabar com a Iniciativa de Mudança Climática, um programa de US\$ 350 milhões conduzido pelo Departamento de Estado para financiar investimentos em energia renovável em outros países.

“Temos o único chefe de Estado em todo o mundo que nega o aquecimento global”, disse John Coequyt, diretor do Programa Global de Clima do Sierra Club, uma das principais entidades ambientais americanas. Ela acredita que os EUA permanecerão no Acordo de Paris, mas perderão a liderança global na área. “China, Índia, União Europeia e outros países estão se movendo rapidamente para assumir esse papel.”

Coequyt ressaltou que o projeto orçamentário precisa do aval do Congresso, onde muitos dos cortes em programas de

ajuda internacional enfrentam resistência. Mas a rejeição de Trump ao Fundo Verde para o Clima é um indicio de que as contribuições dos EUA serão eliminadas, avaliou.

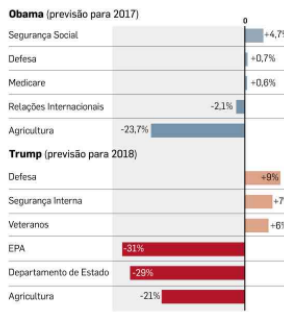
No plano doméstico, a Agência de Proteção Ambiental (EPA) sofrerá corte de 31% de seu orçamento, a redução mais profunda entre todos os órgãos do governo. O projeto elimina contribuições para programas de geração de energia limpa, corta recursos para pesquisas e desenvolvimento, acaba com várias iniciativas de conservação ambiental e reduz em um terço o financiamento do fundo responsável pelo manejo de substâncias perigosas.

Mulvaney disse que a proposta reflete o princípio da “América em Primeiro Lugar” que embolsa a campanha de Trump. Segundo ele, o projeto também mostra que a administração dá prioridade “hard power” da força militar em detrimento do “soft power” da assistência diplomática internacional.

Defesa. O orçamento militar terá aumento de 10% (US\$ 54 bilhões), na maior expansão do investimento no setor desde o período posterior aos atenta-

COMPARAÇÃO

Setores com maior aumento e diminuição, em relação ao Orçamento anterior



dos do 11 de Setembro. Em compensação, o Departamento de Estado verá um corte de 28% de seus recursos, que atingirá principalmente os programas de ajuda internacional.

A redução ocorre no momento em que 20 milhões de pessoas em quatro países da África e do Oriente Médio correm o risco de morrer de fome. No anúncio da proposta orçamentária, Mulvaney disse que os cortes na assistência internacional não deveriam surpreender. “Na campanha, o presidente disse centenas de vezes que iria gastar menos com pessoas no exterior e mais com pessoas em casa.”

Mas programas voltados a populações mais vulneráveis nos EUA também sofrerão cortes. Trump quer eliminar a contribuição de US\$ 3 bilhões para uma iniciativa que repassa recursos a cidades para ações sociais, entre as quais a alimentação de idosos. Alguns dos programas que proveem alimentação a estudantes também estão na mira do governo. Mulvaney afirmou que não há evidência de que oferecer refeições a estudantes pobres depósitos das aulas ajude seu rendimento escolar.



Zoom na matéria:

A redução ocorre no momento em que 20 milhões de pessoas em quatro países da África e do Oriente Médio correm o risco de morrer de fome. No anúncio da proposta orçamentária, Mulvaney disse que os cortes na assistência internacional não deveriam surpreender. “Na campanha, o presidente disse centenas de vezes que iria gastar menos com pessoas no exterior e mais com pessoas em casa.”

18 de março de 2017:

Matéria 4: Menciona o Iêmen, imigrantes somalis e veículos de comunicação do país (a agência de notícia iemenita “Saba” e a televisão “Al Massira”).

Notícia por Reuters. Página 14.

Categoria 1 – Matérias que citam a atual crise humanitária mundial

Categoria: 2 – matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.a. – relacionadas diretamente à crise humanitária e seus efeitos.

Ataque a barco mata 42 refugiados no Iêmen

Imigrantes somalis abso de helicóptero buscavam território iemenita, que apesar da guerra civil é considerado mais seguro por quem foge da fome



Perleia. Potável. Imagens das corpos de imigrantes após ataque

7.700
42 mil
 Imigrantes somalis abso de helicóptero buscavam território iemenita, que apesar da guerra civil é considerado mais seguro por quem foge da fome

A informação foi divulgada ontem por Mohammed Al-Jayda, chefe da Unidade de Assistência da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Iêmen, em uma reunião com jornalistas em Genebra. Ele disse que o helicóptero foi abatido por disparos de armas leves, mas não especificou a identidade do atacante. O helicóptero estava voando sobre o mar quando se desintegrou, e os corpos foram encontrados na praia de Perleia, a cerca de 100 quilômetros de Sana'a.

Os corpos foram encontrados em um campo de refugiados em Perleia, a cerca de 100 quilômetros de Sana'a. Os corpos foram encontrados em um campo de refugiados em Perleia, a cerca de 100 quilômetros de Sana'a.

Zoom na matéria:

O Iêmen sofre atualmente a “pior crise humana no mundo” e se expõe a uma grave onda de fome, adverte a ONU.

Refúgio. Apesar da guerra, o Iêmen continua sendo um dos países mais inseguros do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU. Na maioria das vezes, os campos de refugiados são usados como campos de detenção, e não como locais de proteção.

Ataque ao Mar Vermelho. O Iêmen continua sendo um dos países mais inseguros do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU. Na maioria das vezes, os campos de refugiados são usados como campos de detenção, e não como locais de proteção.

7.700
42 mil
 Imigrantes somalis abso de helicóptero buscavam território iemenita, que apesar da guerra civil é considerado mais seguro por quem foge da fome

A informação foi divulgada ontem por Mohammed Al-Jayda, chefe da Unidade de Assistência da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Iêmen, em uma reunião com jornalistas em Genebra. Ele disse que o helicóptero foi abatido por disparos de armas leves, mas não especificou a identidade do atacante. O helicóptero estava voando sobre o mar quando se desintegrou, e os corpos foram encontrados na praia de Perleia, a cerca de 100 quilômetros de Sana'a.

Os corpos foram encontrados em um campo de refugiados em Perleia, a cerca de 100 quilômetros de Sana'a. Os corpos foram encontrados em um campo de refugiados em Perleia, a cerca de 100 quilômetros de Sana'a.

Categoria: 3 – matérias que citam veículos de comunicação dos países em crise.

Zoom na matéria:

dos a hospitais. Não está claro quem foi o autor do ataque. A agência Saba, controlada pelos rebeldes xiitas houthis, afirmou que os disparos partiram da aviação da coalizão árabe liderada pela Arábia Saudita.

A emissora de televisão Al-Masira, pertencente aos rebeldes houthis, informou que os mísseis eram do tipo Zelzal-1, de fabricação iraniana, e acrescentou que o quartel foi também alvo da artilharia rebelde.

19 de março de 2017: nenhuma menção

20 de março de 2017:

Matéria 5: Menciona o Iêmen e a Somália.

Artigo de opinião por Moisés Naím. Tradução por Terezinha Martino. Página 10.

Categoria 2 – matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

A10 | Internacional | SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2017 | O ESTADO DE S. PAULO

MOISÉS NAÍM  ESCRITOR VENEZUELANO

Árabes asfixiados

Nos 22 países do mundo árabe vivem somente 5% da população mundial. Mas 68,6% das mortes no mundo em lutas armadas ocorrem nesses países, dali se originaram 57,5% dos refugiados e 45% dos ataques terroristas globais (dados de 2014). Estes são algumas das aterradoras realidades documentadas no relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Mundo Árabe elaborado pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud).

Surpreendentemente, o foco do relatório não é a guerra. É a juventude. É esta é uma região onde não é possível falar de jovens sem levar em conta o efeito devastador dos conflitos sobre o presente e o futuro

deles. É bastante apropriado que o tema do relatório seja os jovens. Dois terços da população árabe têm menos de 30 anos e a metade tem entre 15 e 29 anos. É o grupo humano com a maior taxa de desemprego do mundo e, dentro desse grupo, as mulheres jovens são as que têm as piores perspectivas de conseguir trabalho.

A média mundial de desemprego entre os jovens é 16%. Nos países árabes, ela gira em torno dos 47%. Segundo o Banco Mundial, nos próximos três anos, os países árabes teriam de criar 60 milhões de vagas de trabalho para absorver homens e mulheres em busca do seu primeiro emprego. Segundo o relatório do Pnud, o problema não está apenas no fato de as economias árabes não criarem número suficiente de em-

pregos, mas nos seus sistemas de educação, que estão entre os piores do mundo, que não oferecem aos jovens conhecimento para navegar com sucesso pelo mundo de hoje ou habilidades úteis para encontrarem trabalho.

Hoje, 11 dos 22 países árabes estão em guerra. Além disso, a grande maioria da população do mundo árabe vive em países que ou foram palco de conflitos armados recentemente, estão envolvidos em conflitos hoje ou correm um grande risco de se envolver em um. Dos 350 milhões de pessoas que ali vivem,

Para a maioria dos jovens no mundo árabe, o futuro está fora do seu país

70 milhões estão no Sudão, Iêmen e Somália, e 67 milhões vivem na Síria e no Iraque. Entre 1988 e 2014, os gastos militares da região aumentaram duas vezes em média e a despesa per capita em armamentos chegou a ser 65% mais alta do que a média mundial. Desde 2009, houve um aumento de 21%.

O relatório não só enfatiza o impacto dos conflitos armados sobre os jo-

vens, mas documenta as poucas oportunidades econômicas que eles têm, os péssimos serviços de saúde e educação à sua disposição, a discriminação contra as mulheres e a asfíxia política de todos eles. Este último aspecto é um fator crítico que alimenta as frustrações e o desespero dos jovens árabes. Para a maioria, o futuro está fora do seu país.

É importante destacar que o primeiro desses relatórios do Pnud sobre a situação dos países árabes foi publicado em 2002 e rompeu com duas tradições. A primeira, que os estudos críticos sobre a região eram produzidos predominantemente por especialistas estrangeiros. A segunda, que a resposta automática de políticos e especialistas árabes às críticas sobre a situação dos seus países era no sentido de culpar o resto do mundo.

Entretanto, desde o primeiro relatório, em 2002, a cada ano um grupo de especialistas árabes respeitados oferece uma nova perspectiva sobre os problemas e suas soluções. Os autores acreditam que muitas das tragédias do mundo árabe são sequelas de colonialismo, do imperialismo, da Guerra Fria

ou de intervenções armadas de EUA e Europa. E sabem também que as potências estrangeiras submetem a região a seus interesses e conflitos.

No entanto, o que é novo nos relatórios é o fato de reconhecerem que muitos dos problemas da região não são importados, mas produzidos internamente. Portanto, podem ser resolvidos mudando algumas das condições que não são produzidas externamente, mas são fruto das realidades locais.

Um dos grandes méritos desses estudos é o seu pragmatismo. Mas pragmatismo pode ser uma faca de dois gumes. Como ocorre com todos os informes de organismos internacionais, há temas que este novo relatório prefere ignorar. Talvez o mais importante seja o impacto nos milhões de jovens árabes das ditaduras predatórias e das monarquias corruptas que os asfixiam.

TRADUÇÃO DE TEREZINHA MARTINO

* É ESCRITOR VENEZUELANO E MEMBRO DO CARNEGIE ENDOWMENT EM WASHINGTON

Zoom na matéria:

grande risco de se envolver em um. Das 350 milhões de pessoas que ali vivem,

Para a maioria dos jovens no mundo árabe, o futuro está fora do seu país

70 milhões estão no Sudão, Iêmen e Somália, e 67 milhões vivem na Síria e no Iraque. Entre 1988 e 2014, os gastos mili-

21 de março de 2017:

Matéria 6: Menciona o Sudão do Sul.

Notícia de capa anuncia somente como “Sudão”.

Avião com 49 cai no Sudão; todos se salvam

INTERNACIONAL / PÁG. A10

Notícia por Agence France Presse. Página 10.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos



Tripulação salva 44 passageiros de avião em chamas

Um avião da South Supreme Airlines sofreu um acidente ontem durante o pouso em Wau, no Sudão do Sul, e foi consumido pelas chamas. Antes que o incêndio to-

masse conta do equipamento, os cinco tripulantes conseguiram retirar todos os 44 passageiros – 37 deles ficaram feridos e foram levados para hospitais da região. / AFP

22 de março de 2017:

Matéria 7: Menciona a Somália.

Notícia por Associated Press (AP), Agence France Presse (AFP) e Washington Post. Página 10.

Categoria 2 – matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

EUA e Reino Unido limitam eletrônicos em voos de países com maioria islâmica

WASHINGTON

Autoridades americanas e britânicas decidiram proibir passageiros oriundos de países islâmicos do Oriente Médio e do Norte da África de embarcar em aviões rumo aos EUA e ao Reino Unido com aparelhos eletrônicos, exceto smartphones. A justificativa dada para a proibição foi o risco de grupos extremistas ocultarem ou detonarem explosivos com esses equipamentos. França e Canadá estudam ações similares.

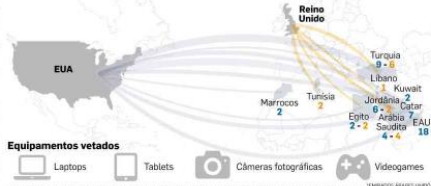
O Departamento de Segurança Interna americano vetou a entrada de notebooks, câmeras, tablets, videogames e leitores de livros eletrônicos, entre outros equipamentos, em voos com destino aos EUA em dez aeroportos de oito países: Turquia, Catar, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Kuwait, Jordânia, Egito e Marrocos.

Autoridades britânicas fizeram o mesmo em viagens com origem em Turquia, Tunísia, Líbano, Jordânia, Egito e Arábia Saudita. A diferença é que no caso do Reino Unido companhias ocidentais serão submetidas às mesmas regras que as árabes e turcas. Nos EUA, a restri-

ROTAS AFETADAS

Medida impede embarque de todos os eletrônicos maiores que um smartphone e afeta passageiros de múltiplas rotas para EUA e Reino Unido

ROTAS DIÁRIAS DIRETAS PARA OS EUA ROTAS DIÁRIAS DIRETAS PARA O REINO UNIDO



Equipamentos vetados

- Laptops
- Tablets
- Câmeras fotográficas
- Videogames

ção não vale para empresas aéreas americanas que operam voos nesses países. Companhias que fazem essas rotas, entre elas gigantes do setor como Emirates, Etihad, Qatar Airways e Turkish Airlines, têm até sábado para se preparar para aplicar a nova regulamentação. A medida americana tam-

bém afeta Saudia, Kuwait Airways, Royal Maroc Air e EgyptAir. No caso britânico, Tunisair, Middle East Airways, British Airways e EasyJet também terão de se adequar.

Fontes do governo americano dizem que a nova regulamentação foi adotada em virtude de dados de inteligência indica-

rem um contínuo interesse de grupos radicais de usar a aviação comercial para esconder explosivos em aparelhos eletrônicos. A medida valerá até 14 de outubro e pode ser prorrogada por mais um ano, dependendo da avaliação das agências de inteligência.

Membros do governo ameri-

cano não deram detalhes específicos das ameaças, mas citaram o caso de um voo de Mogadíscio, na Somália, para o Djibouti no ano passado, quando uma bomba possivelmente escondida num notebook explodiu a bordo.

Outras fontes ressaltam o risco de grupos terroristas com base na Síria construírem explosivos escondidos em eletrônicos que dificilmente seriam detectados num procedimento de segurança normal.

“Os serviços de inteligência indicam que os terroristas buscam novos meios de cometer atentados contra o espaço aéreo e camuflar explosivos”, disse uma fonte. Na noite de ontem, a emissora americana NBC afirmou que, segundo diversas fontes do governo, a decisão de banir eletrônicos não foi tomada com base em alguma ameaça concreta recente.

A medida, vista com ressalvas em parte da comunidade internacional após os decretos de Trump contra a imigração de países de maioria islâmica, foi elogiada por democratas na Comissão de Inteligência na Câmara dos Deputados. “Essas medidas são necessárias e proporcionais às ameaças”, disse o depu-

tado Adam Schiff. “Sabemos que terroristas querem abater aeronaves.”

As empresas aéreas prometeram se adequar no prazo exigido. O governo da Turquia criticou o veto e disse que a medida não beneficia os passageiros. “O governo turco já tomou medidas abrangentes para garantir a segurança dos passageiros”, disse o ministro dos Transportes Ahmet Arslan. “Estamos discutindo com nossos colegas americanos como amenizar ou fazer retroceder essa regulamentação.”

“Ninguém vem aqui ou vai até lá por lazer. Essas viagens são importantes para as relações comerciais entre os dois países. Acharmos que é mais produtivo se as pessoas puderem trabalhar durante uma viagem que dura 10 ou 12 horas. O veto reduzirá tanto o conforto como o número de passageiros”, disse Arslan / AP, AFP e W. POST

NA WEB Portal Setor turístico pede clareza sobre veto estadas.com.br/turismoEUA

Zoom na matéria:

Membros do governo americano não deram detalhes específicos das ameaças, mas citaram o caso de um voo de Mogadíscio, na Somália, para o Djibouti no ano passado, quando uma bomba possivelmente escondida num notebook explodiu a bordo.

23 de março de 2017: nenhuma menção

24 de março de 2017: nenhuma menção

25 de março de 2017: nenhuma menção

26 de março de 2017: nenhuma menção

27 de março de 2017: nenhuma menção

28 de março de 2017:

Matéria 8: Menciona o Iêmen.

Nota sem autoria. Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

IÊMEN

Ataque da Al-Qaeda deixa 18 mortos

Pelo menos 18 pessoas morreram ontem em um ataque da Al-Qaeda contra a sede governamental na Província de Lahech, sul do Iêmen, informou uma fonte de segurança. Sete das vítimas eram membros do grupo, seis pertenciam às forças de segurança e cinco eram civis. A fonte disse que um suicida atacou a prefeitura de Al-Huta, capital de Lahech, a 50 quilômetros de Áden. Depois, homens armados atacaram o edifício, mas as forças de segurança conseguiram repelir a ofensiva da Al-Qaeda.

29 de março de 2017: nenhuma menção

30 de março de 2017: nenhuma menção

31 de março de 2017: nenhuma menção

Mês de abril de 2017

1 de abril de 2017: nenhuma menção

2 de abril de 2017: nenhuma menção

3 de abril de 2017:

Matéria 9: Menciona o Iêmen.

Notícia de capa:



Bebê de 4 dias é resgatado Ele estava com os pais entre 480 imigrantes achados por navios de missões humanitárias em botes no Mediterrâneo. INTERNACIONAL / PÁG. A9

Notícia por Reuters. Página 9.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Bebê de 4 dias é resgatado no Mediterrâneo

Recém-nascido estava com os pais em bote de borracha que naufragou logo após sair da Líbia

ROMBA

Um bebê de quatro dias foi um dos 480 imigrantes resgatados por navios no sábado no Mar Mediterrâneo. A criança viajava em um dos dois botes de borracha que carregavam mais de 200 imigrantes do Norte e do Centro da África, do Sri Lanka e do Iêmen. Eles naufragaram a

22 milhas náuticas da cidade de Sabratha, na Líbia.

A operação foi conduzida pela ONG espanhola Proactiva Braços Abertos e durou três horas. Os imigrantes foram transferidos para um barco que chegou à cidade portuária de Augusta, na Sicília, na tarde de ontem.

Os outros imigrantes, que es-



Ajuda. Bebê e seus pais foram salvos após bote afundar

tavam a bordo de outros dois botes de borracha, foram resgatados pela equipe do navio Vos Prudence, disse um porta-voz da Guarda Costeira. Eles devem chegar hoje à Itália, mas o destino ainda é desconhecido.

"Uma semana atrás eu recolhi um corpo do Mediterrâneo pela primeira vez, e (sábado) eu carreguei uma nova vida", disse

Daniel Calvelo, de 26 anos, resgatista que transferiu o bebê do bote para o barco.

A mãe do bebê, uma nigeriana de 29 anos, e seu marido, um trabalhador de Gana de 34 anos, também foram resgatados. Eles viveram na Líbia por dois anos e decidiram partir para a Europa após ter o filho. /REUTERS

Zoom na matéria:

Um bebê de quatro dias foi um dos 480 imigrantes resgatados por navios no sábado no Mar Mediterrâneo. A criança viajava em um dos dois botes de borracha que carregavam mais de 200 imigrantes do Norte e do Centro da África, do Sri Lanka e do Iêmen. Eles naufragaram a

9 de abril de 2017: nenhuma menção

10 de abril de 2017:

Matéria 11: Menciona a Somália.

Notícia por Agence France Presse (AFP) e Associated Press (AP). Página 9.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Ataque contra militares mata 10 na Somália



Alvo. Extremistas tentaram matar chefe militar somali

MOGADÍSCIO

Ao menos dez pessoas morreram ontem em Mogadíscio, capital da Somália, depois que um carro-bomba colidiu com um comboio militar no qual viajava o novo chefe do Estado Maior somali, Ahmed Mohamed Irfid. Segundo a imprensa local, ele sobreviveu.

“Um micro-ônibus carregado de explosivos se chocou com um ônibus que transportava civis, quando tentava alcançar um comboio do chefe do Exército”, afirmou Muktar Adan Moalim, um alto funcionário do Exército somali. O atentado foi realizado perto do complexo que abriga o Ministério de Defesa da Somália e causou ferimentos em cerca de 20 pessoas.

O diretor do serviço de ambulâncias particulares Amin, Abdulkadir Abdirahman Adem, informou que cinco feridos foram hospitalizados.

Segundo testemunhas, a maioria dos mortos são civis, mas há também alguns soldados, policiais e seguranças de Irfid. Autoridades afirmaram que é difícil estabelecer o número exato de vítimas em razão da força da explosão.

Uma grande nuvem de fumaça foi vista no local da colisão. Os destroços do veículo eram vistos na rua com uma grande poça de sangue embaixo dele.

“O que aconteceu foi uma tragédia dolorosa. A explosão atingiu dois ônibus e ninguém sobreviveu”, disse Abdifitah Halane, porta-voz do prefeito de Mogadíscio.

• A autoria do atentado foi reivindicada pela milícia islamista Al-Shabab, que é vinculada à rede internacional terrorista Al-Qaeda desde 2012. A Somália vive em um estado de guerra e caos desde 1991, quando caiu o ditador Mohamed Siad Barré. /

• AFP e AP

● **Choque**
• “O que aconteceu foi uma tragédia dolorosa. A explosão atingiu dois ônibus e ninguém sobreviveu”
Abdifitah Halane

PORTA-VOZ DO PREFEITO DE MOGADÍSCIO

11 de abril de 2017: nenhuma menção

12 de abril de 2017:

Matéria 12: Menciona a Somália.

Notícia por Jamil Chade. Página 16.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

ONU acusa falsas ONGs de escravizar imigrantes na Líbia

Grupos abrem vítimas com promessa de levá-las à Europa e depois as vendem em mercados na Líbia

Jamil Chade

12 de abril de 2017

Imigrantes que aguardam para embarcar para a Europa a partir das costas da Líbia estão sendo enganados por grupos criminosos e vendidos como escravos em mercados locais, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o comitê de pessoas deslocadas em situação de risco da agência de direitos humanos.

Frente de combate para milícias de albaneses e outros no leste da Europa, a Líbia vive um cenário de insegurança após o queda do líder Muammar Kadafi, e a agência de direitos humanos da ONU acusa grupos criminosos de enganar imigrantes com a promessa de levá-los para a Europa e depois os venderem em mercados locais.

Procuradores locais afirmam que grupos de tráfico de pessoas estão recrutando imigrantes e, após cobri-los, os vendem em mercados locais.

Segundo um relatório de 34 meses, o relatório da ONU afirma que grupos criminosos estão recrutando imigrantes e, após cobri-los, os vendem em mercados locais.

"Os grupos que recrutam imigrantes e os vendem em mercados locais são criminosos", disse o representante da ONU no Níger. Sua autoridade torna

● **Risco**
"Os imigrantes estão levados a uma prisão, onde o comércio de escravos ocorre", disse o representante da ONU no Níger.

"Quando mais descobrimos o que ocorre na Líbia, mais percebemos que se trata de um vale de lágrimas", disse o representante da ONU no Níger.

grupos que recrutam imigrantes e os vendem em mercados locais, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o comitê de pessoas deslocadas em situação de risco da agência de direitos humanos. O relatório afirma que, depois de vendidos, os imigrantes são vendidos como escravos em mercados locais, onde estão sendo recrutados por grupos criminosos, disse a ONU no relatório. Para que fosse liberado, os imigrantes precisam pagar US\$ 500 para serem libertados e retornar ao país de origem. Quando os imigrantes não conseguem pagar, são vendidos como escravos em mercados locais, onde estão sendo recrutados por grupos criminosos, disse a ONU no relatório. Para que fosse liberado, os imigrantes precisam pagar US\$ 500 para serem libertados e retornar ao país de origem. Quando os imigrantes não conseguem pagar, são vendidos como escravos em mercados locais, onde estão sendo recrutados por grupos criminosos, disse a ONU no relatório.

Os centros de escravidão também estão operando por outros países da África, segundo a agência de direitos humanos da ONU. Segundo a agência de direitos humanos da ONU, os centros de escravidão também estão operando por outros países da África, segundo a agência de direitos humanos da ONU.

Facebook: [Canta e página de Imigrantes](#)
www.facebook.com/canta.imigrantes

Zoom na matéria:

Os centros de escravidão também estão espalhados por outras cidades líbias. Segundo a agência, criminosos da Somália passaram a controlar armazéns perto do porto, onde mantêm dezenas de mulheres que estavam tentando chegar à Europa.

13 de abril de 2017:

Matéria 13: Menciona o Iêmen.

Nota sem autoria. Página 16.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos



14 de abril de 2017: nenhuma menção

15 de abril de 2017: nenhuma menção

16 de abril de 2017:

Matéria 14: Menciona a crise.

Artigo de opinião por Mario Vargas Llosa, tradução de Roberto Muniz. Página 15.

Categoria 1 – Matérias que citam a atual crise humanitária mundial

MARIO VARGAS LLOSA



Ler um bom jornal

“**L**er um bom jornal”, diz um verso de Vallejo — e creio que se poderia acrescentar “o melhor método de segurança e de”. Lembro-me de que fazia isso quando ainda usava calças curtas, em meados dos anos 1950, comprando a *Crónica* para ler as notícias e os portos enquanto esperava o ônibus que me levava ao Colégio de La Salle, ao fim da manhã. Nunca abandonei o hábito logo após a alta escolar, logo após os três dias antes de fechar o escritório para trabalhar. E hoje em dia, em tinta e papel, porque os jornais digitais me parecem ainda mais incompletos, artificiais e menos confiáveis que os outros.

Os vários jornais e os vários métodos de se saber qual pouco a pouco a pouco se tornam fontes de informações, condições e fatos como estão pela ideologia, fobias e preconceitos dos proprietários dos veículos dos jornais e dos correspondentes. Todos reconhecem a importância fundamental da imprensa na sociedade democrática, mas provavelmente poucas pessoas sabem que a objetividade informativa só existe em teoria, não na prática. A informação está sempre corrompida por interesses políticos, religiosos, culturais, éticos, das forças contrárias de interesses conflitantes ou fatos que descrevem até lançar o leitor num grande confusão, a ponto de se verem punidos que não são e jamais passaram a ser também, como os nenes e os vícios, o caso de Huguette.

Esqueci-me? Esqueci-me o caso de Huguette, onde a imprensa não conseguiu descobrir que não havia sido ela quem havia matado o menino, mas sim o pai.

Que aconteceu realmente? Segundo as primeiras notícias, o governo de Bashar Al-Assad não conseguiu controlar a população indiana, na qual havia muitas crianças, violando mais uma vez o tratado assinado com o governo Barack Obama há três anos pelo qual se comprometia a não usar armas químicas na guerra que o opõe a uma oposição dividida entre reacionários e democratas, de um lado, e terroristas islâmicos do outro. Essa informação foi imediatamente desmentida não apenas pelo governo sírio, mas também pela Rússia de Putin, aliado de Assad.

Segundo os dois governos, o bombardeio das forças sírias espoliou um depósito de armas químicas pertencente à oposição libanesa, que, portanto, seria responsável indireta pela matança. Quantas vezes se utilizam? Os números variam, segundo fontes, de algumas dezenas a centenas de milhares, boa parte das quais crianças, que a rebelião mostrou, agitando em meio a explosões os sírios.

Essa cenário, pelo visto, convenceu o presidente Donald Trump e o levou a mudar espetacularmente sua posição de que os Estados Unidos não deviam intervir numa guerra que não lhes dá respeito para participar ativamente dela, bombardeando uma base aérea síria. E, ao mesmo tempo, levou a criticar severamente a Rússia por não moderar os excessos genocidas de Bashar Assad contra o próprio povo, e o presidente Obama por ter se deixado enganar pelo tratado sírio assinando um tratado que este nunca pensou em cumprir.

Em sua campanha e nos primeiros semanas no Casa Branco, Donald Trump mostrou uma surpreendente simpatia por Vladimir Putin e seu governo autocrático com o qual agora parece ter passado a uma aberta hostilidade. É provavelmente a primeira vez na história que a primeira potência mundial carrega de uma orientação política internacional mais ou menos definida e precisa, não se campo, com a império e os seus signos de uma sempre terrível mudança.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou Bashar Assad por usar armas químicas contra o próprio povo. Naturalmente que não, pois a Rússia de Putin vetou uma resolução contra o uso de armas químicas contra o povo sírio.

Ainda que seja um dos conflitos mais sangrentos do mundo atual, o da Síria está longe de ser o único. Há a pausada e sistemática carnificina no Afeganistão, os atentados periódicos que evisceram dezenas e centenas de paquistaneses, a desintegração da Líbia, os sequestros e degolas que pontuam o avanço ininterrupto do terrorismo islâmico na África, a luta subsariana para escapar da fome, a violência que força milhares a se lançar ao mar tentando alcançar as praias da Europa, a no-

Zoom na matéria:

Ainda que seja um dos conflitos mais sangrentos do mundo atual, o da Síria está longe de ser o único. Há a pausada e sistemática carnificina no Afeganistão, os atentados periódicos que evisceram dezenas e centenas de paquistaneses, a desintegração da Líbia, os sequestros e degolas que pontuam o avanço ininterrupto do terrorismo islâmico na África, a luta subsariana para escapar da fome, a violência que força milhares a se lançar ao mar tentando alcançar as praias da Europa, a no-

manchete militar de narcotraficantes e contrabandistas que sustentam o regime de Nicolás Maduro ou Venezuela e o departamento espanhol de paratropas que a Colômbia espalhou pelo Brasil e toda a América Latina. A lista poderia continuar por muitas horas.

Nunca tivemos tantos meios de informação ao alcance, mas, paradoxalmente, devido que já sabemos tudo o que acontece e desorientados como agora sobre o que se deve fazer, em nome da justiça, da liberdade, dos direitos humanos, em boa parte das crises e conflitos que afligem a humanidade. Quando a rebelião síria se pôs em marcha, parecia claro os rebeldes representavam a oposição democrática e era preciso apoiar seu movimento. Como tantos, lamentos que os Estados Unidos não fizessem isso e, assustados com a ideia de se envolver numa situação como a do Iraque, tentaram se abster. Mas logo as coisas mudaram. O fato de as piores organizações terroristas, como o Al-Qaeda e o Estado Islâmico, que, certamente, instalaram na Síria um regime ainda pior que o de Assad, terem tomado partido a favor da rebelião não tira sua legitimidade? Talvez por isso, a favor de qualquer dos lados, o que não são um favor ou malícia.

“Ler um bom jornal” já não é, como quando César Vallejo escreveu o verso, escrever sobre um mundo melhor e reconstruí-lo, mas compreender uma existência na qual, a cada passo, pode-se cair numa “jaula de todos os diabos”, como escreveu outro poeta, a tradução de outro poeta.

TRANSLAÇÃO DE ROBERTO MUNIZ

© E MÉTRICO SOB O LETRADO DO MUNDO. O MUNDO É O MUNDO. O MUNDO É O MUNDO. O MUNDO É O MUNDO. O MUNDO É O MUNDO.

17 de abril de 2017: nenhuma menção

18 de abril de 2017: nenhuma menção

19 de abril de 2017: nenhuma menção

20 de abril de 2017:

Matéria 15: Menciona o Iêmen.

Notícia por Claudia Trevisan. Página 13.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

EUA revisarão acordo sobre o programa nuclear iraniano

Secretário de Estado diz que pacto de 2015 não impede que o Irã se torne uma nova Coreia do Norte no futuro

Claudia Trevisan
CORRESPONDENTE / BRASÍLIA

O governo Donald Trump elevou ontem o tom em relação ao Irã e anunciou revisão do acordo sobre o programa nuclear iraniano, sob o argumento de que ele não contém as salvaguardas necessárias de Teerã. Segundo o secretário de Estado, Rex Tillerson, a república islâmica poderia se tornar "uma nova Coreia do Norte" se não fossem impostas limites mais rigorosos à sua atuação na área nuclear.

"Os Estados Unidos estão interessados em evitar a produção de mais uma prova de que a potência estratégica é uma abordagem falhasada", afirmou Tillerson, em relação à posição adotada por diferentes presidentes dos EUA em relação a Pyongyang.

Restrições

6.140
contratos e Irã deve ter até 2025, dos 18 mil que tinha em 2015. O país terá ainda de reduzir as reservas de urânio enriquecido

Em documento enviado ontem ao Congresso, o secretário informou que o Irã está cumprindo sua parte no acordo de 2015. Ainda assim, ele informou que o governo analisará se a suspensão de sanções econômicas contra o país atende ao interesse nacional dos EUA.

Horas após enviar o documento ao Congresso, o secretário anunciou uma abrangente revisão da política dos EUA em relação ao Irã, que trata de "todas as ameaças" representadas pelo país. "O Irã é o principal Estado patrocinador de terrorismo do mundo, é responsável por intensificar múltiplos conflitos e minar os interesses americanos em países como Síria, Iêmen, Iraque e Líbano, além de apoiar ataques contra Israel", declarou. "Um dos erros do acordo é que ignora completamente todas outras ameaças sérias que o Irã representa."

Na avaliação de Tillerson, o acordo "compromete o país por curto espaço de tempo e transfere o problema de suas ambições nucleares para outros governos. "Um Irã sem controle tem o potencial de percorrer o mesmo caminho que a Coreia do Norte e levar o mundo com ele." O pacto de 2015 entre Irã, EUA e outros cinco países foi uma das principais realizações diplomáticas de Barack Obama e levou Teerã a suspender parte de suas atividades nucleares em troca da retirada de sanções.

Zoom na matéria:

pelo país. "O Irã é o principal Estado patrocinador de terrorismo do mundo, é responsável por intensificar múltiplos conflitos e minar os interesses americanos em países como Síria, Iêmen, Iraque e Líbano, além de apoiar ataques contra Israel", declarou. "Um dos erros do acordo é que ignora completamente todas outras ameaças sérias que o Irã representa."

21 de abril de 2017: nenhuma menção

22 de abril de 2017:

Matéria 16: Menciona a Somália.

Nota sem autoria. Página 10.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos



23 de abril de 2017: nenhuma menção

24 de abril de 2017: nenhuma menção

25 de abril de 2017: nenhuma menção

26 de abril de 2017: nenhuma menção

27 de abril de 2017: nenhuma menção

28 de abril de 2017: nenhuma menção

29 de abril de 2017: nenhuma menção

30 de abril de 2017: nenhuma menção

31 de abril de 2017: nenhuma menção

Mês de maio de 2017

1 de maio de 2017: nenhuma menção

2 de maio de 2017: nenhuma menção

3 de maio de 2017: nenhuma menção

4 de maio de 2017: nenhuma menção

5 de maio de 2017: nenhuma menção

6 de maio de 2017: nenhuma menção

7 de maio de 2017:

Matéria 17: Menciona o Iêmen e a Somália.

Notícia por Reuters. Página 13.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Estratégia antiterror de Trump conta com aliados

Esboço indica que os EUA buscarão compartilhar o fardo e evitar compromissos militares caros e 'com finais em aberto'; plano é o primeiro desde 2011, quando ainda não havia o Estado Islâmico

WASHINGTON

Um esboço da nova estratégia antiterrorismo do presidente americano, Donald Trump, exige que aliados dos Estados Unidos compartilhem mais do fardo no combate a militantes islâmicos, embora reconheça que o flagelo nunca será completamente eliminado.

O esboço de 11 páginas, visto pela agência Reuters, diz que os EUA devem evitar compromissos militares caros e "com finais em aberto".

"Temos de intensificar operações contra grupos jihadistas globais, mas também reduzir os custos do 'sangue e tesouro' americano em busca de nossos objetivos antiterrorismo", diz o documento, que deve ser divulgado nos próximos meses.

"Buscaremos evitar intervenções militares americanas caras e de grandes escalas para alcançar objetivos antiterrorismo e buscaremos cada vez mais por parceiros para compartilharmos a responsabilidade de conter grupos terroristas", acrescenta o documento. Mas o governo reconhece que o terrorismo "não pode ser derrotado



Missão. Soldado americano patrulha vilarejo no Afeganistão

com qualquer tipo de finalidade".

Michael Anton, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, disse: "Como parte de sua abordagem global, o governo está analisando toda a estratégia de segurança nacional dos EUA, para incluir a missão antiterrorista - que é especialmente importante, já que nenhuma estratégia foi produzi-

da publicamente desde 2011".

Quando publicado, será o primeiro modelo técnico americano em seis anos destacando como combater o extremismo islâmico, grande questão durante a campanha de Trump.

A estratégia, que autoridades dizem ainda estar sendo aperfeiçoada na Casa Branca, descreve a ameaça de grupos militantes islâmicos em forte tom.

Ainda resta ser visto como Trump pode cumprir seu objetivo de evitar intervenções militares, com conflitos em curso envolvendo tropas americanas no Iraque, Síria, Afeganistão, Iêmen e outros locais. Em vez de reduzir compromissos americanos, ele aderiu em grande parte a planos do governo do ex-presidente Barack Obama de intensificar operações militares contra grupos militantes e deu maior autonomia ao Pentágono para atacá-los em países como Iêmen e Somália.

Desde que Obama divulgou a última estratégia antiterrorismo dos EUA, em 2011, antes do aparecimento do Estado Islâmico, a ameaça se "diversificou em tamanho, escopo e complexidade do que enfrentávamos havia alguns anos", segundo o esboço do documento de estratégia. EUA e aliados também estão ameaçados por uma Al-Qaeda fortalecida. /REUTERS

Facebook.
Curta a página do
Metrópole
facebook.com/metropoleestado

Zoom na matéria:

Ainda resta ser visto como Trump pode cumprir seu objetivo de evitar intervenções militares, com conflitos em curso envolvendo tropas americanas no Iraque, Síria, Afeganistão, Iêmen e outros locais. Em vez de reduzir compromissos americanos, ele aderiu em grande parte a planos do governo do ex-presidente Barack Obama de intensificar operações militares contra grupos militantes e deu maior autonomia ao Pentágono para atacá-los em países como Iêmen e Somália.

8 de maio de 2017:

Matéria 18: Menciona a Nigéria.

Nota sem autoria. Página 9.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

NIGÉRIA

Presidente recebe jovens soltas pelo Boko Haram

As 82 estudantes nigerianas de Chibok, libertadas no sábado após serem mantidas em cativeiro mais de três anos pelo grupo extremista islâmico Boko Haram, foram recebidas ontem em Abuja pelo presidente Muhammadu Buhari. As adolescentes fazem parte das 276 estudantes sequestradas em seu colégio pelos extremistas em 2014. Na época, as meninas tinham entre 12 e 17 anos. A libertação é uma vitória para Buhari, que fez dessa questão e da luta contra o Boko Haram uma de suas prioridades.

9 de maio de 2017: nenhuma menção

10 de maio de 2017: nenhuma menção

11 de maio de 2017: nenhuma menção

12 de maio de 2017: nenhuma menção

13 de maio de 2017: nenhuma menção

14 de maio de 2017: nenhuma menção

15 de maio de 2017: nenhuma menção

16 de maio de 2017:

Matéria 19: Menciona o Iêmen.

Nota sem autoria. Página 9.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

IÊMEN

Rebeldes pedem ajuda contra surto de cólera

Rebeldes xiitas do Iêmen declararam estado de emergência e pediram ajuda internacional para conter uma epidemia de cólera que já matou 180 pessoas na capital Sanaa. Há 8.500 casos de suspeita de cólera em 14 províncias do Iêmen, que vive uma guerra entre partidários do presidente Abd Rabo Mansur Hadi, apoiados por uma coalizão de países árabes, e aliados do ex-presidente Ali Abdullah Saleh.

17 de maio de 2017: nenhuma menção

18 de maio de 2017: nenhuma menção

19 de maio de 2017: nenhuma menção

20 de maio de 2017: nenhuma menção

21 de maio de 2017: nenhuma menção

22 de maio de 2017: nenhuma menção

23 de maio de 2017: nenhuma menção

24 de maio de 2017:

Matéria 20: Menciona o Iêmen.

Nota sem autoria. Página 14.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

IÊMEN

Forças dos EUA matam 7 membros da Al-Qaeda

Os EUA afirmaram ontem que mataram sete membros da Al-Qaeda na Península Arábica durante uma operação antiterror na Província de Marib, no Iêmen. Segundo o Pentágono, a operação contou com o apoio do governo do Iêmen reconhecido pelos EUA, apesar de os rebeldes xiitas houthis controlarem importantes extensões do oeste do país, incluindo a capital Sanaa. A instabilidade assola o Iêmen desde a guerra iniciada em 2014 entre houthis e os partidários do governo reconhecido pelo Ocidente.

25 de maio de 2017: nenhuma menção

26 de maio de 2017: nenhuma menção

27 de maio de 2017:

Matéria 21: Menciona o Iêmen.

Notícia por Fareed Zakaria. Tradução por Roberto Muniz. Página 14.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

A Arábia Saudita conseguiu dobrar Trump

Presidente alinhou os EUA à narrativa de Riad sobre quem é responsável pelo terror jihadista, alimentando a instabilidade na região

FAREED ZAKARIA

THE WASHINGTON POST

O atentado em Manchester foi mais um sinistro lembrete de que a ameaça do terrorismo islâmico continua ativa. E a viagem do presidente Trump ao Oriente Médio ilustra mais uma vez como o país que está no centro da difusão desse terrorismo, a Arábia Saudita, tem conseguido evadir-se de qual-

quer responsabilidade. Trump, na verdade, deu ao país passe livre na região.

Há cinco décadas, a Arábia Saudita vem espalhando sua estreita, puritana e intolerante versão do Islã. Osama bin Laden era saudita, como eram 15 dos 19 terroristas do 11 de Setembro. E sabemos que o governo saudita, com o do Catar, vem dando apoio financeiro e logístico clandestino ao Estado Islâmico (EI) e a outros grupos sunitas radicais. Os sauditas são o segundo maior contingente de combatentes estrangeiros do EI. O reino também tem aliança tática com a Al-Qaeda no Iêmen. O EI baseia sua doutrina na versão wahabita do Islã da Arábia Saudita.

O dinheiro saudita agora está mudando também o Islã europeu. Informações dos serviços de inteligência alemães indicam que instituições de caridade “com estreitas ligações” com os governos” de Arábia Saudita, Catar e

Kuwait estão financiando mesquitas, escolas e imãs para disseminarem uma versão fundamentalista e intolerante do Islã na Alemanha.

O governo saudita começou a afrouxar algumas de suas piores práticas. O país é governado por um reformista, o vice-príncipe Mohammed bin Salman, que parece ser saudavelmente pragmático. Mas, até agora, as reformas parecem se traduzir mais em melhores políticas econômicas do que na ruptura com o establishment religioso.

O discurso de Trump sobre o Islã teve nuances e mostrou simpatia pelas vítimas muçulmanas do terrorismo. Ele chegou a parecer que atacava o problema quando disse: “Nenhuma discussão ou abordagem decisiva dessa ameaça serão completas sem mencionar o governo que dá aos terroristas o abrigo, suporte financeiro e status social necessários ao recrutamento”.

Trump, porém, não estava falando da Arábia Saudita, mas do Irã. É verdade que o Irã é uma força desestabilizadora do Oriente Médio e apoia grupos muito perigosos. Não se pode, no entanto, apontar o país como a fonte do terrorismo jihadista. Segundo uma análise do Banco de Dados do Terrorismo Global, feita por Leif Wenaar, do King's College, mais de 94% das mortes causadas pelo terrorismo islâmico desde 2001 foram de autoria do EI, Al-Qaeda e outros grupos jihadistas sunitas. O Irã combate essas organizações, não as patrocina.

O americano adotou a linha saudita sobre terrorismo, que afasta toda culpa do reino e a redireciona para o Irã.

Em 2016, o então candidato Trump postou no Facebook o seguinte: “A Arábia Saudita e muitos dos países que deram grandes somas à Fundação Clinton querem manter as mulheres escravizadas e matar os gays. Hillary tem de-

volver o dinheiro que recebeu desses países”. Em suma, os sauditas dobraram Trump.

Os EUA alinham-se agora à política externa da Arábia Saudita – uma ininterrupta série de batalhas no Oriente Médio contra xiitas e seus aliados. Essa decisão vai envolver Washington numa interminável luta sectária, alimentar a instabilidade regional e complicar os laços americanos com países como o Iraque, que desejam boas relações com os dois lados. E, mais grave: não fará nada para atacar a ameaça direta e atual sobre os americanos – o terrorismo jihadista. Eu achava que a política exterior de Trump buscava pôr os EUA em primeiro lugar, não a Arábia Saudita. / **TRADUÇÃO DE ROBERTO MUNIZ**

* É COLUNISTA

Zoom na matéria:

Há cinco décadas, a Arábia Saudita vem espalhando sua estreita, puritana e intolerante versão do Islã. Osama bin Laden era saudita, como eram 15 dos 19 terroristas do 11 de Setembro. E sabemos que o governo saudita, com o do Catar, vem dando apoio financeiro e logístico clandestino ao Estado Islâmico (EI) e a outros grupos sunitas radicais. Os sauditas são o segundo maior contingente de combatentes estrangeiros do EI. O reino também tem aliança tática com a Al-Qaeda no Iêmen. O EI baseia sua doutrina na versão wahabita do Islã da Arábia Saudita.

28 de maio de 2017: nenhuma menção

29 de maio de 2017: nenhuma menção

30 de maio de 2017: nenhuma menção

31 de maio de 2017: nenhuma menção

Mês de junho de 2017

1 de junho de 2017: nenhuma menção

2 de junho de 2017: nenhuma menção

3 de junho de 2017: nenhuma menção

4 de junho de 2017: nenhuma menção

5 de junho de 2017: nenhuma menção

6 de junho de 2017:

Matéria 22: Menciona o Iêmen.

Notícia por Agence France Presse (AFP) e Associated Press (AP). Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

O ESTADO DE S. PAULO

TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2017 | Internacional | A11

Países árabes rompem com o Catar por 'apoio ao terror'

Decisão de cortar relações provoca expulsão de Doha da coalizão comandada pelos sauditas no Iêmen

RIAD

Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Bahrein e Iêmen romperam ontem relações diplomáticas com o Catar, após acusarem o país de "apoiar o terrorismo". A decisão também causou a expulsão do Catar da coalizão árabe que luta no território iemenita.

É a mais grave crise desde a criação, em 1981, do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), formado por Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Catar. Em poucas horas, quatro países anunciaram a ruptura de laços diplomáticos e o fechamento de fronteiras terrestres, marítimas e também do espaço aéreo a voos do Catar.

Doha condenou a decisão, que chamou de "injustificável" e "sem fundamento". O país afirmou, em um comunicado da chancelaria, que o objetivo da medida era "colocar o Estado (do Catar) sob tutela, algo

totalmente inaceitável".

Cinco empresas aéreas do Golfo anunciaram a suspensão dos voos com destino ou origem no Catar. Em resposta, a Qatar Airways também anunciou a suspensão de todos os voos para a Arábia Saudita.

A decisão de cortar relações com o Catar marca o ápice de anos de tensões entre a aliança histórica dos Estados ricos em energia do Golfo que comparti-

lham fronteiras, heranças e uma forte aliança com os EUA. A medida reflete um descontentamento antigo pelo apoio do Catar a grupos islamistas que são considerados terroris-

tas por outras nações árabes, assim como o aumento da rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã.

Segundo analistas, a recente visita do presidente americano, Donald Trump, à Arábia Saudita deu força para a posição dos países árabes de maioria sunita contra o Irã.

O Catar é um país pequeno, mas importante. É dono do segundo maior PIB per capita do mundo, ficando atrás apenas de Liechtenstein. Nele, está localizada a principal base militar dos EUA usada para lançar ataques aéreos sobre o Estado Islâmico na Síria e no Iraque. O Catar também tem papel importante

na articulação com grupos isolados por outros governos, como militantes xiitas do Iraque e radicais ligados à Al-Qaeda. Doha também mediu negociações entre o Taleban e o governo afegão. Além disso, o país deu apoio à Irmandade Muçulmana, no Egito, e ao Hamas, que controla a Faixa de Gaza.

O Catar vive sob tensão com a Arábia Saudita após o governo de Doha ter divulgado, duas semanas atrás, que a agência de notícias estatal e a conta oficial do Twitter teriam sido hackeadas para publicar uma história falsa alegando que o Emir do Catar, Sheik Tamim bin Hamad Al

Thani, teria afirmado que o Irã "é uma força islâmica regional que não pode ser ignorada". A mídia dos países árabes vizinhos deu a notícia como verdadeira, ignorando as afirmações do Catar de que seria uma mentira. Além disso, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes, o Bahrein e o Egito bloquearam o acesso em seus países à rede Al-Jazeera.

O Catar nega que apoia grupos terroristas na Síria ou em outras regiões, apesar dos repetidos esforços para apoiar grupos rebeldes sunitas que lutam para acabar com o governo sírio de Bashar Assad. O emir do Catar pode, em retaliação, pedir para sair do Conselho de Cooperação do Golfo, além de refazer alianças estratégicas para tentar isolar a Arábia Saudita. **AFP e AP**

Zoom na matéria:

Decisão de cortar relações provoca expulsão de Doha da coalizão comandada pelos sauditas no Iêmen

RIAD

Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Bahrein e Iêmen romperam ontem relações diplomáticas com o Catar, após acusarem o país de "apoiar o terrorismo". A decisão também causou a expulsão do Catar da coalizão árabe que luta no território iemenita.

7 de junho de 2017:

Matéria 23: Menciona o Iêmen.

Notícia por Cláudia Trevisan. Página 10.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

Crise no Oriente Médio. Presidente americano vê 'começo do fim do terror' na decisão de isolar emirado que abriga principal base americana no exterior, com 10 mil militares; país é principal ponto de lançamento de ataques contra radicais do Estado Islâmico

Trump exalta ruptura de países árabes com Catar, parceiro militar dos EUA

Cláudia Trevisan
CORRESPONDENTE, BRASÍLIA

Sede da maior base militar dos EUA no Oriente Médio e aliado crucial dos americanos no luta contra o Estado Islâmico, o Catar transformou-se no mais recente alvo da política externa de Donald Trump, difundida no Twitter. O presidente americano exalta ontem a ruptura de países árabes com o emirado, o que provocou sua crise diplomática.

"O emirado tinha recente viagem ao Oriente Médio, eu afirmo que não poderia mais fazer financiamento à ideologia radical. Os líderes apontaram para o Catar - o Qatar", escreveu o presidente dos EUA em um post publicado lá há de ontem. Em seguida, ele atribui a sua influência a decisão da Arábia Saudita e de outros aliados - Emirados Árabes, Egito, Bahrein, Iêmen, Mauritânia e Maldivas - de cortar laços diplomáticos e comerciais com o Catar, o que jogou a região na que pode ser a mais grave crise desde a Guerra do Golfo, em 1990.

"É tão bom ver que a vitória à Arábia Saudita com o rei e 30 países está rendendo frutos. Eles disseram que aderiram uma linha dura contra o financiamento do extremismo e todas as referências apontaram para o Catar. Talvez esse seja o começo de fim do horror do terrorismo", escreveu Trump em dois tweets sucessivos.

Caro de 30 mil militares dos EUA estão na base do Catar, que é o principal ponto de lançamento de ataques contra o Estado Islâmico na região.

Segundo a imprensa americana, diplomatas e militares da

TENSAS RELAÇÕES

Países árabes e a região do Golfo têm tensas relações com Doha



- Síria:** Doha é acusada de dar apoio à Frente Al-Nusra, braço de Al-Qaeda na Síria.
- Iêmen:** O governo acusa o Catar de fornecer apoio aos rebeldes hutitas, aliados ao Irã.
- Bahrein:** Insufla o movimento contra o Qatarí Fretos da Marinha Americana.
- Catar:** no país, está localizada a base aérea americana Al-Lahad.
- Egito:** Hatem não sabe quem desde 2013, quando um golpe depôs Mohamed Morsi, apoiado pelo Catar.
- Faixa de Gaza:** O Catar financia o Hamas, que controla Gaza. O líder do grupo, **Khaled Meshal**, vive no Catar.
- Provincia de Qatif:** Catar é acusado de apoiar milícias nessa provincia de Arábia Saudita.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

- Por que a crise no Catar é tão importante?**
O Catar abriga o comando operacional do Exército dos EUA, o maior produtor de gás natural liquefeito do mundo, dividindo um enorme campo com o Irã.
- Quais são as principais consequências possíveis?**
A crise afetará milhões de trabalhadores imigrantes e capitalistas que vivem no Catar. Pode haver excessos de alimentos e há risco de um golpe de Estado.
- O Catar pode capitular?**
O emir parece imperturbável, embora tenha adotado um planejado discurso enquanto líder do Ecuatador indico um refúgio para mediar a crise, **em me**

EUA reagiram negativamente ao ver o presidente atacar um aliado crucial e sentir partido em uma disputa entre países árabes, em vez de lutar para tentar resolvê-la.

O pensou para o corte de relações foi o suposto financiamento do Catar a grupos extremistas, argumento frágil diante da proibição de uma das mais fundamentais interpretações do Islã por parte da Arábia Saudita.

O real motivo parece ter sido a suposta manifestação de simpatia do líder do Catar, Tamim

bin Hamad al-Thani, em relação ao ataque israel. No mês passado, a imprensa estatal publicou artigos que tratam de ataques de Israel aos iranianos, mas seu governo nega com a afirmação de que os ataques foram lançados por hackers.

Depois de Segundo a CNN, James Comey, ex-diretor do FBI, deve dizer em depoimento amanhã que nunca garantiu a Donald Trump que ele não estava sob investigação

Segundo a CNN, investigadores dos EUA acreditam que a ação foi promovida por hackers russos. Ainda de acordo com a emissora, o FBI enviou uma equipe a Doha para apurar o governo e identificar os responsáveis pela publicação das declarações supostamente falsas. Posteriormente, o artigo foi revogado, Al-Thani telefonou para Hassan Rohani para cumprimentá-lo pela renúncia ao Irã, o que enfraqueceu as sanções.

O Pentágono reiterou sua cooperação com o Catar e disse que continuará a operar a base

militar no país. O porta-voz Jeff Davis preferiu não fazer comentários sobre o conflito entre as declarações de Trump e a importância estratégica do país no combate ao Estado Islâmico. "Eu não posso falar ao vivo ao vivo", respondeu Davis em um entrevista coletiva quando questionado sobre o assunto.

O secretário de Defesa americano, James Mattis, telefonou pouco antes ao líder do Catar, mas o conteúdo da conversa não foi revelado.

O compromisso de relações de Doha com o Catar também é diplomático

e econômico. Alguns fronteiras terrestres do país é com a Arábia Saudita. A TV Al Jazeera, de propriedade do Catar, disse que as redes estavam estacionadas na fronteira, do lado da Arábia Saudita, de onde vem grande parte dos alimentos consumidos pela população local.

O Catar tem a mais elevada renda per capita do mundo, mas também possui um dos maiores índices de corrupção do mundo. As ações de empresas locais caíram ontem e a moeda ficou sob pressão, depois que alguns investidores do setor de compra lá.

ENTREVISTA

Zoom na matéria:

Em seguida, ele atribui a sua influência a decisão da Arábia Saudita e de outros aliados - Emirados Árabes, Egito, Bahrein, Iêmen, Mauritânia e Maldivas - de cortar laços diplomáticos e comerciais com o Catar, o que jogou a região na que pode ser a mais grave crise desde a Guerra do Golfo, em 1991.

8 de junho de 2017: nenhuma menção

9 de junho de 2017: nenhuma menção

10 de junho de 2017: nenhuma menção

11 de junho de 2017:

Matéria 24: Menciona o Iêmen.

Artigo de opinião por Helio Gurovitz. Página 16.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

DOMINGO, 11 DE JUNHO DE 2017 | Internacional | A17

HELIO GUROVITZ

PELA CULATRA
O Brexit de espuma da dama de lata

Já não estava fácil. Depois das eleições de quinta-feira é que o Brexit não sai mesmo. A proposta de saída da União Europeia (UE) da premiê Theresa May variava entre a incógnita e o delírio. No papel, May propôs um divórcio total. Na prática, queria o fechamento de fronteiras para aquilo que interessa (imigrantes), mas prometeu preservar a abertura do que não interessava barrar (live-comércio).

Recusava-se a pagar a multa de 50 bilhões devida à UE e esperava, com as eleições, obter um mandato forte para negociar a saída. "Não sabemos ainda a posição britânica nas negociações do Brexit", dizia a chefe da diplomacia europeia, Federica Mogherini. Agora, nem adianta saber. Tudo o que ela oferecer será visto pelos europeus como espuma, diante da fragilidade do Partido Conservador para aprovar qualquer coisa no Parlamento.

Para construir maioria, May precisa de partidos pequenos. Será difícil. Escoceses e liberais-democratas são contra o Brexit. A maior esperança de May, o norte-irlandês Partido da União Democrática (DUP), não topa fechar as fronteiras com a Irlanda, ainda parte da UE. O eleitorado do norte da Inglaterra

Revés. Tentativa de ampliar base e se fortalecer perante UE falhou

terra e de áreas que aderiram em peso ao populismo antieuropeu preferiu desta vez a demagogia do trabalhista Jeremy Corbyn. Deu de ombros ao passado trotskista, favorável a Chávez, Hamas, Hezbollah, Irã e IRA – e caiu na conversa fiada de cobrar mais impostos, nacionalizar ferrovias e gastar bilhões em saúde, aposentadorias e programas sociais. O plano de Cebolinha de May lhe rendeu perdas no Parlamento e garantiu a sobrevivência da extrema esquerda na liderança trabalhista. A dúvida agora é se conseguir montar um governo, quanto tempo ela ainda dura no poder? E depois, Corbyn vem aí?

As rupturas que ninguém previu

Em artigo na *Review of International Political Economy*, os cientistas políticos Mark Blyth e Matthias Matthijs investigam por que ninguém foi capaz de antever rupturas como a vitória do Brexit ou de Donald Trump. Eles ressuscitam ideias do polonês Michal Kalecki, um crítico do keynesianismo do século passado, para defender que nos esquecemos de levar em conta os fatores macroeconômicos e institucionais que induzem bolhas financeiras, desigualdade e populismo.

O Oriente Médio não é para amadores

Eis como Iyad el-Baghdadi, ativista palestino refugiado na Noruega, resumiu no Twitter a confusão no Oriente Médio: "Os Estados Unidos exerciam hegemonia. Só o Irã resistia. Então, veio Obama e tentou retirar-se da região, em plena onda pró-democracia. Esperto. Confusos, sauditas, emiradenses, cataris, iranianos e turcos passaram, cada um, a cuidar de si. Intervieram no Bahrein, Iêmen, Síria e Egito. Para piorar, Obama estendeu a mão ao Irã, enquanto apoiava sauditas, Estados do Golfo e rebeldes sírios. O Estado Islâmico (EI) aproveitou-se da confusão. Putin interveio na Síria e, com o Irã, lançou refugiados na Europa. Ajudou a eleger um narcisista nos EUA, que entrou no meio da balbúrdia gritando. Sauditas e emiradenses tentaram usá-lo contra o Irã e romperam com o Catar, onde há uma base americana. Enquanto cada um pega no pescoço do outro, o EI ataca o Irã. No

meio de tudo isso, países são esmagados, arrebatados, torturados e bombardeados por terroristas, tiranos e pelo Ocidente. E os ocidentais estão perdidos entre eleger ou resistir a populistas, ficar histéricos com a insegurança e cantar *Kumbaya*. Bem-vindo a 2017".

O pêndulo entre liberdade e intervenção

Em seu novo livro, *The Limits of the Markets* (Os limites dos mercados), o economista Paul de Grauwe, da London School of Economics, discute o movimento pendular entre intervenção governamental e liberdade econômica ao longo da história. Ele afirma que há um risco de exagero na reação ao liberalismo das últimas décadas. Em vez de mais protecionismo e mais autoritarismo, os governos deveriam cuidar das deficiências inerentes aos mercados, em áreas como meio ambiente e desigualdade.

O erro que levou à fonte da NSA

Não foi difícil para o FBI descobrir quem fez vazou um relatório da Agência Nacional de Segurança (NSA) sobre hackers russos ao site *The Intercept*. Os jornalistas tomaram cuidado, mas cometeram um erro: forneceram às autoridades uma cópia, que lhes permitiu identificar a impressora e restringir a busca a seis suspeitos, entre os quais a responsável, Reality Winner. "Todo mundo comete erros, mas esse foi pior", escreveu



Zoom na matéria:

O Oriente Médio não é para amadores

Eis como Iyad el-Baghdadi, ativista palestino refugiado na Noruega, resumiu no Twitter a confusão no Oriente Médio: "Os Estados Unidos exerciam hegemonia. Só o Irã resistia. Então, veio Obama e tentou retirar-se da região, em plena onda pró-democracia. Esperto. Confusos, sauditas, emiradenses, cataris, iranianos e turcos passaram, cada um, a cuidar de si. Intervieram no Bahrein, Iêmen, Síria e Egito. Para piorar, Obama estendeu a mão ao Irã, enquanto apoiava sauditas, Estados do Golfo e rebeldes sírios. O Estado Islâmico (EI) aproveitou-se da confusão. Putin interveio na Síria e, com o Irã, lançou refugiados na Europa. Ajudou a eleger um narcisista nos EUA, que entrou no meio da balbúrdia gritando. Sauditas e emiradenses tentaram usá-lo contra o Irã e romperam com o Catar, onde há uma base americana. Enquanto cada um pega no pescoço do outro, o EI ataca o Irã. No

meio de tudo isso, países são esmagados, arrebatados, torturados e bombardeados por terroristas, tiranos e pelo Ocidente. E os ocidentais estão perdidos entre eleger ou resistir a populistas, ficar histéricos com a insegurança e cantar *Kumbaya*. Bem-vindo a 2017".

12 de junho de 2017:

Matéria 25: Menciona o Iêmen.

Notícia por Fareed Zakaria. Tradução por Celso Paciornik. Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

O atoleiro do Oriente Médio

Ideal seria uma região em que todas as potências se sentissem suficientemente consideradas para atuar contra insurgências e terror

FAREED
ZAKARIA

THE WASHINGTON POST

Donald Trump retornou de sua primeira viagem ao exterior convencido de que havia unificado os aliados históricos dos Estados Unidos, desferido um potente golpe no terrorismo e acalmado as águas de um Oriente Médio desgovernado. De lá para cá, tivemos uma série de ataques terroristas na Europa e no Oriente Médio e

um racha declarado dentro do mundo árabe. O que está ocorrendo?

A premissa da estratégia de Trump era apoiar a Arábia Saudita, na convicção de que ela seria capaz de combater o terror e estabilizar a região. Aliás, Trump deu sinal verde para os sauditas prosseguirem com sua política externa cada vez mais agressiva e sectária.

O primeiro elemento dessa política foi excomungar seu rival de longa data, o Catar, rompendo relações com esse país e pressionando seus aliados mais próximos a fazerem o mesmo. Os sauditas sempre viram o Catar como um vizinho problemático e estão furiosos com seus esforços para jogar um papel regional e global ao sediarem um grande centro militar americano, ao fundarem a rede de televisão Al Jazeera, ao plano de sediar a Copa do Mundo de 2022, e de ter mais influência diplomática do que seu tamanho sugeriria.

É fato que o Catar suportou alguns

movimentos islâmicos extremistas. A Arábia Saudita também. Os dois países são wahabitas. Ambos abrigam pregadores extremistas e são suspeitos de ter armado grupos islâmicos na Síria. Em ambos os casos, as famílias reais jogam um jogo de se aliar com forças religiosas fundamentalistas e financiar alguns militantes, ao mesmo tempo em que combatem outros grupos violentos. Suas diferenças são realmente geopolíticas, ainda que muitas vezes apresentadas como ideológicas.

O racha explícito entre os dois países criou uma instabilidade regional muito maior. O Catar agora se aproximará de Irã e Turquia, forjando alianças mais profundas com grupos antissauditas em todo o mundo muçulmano. As batalhas entre várias facções de militantes – na Síria, Iraque, Iêmen e Norte da África – recrudescerão. Os ataques terroristas em Teerã, na quarta-feira, cuja autoria foi reivindicada pelo Estado Islâmico,

são vistos no Irã como parte de uma campanha contra ele de inspiração saudita. É de se esperar que milícias apoiadas pelos iranianos respondam de alguma maneira. O mesmo vale para a estabilidade regional.

E os EUA estão no meio de tudo isso, mantendo relações estreitas com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, enquanto lançam operações militares regionais americanas a partir de sua base no Catar. Trump emitiu tuítes anti-Catar, mas soldados americanos terão de conviver com a realidade de que o Catar é seu anfitrião e aliado militar na guerra contra o Estado Islâmico.

Para uma superpotência como os Estados Unidos, a melhor política no Oriente Médio sempre foi manter laços com operadores regionais. Se o governo Trump quer estabilidade no Oriente Médio, ele deveria ajudar a costurar um novo equilíbrio de poder. Isso não pode ocorrer puramente em ter-

mos sauditas. O Irã é um grande ator na região, com influência real, e seu papel precisa ser reconhecido. Quanto mais Washington esperar para fazer isso, por mais tempo crescerá a instabilidade. Isso não cederia nada a Teerã. A influência do Irã seria contrabalçada por Turquia, Arábia Saudita, Egito e outros. O objetivo seria um Oriente Médio em que todas as potências regionais se sentissem suficientemente consideradas de que trabalhariam para pôr fim a guerras por procuração, insurgências e terrorismo que continuam a criar tantas mortes, destruição e miséria humana.

Donald Trump aprendeu recentemente que o sistema de saúde é complicado. Bem-vindo ao Oriente Médio. / TRADUÇÃO DE CELSO PACIORNIK

* É COLUNISTA

Zoom na matéria:

O racha explícito entre os dois países criará uma instabilidade regional muito maior. O Catar agora se aproximará de Irã e Turquia, forjando alianças mais profundas com grupos antissauditas em todo o mundo muçulmano. As batalhas entre várias facções de militantes – na Síria, Iraque, Iêmen e Norte da África – recrudescerão. Os ataques terroristas em Teerã, na quarta-feira, cuja autoria foi reivindicada pelo Estado Islâmico, são vistos no Irã como parte de uma campanha contra ele de inspiração saudita. É de se esperar que milícias apoiadas pelos iranianos respondam de alguma maneira. O mesmo vale para a estabilidade regional.

13 de junho de 2017: nenhuma menção

14 de junho de 2017:

Matéria 26: Menciona o Iêmen.

Notícia por Associated Press (AP). Página 14.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

A14 | Internacional | QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2017

Sauditas acusam Catar de envenenar 800 refugiados

Campo iraquiano teria recebido refeições de ONG ligada à família real catari; 300 pessoas estão em estado grave após intoxicação

MOSUL, IRAQUE

Mais de 800 refugiados sofreram intoxicação alimentar em Mosul, no Iraque, em um incidente explorado pela Arábia Saudita em meio à crise diplomática com o governo do Catar. A ONG responsável pelo fornecimento de comida aos refugiados é a RAF, de origem catari. Após o caso vir a público, autoridades sauditas acusaram o governo do Catar de “envenenar crianças”. Pelo menos 300 dos doentes estão em estado grave, segundo a ONU.

O incidente ocorreu no campo de refugiados de Hassam Sham, a 20 quilômetros de Mosul, onde forças iraquianas, milícias xiitas e curdas tentam expulsar combatentes do Estado Islâmico (EI). Segundo o ministro da Saúde do Iraque, Adila Hamoud, as pessoas ficaram doentes na noite de ontem após o jantar – o desjejum característico do Ramadã, quando os fiéis podem comer apenas depois do anoitecer. O ministro disse que “mais de 200 pessoas foram transferidas para um hospital em Erbil (no Curdistão iraquiano)”.

A comida foi preparada em Erbil pela ONG Ain el Muhtajeen, bancada pela fundação beneficente do Catar RAF.

No fim da tarde de ontem, médicos e voluntários tratavam dezenas de refugiados com sintomas de diarreia, desidratação e vômito.

Pelo Twitter, a TV estatal saudita aproveitou para criticar o governo do Catar, dias depois de Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Bahrein e Iêmen romperem, no dia 5, as relações diplomáticas com o Catar, após acusarem o país de apoiar o “terrorismo”. A decisão também implica a expulsão de Doha da coalizão árabe que luta no território iemenita.

O presidente da comissão de refugiados do Parlamento iraquiano, Basel al-Dabakki, visitou o campo de refugiados e disse que entre as comidas consumidas estavam arroz, frango, sopa e legume. O departamento de polícia de Erbil prendeu sete pessoas suspeitas de envolvimento com o incidente.

● Turquia tenta mediação
O chanceler da Turquia, Mevlut Cavusoglu, chega hoje a Doha, no Catar, em mais uma tentativa de intermediar a crise entre o emirado e a Arábia Saudita e outros países árabes.

Zoom na matéria:

Pelo Twitter, a TV estatal saudita aproveitou para criticar o governo do Catar, dias depois de Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Bahrein e Iêmen romperem, no dia 5, as relações diplomáticas com o Catar, após acusarem o país de apoiar o “terrorismo”. A decisão também implica a expulsão de Doha da coalizão árabe que luta no território iemenita.

15 de junho de 2017: nenhuma menção

16 de junho de 2017: nenhuma menção

17 de junho de 2017: nenhuma menção

18 de junho de 2017: nenhuma menção

19 de junho de 2017:

Matéria 27: Menciona a crise no Sudão do Sul.

Notícia por Jamil Chade. Página 10.

Categoria 1 – Matérias que citam a atual crise humanitária mundial

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.a. – relacionadas diretamente à crise humanitária e seus efeitos

Refugiados somaram o recorde de 65,6 milhões

GENEVA

Em 2016, o número de refugiados e deslocados internos atingiu um recorde no mundo, com 65,6 milhões de pessoas fora de suas casas, cidades e países em busca de asilo. No ano passado foram 10,3 milhões de novas pessoas nessa situação.

Novos dados publicados pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur) apontam ainda que o maior impacto desse fluxo de pessoas não está na Europa ou EUA, mas em outros países pobres que, já com dificuldades, ainda acolhem milhões de estrangeiros.

De acordo com alto-comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi, 84% da população em fuga de guerra e fome está hoje vivendo em outros países

pobres. Um a cada três refugiados está nos países mais miseráveis do mundo, somando 4,9 milhões de pessoas.

Durante 2016, cerca de 10 milhões de pessoas conseguiram voltar para suas casas. Mas, ao mesmo tempo, outras 10,3 milhões foram obrigadas a fugir.

A Turquia é, pelo terceiro ano consecutivo, o país com a maior população de refugiados. Mas, em termos percentuais, a liderança é do Líbano. Hoje, mais de 25% da população do país é composta por refugiados.

A maior população de refugiados continua sendo de sírios, com 5,5 milhões de pessoas. No entanto, em apenas seis meses em 2016, a crise no Sudão do Sul deixou 739 mil refugiados. Ao todo, são 1,9 milhão de sudaneses nessa situação. / J.C.

20 de junho de 2017: nenhuma menção

21 de junho de 2017: nenhuma menção

22 de junho de 2017:

Matéria 28: Menciona o Iêmen.

Matérias por Agence France Presse (AFP) e REUTERS. Página 13.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Sucessor saudita deve tirar foco de terrorismo

Ap escolher seu filho como novo príncipe herdeiro, monarca indica que prioridade é reduzir dependência do petróleo, e não combater o terror

READ

O rei Salman, da Arábia Saudita, nomeou ontem seu filho Mohamed bin Salman, de 31 anos, novo príncipe herdeiro, confirmando sua ascensão em um momento de crise com o Catar e de estagnação na guerra no Iêmen.

Segundo um decreto real, o soberano destituiu o primo, o até agora príncipe herdeiro Mohamed bin Nayef, para substituí-lo por seu filho. A decisão abre caminho para que a segunda geração da dinastia Al-Saud

assuma o trono da monarquia ultraconservadora e maior potência petrolífera do mundo.

Convertido em homem forte do reino após seu pai chegar ao poder, em janeiro de 2015, Mohamed bin Salman consolidou sua meteórica ascensão desde que foi nomeado ministro da Defesa.

Já o príncipe Mohamed bin Nayef, de 57 anos, apreciado no Ocidente por sua ação contra os grupos extremistas, foi despojado de todas as suas funções – além de príncipe herdeiro, ele era vice-premiê e ministro do Interior, cargo agora ocupado

pelo príncipe Abdulaziz bin Saud bin Nayef, de 33 anos.

Mohamed bin Salman, que tem reputação de reformista, também é conselheiro especial do rei e, principalmente, presidente do Conselho de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento, órgão que supervisiona a Saudi Aramco, principal empresa produtora de petróleo do mundo.

Para analistas, a mudança encerra a incerteza a respeito da sucessão e dá ao príncipe o poder de acelerar seu plano de reduzir a dependência saudita do petróleo, o que inclui a privati-

zação parcial da Aramco. "A mudança é um grande impulso para o programa de reforma econômica. O príncipe Mohamed bin Salman é seu arquiteto", disse John Shtakimakis, diretor do Centro de Pesquisa do Golfo, com sede em Riad.

Intencionalmente ou não, o rei está enviando uma mensagem sobre suas prioridades ao remover o primo de todos os seus cargos, incluindo ministro do Interior. A mensagem é que o combate ao terrorismo não é mais a prioridade do país.

A Arábia Saudita estaria interessada em resolver outros problemas agora, particularmente reformar sua economia com base no petróleo, um esforço do qual o novo príncipe herdeiro assumiu a liderança, tanto com sua visão modernizadora, quanto por sua energia.

Ele criou um amplo plano – Visão Saudita 2030 – que busca reduzir a dependência do país do petróleo, diversificando sua economia e reduzindo algumas restrições sociais do reino.



Bin Salman. Príncipe de 31 anos é considerado reformista

Essa mudança pode preocupar o governo americano, principalmente após a promessa ao reino de cooperação na luta contra o terrorismo feita durante a visita, em maio, do presidente dos EUA, Donald Trump.

O príncipe Mohamed bin Nayef, que foi ferido em uma tentativa de assassinato da Al-Qaeda, em 2009, manteve uma próxima relação com a comunidade de inteligência dos EUA e sempre teve a reputação de ser confiável. Ele também era identificado com a efetiva e formidável estrutura de segurança construída por seu pai, que morreu de ataque cardíaco em 2012. / AFP e REUTERS

Zoom na matéria:

O rei Salman, da Arábia Saudita, nomeou ontem seu filho Mohamed bin Salman, de 31 anos, novo príncipe herdeiro, confirmando sua ascensão em um momento de crise com o Catar e de estagnação na guerra no Iêmen.

23 de junho de 2017: nenhuma menção.

24 de junho de 2017: nenhuma menção

25 de junho de 2017: nenhuma menção

26 de junho de 2017:

Matéria 29: Menciona a Somália e o Iêmen.

Notícia por Fareed Zakaria. Tradução por Celso Paciornik. Página 10.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Trump e outra década de guerra no Oriente Médio

Na luta contra o EI, as forças americanas têm iniciado ataques de maneira agressiva contra civis no Iraque e na Síria

FAREED ZAKARIA
THE WASHINGTON POST

Enquanto estávamos focados nos resultados de eleições especiais, os altos e baixos da investigação sobre a Rússia, e os últimos tweets do presidente Trump, abaixo do radar, uma mudança ampla e significativa na política externa americana parecia estar em curso. Em poucas palavras, os Estados Unidos estão tropeçando em outra década de guerras no grande Oriente Médio. E esta próxima década de conflitos poderá se mostrar ainda mais desestabilizadora do que a última. Trump assumiu a presidência com um refrescante ceticismo sobre a política dos EUA com respeito à região. “Todos que tocaram o

Oriente Médio, ficaram atolados. Nós estamos atolados”, disse ele durante a campanha. Mas Trump também se vê como um cara durão. Em seus comícios, ele prometeu repetidamente acabar com o Estado Islâmico na marra. Agora que está na Casa Branca e se cercou de um conjunto de generais, seu instinto de macho parece ter triunfado. O governo aumentou suas operações militares em todo o grande Oriente Médio, da Síria ao Iêmen, ao Afeganistão, à Somália – mais tropas, mais bombardeios, mais missões. Mas qual é a estratégia subjacente?

Na luta contra o Estado Islâmico, as forças americanas têm agressivamente iniciado ataques, resultando num considerável aumento de mortes civis no Iraque e na Síria. Numa dramática escalada, na última semana, os EUA derrubaram um avião sírio, colocando Washington em rota de colisão com o aliado da Síria, a Rússia, com a real possibilidade de hostilidades militares russo-americanas. Pior, não está claro como esta beligerância com o regime de Bashar Assad realizará a única missão declarada de envolvimento dos EUA na Síria – derrotar o Estado Islâmico. Logicamente, se Assad se enfraquecer, as principais forças de oposição – vários grupos islâmicos militantes, entre

os quais o Estado Islâmico – se fortalecerão. Contribuindo para a incoerência, o governo explicou que apesar de haver atacado forças de Assad não estava combatendo o regime de Assad e a derrubada do avião foi simplesmente um ato de “autodefesa coletiva”. Mais alguns desses atos de autodefesa e as tropas de combate americanas poderão se ver no terreno na Síria. No Afeganistão, Trump delegou os detalhes de um pequeno reforço de 4.000 soldados ao secretário de Defesa, James Mattis, e outros veteranos líderes militares. Mas há limites para a

Em situações em que as forças americanas estão envolvidas, soluções são políticas

perspectiva mesmo de generais notáveis. Oficiais militares podem nos dizer se, por exemplo, eles podem tomar uma colina. Mas tomar essa colina servirá à estratégia maior dos EUA? Poderá essa colina ser mantida a um custo razoável? Será que essa missão distrai de outros interesses americanos maiores mundo afora? Essas são perguntas que precisam ser respondidas pelo comandante supremo.

Os EUA estão no Afeganistão há 16

anos. Fizaram vários reforços em números de soldados e gastaram mais de um trilhão de dólares naquele país. No ano passado, a ajuda americana ao Afeganistão foi equivalente a cerca de 40% do PIB daquela nação. E Mattis admite que os Estados Unidos “não estão vencendo”. O que os 4.000 soldados adicionais de agora conseguirão que 130 mil soldados não conseguiram?

No Iêmen, os EUA estão agora engajados mais ativamente num conflito que tem pouca conexão com a guerra contra o terror islâmico radical. Com a última venda de armas, Washington está alimentando ainda mais a guerra por procuração da Arábia Saudita contra o Irã – uma guerra que levou o reino a uma aliança de fato com a Al-Qaeda no Iêmen. O novo príncipe coroado da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, parece propenso a persistir nesse conflito, apesar de ele ter se tornado muito pior que o esperado e ter resultado numa catástrofe humana. Uma criança no Iêmen está morrendo de causas evitáveis a cada 10 minutos, segundo a Unicef, e o país mais pobre do mundo árabe foi transformado numa terra de ninguém onde grupos terroristas competirão nas próximas décadas. Em quase toda situação em que as forças americanas estão envolvidas, as

soluções são mais políticas do que militares. Isso se tornou especialmente verdadeiro em lugares como a Síria e o Afeganistão onde muitas potências regionais, com interesses profundos, demarcaram posições e espalharam sua influência. Uma força militar sem uma estratégia e um processo diplomático e político profundamente engajado está destinada a falhar, e talvez até a produzir uma série de consequências inesperadas – como se pôde observar na última década e meia.

Durante a campanha, Trump parecia ser genuinamente reflexivo sobre o papel dos EUA no Oriente Médio. “Eu não costumo falar disso, OK, porque sou muito proativo”, ele disse certa vez sobre o tema. “Mas eu me sentaria e ‘Vamos ver o que está havendo’”. Sim. Após 16 anos de guerras contínuas, centenas de milhares de mortos, trilhões de dólares e maior instabilidade regional, alguém em Washington precisa perguntar – antes do próximo bombardeio ou alocação de tropas: o que está havendo? / **TRADUÇÃO DE CELSO PACIORNIK**

CELSO PACIORNIK
É COLUNISTA

Zoom na matéria:

Oriente Médio, ficaram atolados. Nós estamos atolados”, disse ele durante a campanha. Mas Trump também se vê como um cara durão. Em seus comícios, ele prometeu repetidamente acabar com o Estado Islâmico na marra. Agora que está na Casa Branca e se cercou de um conjunto de generais, seu instinto de macho parece ter triunfado. O governo aumentou suas operações militares em todo o grande Oriente Médio, da Síria ao Iêmen, ao Afeganistão, à Somália – mais tropas, mais bombardeios, mais missões. Mas qual é a estratégia subjacente?

No Iêmen, os EUA estão agora engajados mais ativamente num conflito que tem pouca conexão com a guerra contra o terror islâmico radical. Com a última venda de armas, Washington está alimentando ainda mais a guerra por procuração da Arábia Saudita contra o Irã – uma guerra que levou o reino a uma aliança de fato com a Al-Qaeda no Iêmen. O novo príncipe coroado da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, parece propenso a persistir nesse conflito, apesar de ele ter se tornado muito pior que o esperado e ter resultado numa catástrofe humana. Uma criança no Iêmen está morrendo de causas evitáveis a cada 10 minutos, segundo a Unicef, e o país mais pobre do mundo árabe foi transformado numa terra de ninguém onde grupos terroristas competirão nas próximas décadas.

27 de junho de 2017:

Matéria 30: Menciona a Somália e o Iêmen.

Notícia de capa:

Trump poderá barrar viajante de seis países islâmicos

A Suprema Corte dos EUA liberou decreto do presidente Donald Trump que veta, por 90 dias, a entrada de pessoas de seis países de maioria muçulmana. A medida também barra o ingresso de refugiados por 120 dias. A decisão mira quem não tem laços com os EUA, não é definitiva e começa a valer até quinta-feira. Viajantes de Líbia, Irã, Somália, Sudão, Síria e Iêmen sofrerão restrições. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

Notícia por Reuters e Agence France Presse (AFP). Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Vitória da Casa Branca. Suprema Corte autoriza aplicação parcial do decreto migratório do presidente americano, que celebrou a decisão como 'clara vitória' para a segurança nacional; alvo principal da decisão são viajantes sem laços com os EUA e refugiados

Justiça permite a Trump barrar parte dos cidadãos de seis países islâmicos



Entrada. Passagens desbarataram nos EUA, governo entra com recurso após passe de juiz conselheiro na Corte

PERGUNTAS E RESPOSTAS
Decisão não é a final
A decisão da Suprema Corte é apenas o primeiro passo para que o decreto de Trump seja aplicado em sua totalidade. O presidente ainda pode recorrer à Suprema Corte para que o decreto seja aplicado em sua totalidade.

Como é o julgamento final?
A decisão da Suprema Corte é apenas o primeiro passo para que o decreto de Trump seja aplicado em sua totalidade. O presidente ainda pode recorrer à Suprema Corte para que o decreto seja aplicado em sua totalidade.

Qual é o impacto da decisão?
A decisão da Suprema Corte é apenas o primeiro passo para que o decreto de Trump seja aplicado em sua totalidade. O presidente ainda pode recorrer à Suprema Corte para que o decreto seja aplicado em sua totalidade.

CRONOLOGIA
Idas e vindas do decreto
27 de Junho: Donald Trump anuncia a criação de um decreto para limitar o acesso aos Estados Unidos de seis países muçulmanos e de refugiados.
1 de Fevereiro: Um juiz federal do norte suspende o decreto.
16 de Fevereiro: O presidente apresenta ao Supremo Corte o pedido para que o decreto seja aplicado em sua totalidade.
16 de Março: Um juiz do norte bloqueia o segundo versão do decreto. O juiz federal do norte de Maryland impede a aplicação do decreto em sua jurisdição.
16 de Março: O presidente apresenta ao Supremo Corte o pedido para que o decreto seja aplicado em sua totalidade.

Zoom na matéria:

O decreto de março determina a proibição por 90 dias da entrada nos EUA de cidadãos de Líbia, Irã, Somália, Sudão, Síria e Iêmen e uma proibição de 120 dias para todos os refugiados – até que seja implementado um processo de verificação mais rígido. A primeira versão do texto, de janeiro, incluía o Iraque. A ordem foi bloqueada por juízes federais. As proibições entram em vigor até quinta-feira.

Matéria 31: Menciona a Somália e o Iêmen.

Notícia por Matt Zapotosky. Tradução por Terezinha Martino. Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos



Zoom na matéria:

Trump reescreveu sua ordem executiva e agora ela afeta somente a emissão de vistos para viajantes de seis países de maioria muçulmana: Irã, Sudão, Somália, Líbia, Iêmen e Síria. O que significa que ninguém pode ser barrado em algum aeroporto dos Estados Unidos, mas apenas terá negado um visto. Leon Fresco, vice-procurador-geral do setor encarregado de litígios nos casos de imigração no Departamento de Justiça, durante o governo de Barack Obama, disse que sob vários aspectos a decisão da Corte restaura uma situação precedente de longa data. “Há cem anos jamais foi o caso de alguém poder nos processar por não obter um visto.”

28 de junho de 2017: nenhuma menção

29 de junho de 2017: nenhuma menção

30 de junho de 2017:

Matéria 32: Menciona a Somália e o Iêmen.

Notícia por Agence France Presse (AFP). Página 14.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Veto parcial a muçulmanos entra em vigor nos EUA

Norma permite a cidadãos de 6 nações de maioria islâmica ingressar se tiverem 'parentes próximos'; avós, tios e cunhados estão excluídos

WASHINGTON

Após meses de polêmica e reviravoltas na Justiça, as novas restrições de entrada nos EUA impostas pelo decreto anti-imigração do presidente Donald Trump passaram a vigorar. A medida foi efetivamente implantada às 20 horas de ontem (21 horas em Brasília), três dias depois de a Suprema Corte americana autorizar a aplicação parcial contra cidadãos de seis países de maioria islâmica.

O governo americano comprometeu-se a autorizar a entrada de quem tenha "família próxima" e especificou os laços de parentesco exigidos para dar à autorização. Há permissão prevista para "pais (incluindo adotivos), maridos e mulheres, filhos ou filhas - criança ou adulto -, genros, noras, irmãs e irmãos e meios-irmãos ou meios-irmãs". Ficam de fora avós, netos, tios, sobrinhos, primos, netos e cunhados. A "relação de boa-fé" com o país deve ser "formal, documentada e ter sido estabelecida em circunstâncias comuns, e não com o objetivo de burlar esse decreto", ressalta o texto. Pessoas doentes que necessitem tratamento urgente poderão obter o visto.

Adotada com a justificativa de impedir a chegada de "terroristas", a ordem executiva proíbe, temporariamente, a entrada em território americano de cidadãos de seis países de maioria muçulmana (Síria, Líbia, Irã, Sudão, Somália e Iêmen), assim como de refugiados de qualquer parte do mundo.

Coreia do Sul busca apoio americano

● O novo presidente sul-coreano, Moon Jae-in, tentava ontem obter apoio de líderes americanos para sua política de compromisso com a Coreia do Norte, após o governo de Donald Trump anunciar o aumento da pressão sobre o regime de Pyongyang por seu programa nuclear. Em sua primeira viagem ao exterior desde a vitória nas eleições presidenciais deste mês, Moon se reuniu com líderes do Congresso antes de um jantar com Trump. Os EUA tentam isolar a Coreia do Norte após Pyongyang realizar vários testes de mísseis.

6 países de maioria islâmica são alvo de proibição de Trump

Na segunda-feira, os juizes da mais alta corte americana limitaram o alcance desse decreto. A proibição de ingresso não pode ser aplicada a quem justificar "uma relação de boa-fé com uma pessoa, ou com uma entidade nos EUA".

Entre as exceções previstas, estão aqueles que queiram ir aos EUA para visitar um parente próximo, um estudante que tenha sido admitido em uma universidade americana, um profissional contratado para trabalhar em uma empresa le-

gal, ou ainda um professor convidado para dar uma palestra.

Além desses exemplos específicos, há uma série de questões em aberto, debatidas entre advogados experientes na área, como o que será entendido como "relação de boa-fé" ou como um refugiado sírio pode provar a existência de um laço anterior com os EUA.

"Este governo está redefinindo a ideia de família. Foi criada por meus avós, mesmo pelo qual não posso nem mesmo imaginar que não sejam considerados parte da minha família", disse Kamel Issa, diretora da Associação Árabe Americana de Nova York.

Embora seja provável que essa política se estenda aos tribunais, especialistas preveem um impacto limitado nos aeroportos, diferentemente da confusão provocada em 27 de janeiro com a implementação da primeira versão desse decreto.

Advogados voluntários e várias associações ofereceram ajuda gratuita, na época, para atender aos viajantes detidos nos aeroportos e em instalações de expulsão. Algumas dessas organizações garantiram que voluntários a ocupar terminais aéreos no país, mas uma vez, a partir de ontem. Em 3 de fevereiro, um juiz federal suspendeu a primeira versão do decreto de Trump e o mesmo ocorreu em março com sua segunda edição. O magistrado justificou sua decisão, alegando que o texto era discriminatório em relação aos seguidores do Islã. Em outubro, a Suprema Corte emitiu uma segunda versão em definitivo. [AFP](#)

Zoom na matéria:

Adotada com a justificativa de impedir a chegada de "terroristas", a ordem executiva proíbe, temporariamente, a entrada em território americano de cidadãos de seis países de maioria muçulmana (Síria, Líbia, Irã, Sudão, Somália e Iêmen), assim como de refugiados de qualquer parte do mundo.

Matéria 33: Menciona a Somália.

Nota sem autoria. Página 14.

Categoria 1 – Matérias que citam a atual crise humanitária mundial

SOMÁLIA

ONG diz que fome pode matar 20 mil crianças

Mais de 20 mil crianças correm o risco de morrer de fome em poucos meses em razão do grande aumento dos casos de desnutrição causados por uma grave seca em diferentes regiões da Somália, alertou a organização Save the Children. Segundo organizações internacionais, se não houver um amplo esforço, a Somália sofrerá nova crise de fome, como em 2011, quando cerca de 260 mil pessoas morreram.

Mês de julho de 2017

01 de julho de 2017:

Matéria 34: Menciona a Somália e o Iêmen.

Nota sem autoria. Página 13.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

IMIGRAÇÃO

Trump alivia veto a noivos, mas não a avós

O governo do presidente americano, Donald Trump, decidiu incluir os noivos na lista de parentes próximos que poderão viajar para os EUA. A decisão foi anunciada na quinta-feira, quando as medidas de restrição de viagens para cidadãos de seis países de maioria muçulmana entraram em vigor. Avós e netos de residentes nos Estados Unidos, no entanto, continuam proibidos de visitar o país por não serem considerados “parentes próximos”. Irã, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iêmen são os países submetidos à sanção, liberada pela Suprema Corte.

02 de julho de 2017: nenhuma menção

03 de julho de 2017: nenhuma menção

04 de julho de 2017:

Matéria 35: Menciona a Nigéria.

Nota sem autoria. Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

NÍGER

Jihadistas do Boko Haram sequestram 40

Membros do grupo Boko Haram mataram 9 pessoas e sequestram cerca de 40 no sudeste do Níger. “Os criminosos chegaram à aldeia de Ngalewa em camelos, na noite de domingo, mataram 9 moradores e levaram mulheres e crianças”, disse o prefeito do distrito de Diffa, Abba Gata Issa. Na região, fronteira com a Nigéria e o Chade, vivem mais de 200 mil refugiados nigerianos.



FICARAM
APÓS
ATROPEL
TAXISTA

05 de julho de 2017: nenhuma menção

06 de julho de 2017: nenhuma menção

07 de julho de 2017:

Matéria 36: Menciona a crise no Sudão do sul.

Nota sem autoria. Pagina 12.

Categoria 1 – Matérias que citam a atual crise humanitária mundial



08 de julho de 2017: nenhuma menção

09 de julho de 2017:

Matéria 37: Menciona a Nigéria.

Por Andrei Netto. Página 12.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Internacional

Desafio. De acordo com a ONG Oxfam, semanas depois, a maioria dos jovens reaparece nas principais capitais da Europa, em condições de extrema precariedade; somente na França, há 10 mil imigrantes menores de idade, isolados, sem família ou responsável

Europa perde rastro de 28 menores por dia após travessia do Mediterrâneo

Andrei Netto
@andreinetto

Aboubakar Ali deixou o Chade, país de 14 milhões de habitantes na África Subsaariana, há sete meses. Sua família havia retornado ao país natal, deixando a Nigéria em fuga das atrocidades do grupo terrorista Boko Haram. Aos 16 anos, Abou não aceitou voltar e decidiu partir.

De acordo com a ONG Oxfam, que presta auxílio a refugiados em toda a União Europeia, entre 100 crianças e adolescentes imigrantes que chegam à Europa, 66 desaparecem por dia no Itália, a porta de entrada para 85% dos imigrantes menores de idade que chegam. Semanas depois, a maioria dos jovens reaparece nas principais capitais da Europa, em condições de extrema precariedade.

Abou acabou sem nada de roupas em dezembro em uma esplanada, sem dinheiro, foi para a França – sem sequer pedir. Aquilo lhe aconteceu no período por ter sido detido em Líbano, onde passou algumas semanas em diversos lugares antes de ser libertado, ao qual retornou a Babilônia há três meses. Na Itália, pararam alguns dias em um centro de acolhimento, até a saída de barco, visando para trabalhar no setor de limpeza em Paris. No entanto, Abou não conseguiu encontrar emprego e acabou ficando no sistema de acolhimento.

Abou não deu conta de voltar às suas lembranças, nem de onde veio e onde vai. Ele não sabe quem são seus pais e onde estão. Ele não sabe onde está, mas sabe que está em Paris, França. Ele não sabe onde está, mas sabe que está em Paris, França. Ele não sabe onde está, mas sabe que está em Paris, França.

700 menos crianças foram resgatadas

Em geral, costuma-se esperar de uma operação de resgate em um cenário de conflito armado ou de um ataque terrorista o de salvar vidas e trazer de volta os sobreviventes. No entanto, a operação de resgate de crianças e adolescentes em conflitos armados é diferente. É uma operação de resgate de crianças e adolescentes em conflitos armados.

Em geral, costuma-se esperar de uma operação de resgate em um cenário de conflito armado ou de um ataque terrorista o de salvar vidas e trazer de volta os sobreviventes. No entanto, a operação de resgate de crianças e adolescentes em conflitos armados é diferente. É uma operação de resgate de crianças e adolescentes em conflitos armados.

Em geral, costuma-se esperar de uma operação de resgate em um cenário de conflito armado ou de um ataque terrorista o de salvar vidas e trazer de volta os sobreviventes. No entanto, a operação de resgate de crianças e adolescentes em conflitos armados é diferente. É uma operação de resgate de crianças e adolescentes em conflitos armados.



Lufa. Imigrantes são resgatados de ruas de Paris, onde muitos vivem da ação de ONGs e de generosidade de voluntários

Games
Exposição traz jogos que propõem reflexão política. Pág. A14

SOBREVIVENTES

Aboubakar Ali
Deixou o Chade de 16 anos
"Fui resgatado por um centro de refugiados no Líbano. Lá, eu e outros menores de idade ficamos por dois dias. No entanto, não sabemos que aconteceu depois disso, mas sabemos que fomos resgatados e não sabemos quem fomos resgatados"

Aboubakar Ali
Deixou o Chade de 16 anos
"Fui resgatado por um centro de refugiados no Líbano. Lá, eu e outros menores de idade ficamos por dois dias. No entanto, não sabemos que aconteceu depois disso, mas sabemos que fomos resgatados e não sabemos quem fomos resgatados"

Aboubakar Ali
Deixou o Chade de 16 anos
"Fui resgatado por um centro de refugiados no Líbano. Lá, eu e outros menores de idade ficamos por dois dias. No entanto, não sabemos que aconteceu depois disso, mas sabemos que fomos resgatados e não sabemos quem fomos resgatados"

Zoom na matéria:

Aboubakar Ali deixou o Chade, país de 14 milhões de habitantes na África Subsaariana, há sete meses. Sua família havia retornado ao país natal, deixando a Nigéria em fuga das atrocidades do grupo terrorista Boko Haram. Aos 16 anos, Abou não aceitou voltar e decidiu partir.

Matéria 38: Menciona a Nigéria.

Notícia por Jamil Chade. Pagina 13.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

No deserto do Saara, a indústria da clandestinidade

Gangues e milícias controlam o tráfico de pessoas desde o Níger até a Líbia, com auxílio de militares e políticos locais, indica relatório

Jamil Chade

CORRESPONDENTE JUNEIRA

Milhares de refugiados que atravessam a África antes de partir para o norte do continente para embarcar no último trajeto até a Europa passam por rotas controladas por grupos criminosos e mesmo extremistas que, com a complicitade de militares locais corruptos, extorquem dinheiro de milhares de pessoas. A indústria da clandestinidade entre a África Subsaariana e o Magreb preocupa a União Europeia.

No momento em que o migrante chega na estação de ônibus de Agadez, ele passa a fazer parte de um mercado dinâmico de serviços de contrabando de seres humanos", diz o relatório. Na cidade, diversos grupos criminosos atuam em "quartos". O chefe daquela zona é dono não só do local como dos próprios migrantes, além de uma frota de carros. Muitos são veículos capazes de cruzar o deserto ou caminhos ruidosos da Líbia. O chefe do grupo é o res-

dos militares. Em Dikou, migrantes precisam aguardar na cidade por dias antes de serem transferidos com veículos privados por novas contrabandistas que podem levá-los até Madama. Em Madama, eles atravessam outro ponto de controle para poder chegar até Tunes, a fronteira com a Líbia. Tribos nômades do Saara, tuareg e toulema, disputam as rotas e os imigrantes, tidos como ativos valiosos. Confrontos armados entre os dois grupos étnicos são comuns.

A queda de Muammar Kadafi também colaborou para os confrontos. Desde a morte do ditador, os postos de fronteira da Líbia e o Níger estão desprotegidos e esse vazio foi preenchido por milícias toulema. Isso permissa que elas controle o acesso até a cidade líbia de Subha. Ali, os migrantes são entregues para tribos, a Awlad Sulaiman.

Pelo caminho, são torturados, calados de entorpecimento, seqüestrados e mortos quando não há pagamento adequado. A Frontex acredita que as vítimas do deserto supremas em grande número as do Mediterrâneo.

O relatório conclui que operações de salvamento no mar reforçam os lucros das criminosas. Ao colocar mais barcos para resgatar os migrantes na costa cada vez mais perto dos pontos líbios, os europeus estariam levando a uma redução de custos dos traficantes de pessoas.

AS ROTAS



No Mali, rotas são controladas por terroristas

Grupos radicais como o Al-Qaeda no Magreb Islâmico, Ansar al-Dine e outros controlam a rota de fuga de refugiados e lu-

cram com a passagem de milhares em direção à Europa. No norte do Mali, minorias étnicas da região passaram a colaborar com grupos extremistas para administrar a rota de migrantes, pagando impostos a eles. "Grupos extremistas são vistos como o principal fornecedor de segurança e cobram taxas sobre cada bem contrabandeado em sua área de influência", indicou a Frontex,

em seu relatório de inteligência, no qual afirma que a taxa do tráfico de pessoas inclui, além de grupos extremistas e minorias étnicas, políticos e empresários. Além de pagar um "pedágio" para continuar a viagem o serviço do contrabandista, eles são alvo de exploração sexual pelo caminho e por vezes seqüestrados até que a família pague um resgate. JAC.

Zoom na parte da citação:

Relatório da Agência de Fronteiras da Europa (Frontex) e de governos africanos como a Etiópia, Níger, Nigéria e Mali indica que o Níger passou a ser considerado o principal ponto de encontro para o tráfico de pessoas. A capital desse esquema está em Agadez, que serve de escala até a Líbia.

10 de julho de 2017: nenhuma menção

11 de julho de 2017: nenhuma menção

12 de julho de 2017: nenhuma menção

13 de julho de 2017: nenhuma menção

14 de julho de 2017: nenhuma menção

15 de julho de 2017:

Matéria 39: Menciona a Somália e o Iêmen.

Notícia por Agence France Presse (AFP) e The New York Times (NYT). Página 15.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Veto migratório

SEM EXCEÇÃO A AVÓS

O governo americano está determinado a manter de forma os avós da lista de exceções do decreto migratório de Donald Trump para bloquear parcialmente a entrada de muçulmanos nos EUA. Logo após um juiz federal do Havai determinar que avós, netos e outros parentes de pessoas que residem nos EUA devem ser considerados parentes próximos e vinculados no país, o secretário de Justiça Jeff Sessions anunciou um recurso à Suprema Corte para que os mantenham de fora.

A decisão do juiz Derrick Watson representa uma vitória para os críticos do decreto. O texto é defendido pelo governo Trump como fundamental para a segurança nacional, ao evitar a entrada de terroristas nos EUA. Ele barra o ingresso de cidadãos de Irã, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iêmen em território nacional por um período de 90 dias e refugiados por 120 dias.

No mês passado, a Suprema Corte autorizou a entrada em vigor do decreto, mas pessoas com uma "relação de boas fé" com cidadãos ou instituições nos Estados Unidos não poderiam ser barradas. Para o governo Trump, a relação entre avós e netos não se encaixa nessa descrição. Apenas pais, cônjuges, filhos, noivos e irmãos. **AFP e NYT**

A decisão do juiz Derrick Watson representa uma vitória para os críticos do decreto. O texto é defendido pelo governo Trump como fundamental para a segurança nacional, ao evitar a entrada de terroristas nos EUA. Ele barra o ingresso de cidadãos de Irã, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iêmen em território nacional por um período de 90 dias e refugiados por 120 dias.

16 de julho de 2017: nenhuma menção

17 de julho de 2017: nenhuma menção

18 de julho de 2017:

Matéria 40: Menciona a Nigéria.

Nota sem autoria. Página 10.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

NIGÉRIA

Malala se reúne com alunas sequestradas

Malala Yousafzai, vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 2014, pediu ontem a declaração de “estado de emergência para a educação” na Nigéria, durante uma visita na qual conheceu algumas das estudantes de Chibok sequestradas pelo Boko Haram. Na Nigéria, há 10,5 milhões de crianças que não vão à escola e 60% delas são meninas, segundo o Unicef. Muitas delas estão no nordeste do país, onde os rebeldes do Boko Haram infligiram importantes danos à educação nos últimos nove anos.

19 de julho de 2017:

Matéria 41: Menciona o Iêmen.

Nota sem autoria. Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos



20 de julho de 2017:

Matéria 42: Menciona o Iêmen.

Notícia por Reuters, EFE e Agence France Presse (AFP). Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Suprema Corte dá vitória parcial a Trump em veto a imigrantes

Tribunal permite que presidente imponha restrições a refugiados, mas considera avós como parentes próximos

WASHINGTON

A Suprema Corte dos EUA concedeu ontem uma vitória parcial ao presidente Donald Trump ao permitir que ele imponha restrições ao programa de refugiados, como prevê seu veto migratório. Por outro lado, manteve a decisão de uma corte do Havaí, segundo a qual avós de cidadãos americanos nascidos de seis países muçulmanos devem ser considerados parentes próximos, ao contrário do que queria o governo.

A Corte aceitou a decisão de um juiz do Havaí, Derrick Watson, que determinou que avós, netos e outros parentes de pessoas que moram nos EUA devem ser excluídos do decreto, que impede por 90 dias a entrada de cidadãos de Irã, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iêmen. Dessa forma, mantém a definição de "família próxima" do juiz federal. O veto entrou em vigor no dia 29 de junho.

Em sua breve resolução, a

Corte apoiou o governo de Trump, ao rejeitar a parte da sentença do mesmo juiz que ampliou exceções à proibição da entrada de refugiados por 120 dias. A sentença da Suprema Corte é temporária.

Arrolada mais recente na disputa sobre o decreto presidencial de Trump, que ele diz ser necessário por razões de segurança, teve início após a Suprema Corte intervir, no mês passado, para revisar parcialmente duas restrições, bloqueadas por tribunais inferiores.

A Suprema Corte informou então que a restrição entraria em vigor, mas pessoas com um "relacionamento genuíno" com um cidadão ou entidade americana não poderiam ser barradas.

Desde a entrada em vigor do decreto de Trump, só poderiam entrar nos EUA indivíduos que pudessem comprovar sua relação com pais, cônjuges, filhos, genros, noras ou irmãos que já tivessem residido em território americano.

Ficaram excluídos dessa lista de "familiares próximos" avós, netos, tios, sobrinhos e primos, que não podiam ajudar seus parentes no exterior para tramitar a entrada no país. **REUTERS, EFE e AFP**

A Corte aceitou a decisão de um juiz do Havaí, Derrick Watson, que determinou que avós, netos e outros parentes de pessoas que moram nos EUA devem ser excluídos do decreto, que impede por 90 dias a entrada de cidadãos de Irã, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iêmen. Dessa forma, mantém a definição de "família próxima" do juiz federal. O veto entrou em vigor no dia 29 de junho.

21 de julho de 2017: nenhuma menção

22 de julho de 2017: nenhuma menção

23 de julho de 2017: nenhuma menção

24 de julho de 2017: nenhuma menção

25 de julho de 2017: nenhuma menção

26 de julho de 2017: nenhuma menção

27 de julho de 2017: nenhuma menção

28 de julho de 2017: nenhuma menção

29 de julho de 2017: nenhuma menção

30 de julho de 2017: nenhuma menção

31 de julho de 2017: nenhuma menção

Mês de Agosto de 2017:**01 de agosto de 2017:** nenhuma menção**02 de agosto de 2017:** nenhuma menção**03 de agosto de 2017:** nenhuma menção**04 de agosto de 2017:** nenhuma menção**05 de agosto de 2017:** nenhuma menção**06 de agosto de 2017:** nenhuma menção**07 de agosto de 2017:**

Matéria 43: Menciona a Nigéria.

Nota sem autoria. Página 10.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

**08 de agosto de 2017:** nenhuma menção**09 de agosto de 2017:** nenhuma menção

10 de agosto de 2017:

Matéria 44: Menciona o Iêmen e a Somália.

Notícia por Agence France Presse (AFP) e Associated Press (AP). Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Tráfico lança 120 migrantes ilegais no mar

JOHANNESBURGO

Traficantes de migrantes ilegais jogaram na água ontem 120 somalis e etíopes em frente à costa do Iêmen, provocando a morte de ao menos 29 deles, informou a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

“Os traficantes deliberadamente jogaram na água os migrantes por medo de serem detidos quando chegassem às praias, após avistarem pessoas que pareciam autoridades”, disse à *France Presse* um funcionário da OIM em Áden, no Iêmen, acrescentando que 27 migrantes sobreviveram e ao menos 22 estão desaparecidos.

Os 29 corpos foram encontrados por funcionários da OIM que faziam uma patrulha rotineira. Segundo os funcionários, os mortos foram levados para uma praia em Shabwa por sobreviventes. O local é uma rota comum de migrantes que tentam chegar à Europa.

Sobreviventes contaram ainda que os traficantes voltariam para a Somália “para continuar seu trabalho e recolher mais gente para trazer ao Iêmen pela mesma rota”.

Segundo a OIM, desde janeiro, 55 mil migrantes deixaram o Chifre da África em direção ao Iêmen, a maioria saindo da Somália e da Etiópia. Nesta época, a viagem é particularmente arriscada em razão dos fortes ventos que sopram no Oceano Índico. Um funcionário da OIM afirmou que havia “muitas mulheres e crianças entre os mortos”.

/ AFP e AP

11 de agosto de 2017: nenhuma menção

12 de agosto de 2017: nenhuma menção

13 de agosto de 2017:

Matéria 45: Menciona a Nigéria.

Notícia por Jamil Chade. Página 13.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Abusos. Autoridades italianas creem que prostituição forçada tornou-se endêmica entre maioria das africanas levadas para cidades europeias por grupos criminosos; organização estima que 80% das nigerianas que entram legalmente na Itália sejam potenciais vítimas

Tráfico de mulheres da Nigéria alimenta redes de exploração sexual na Europa

Jamil Chade
ESTILO: ANTONIO J. PEREZ / EPLA

As autoridades italianas estão convencidas de que casos de exploração sexual passaram a ser endêmicos entre as imigrantes africanas que entram legalmente no país. Um levantamento feito pela Organização Internacional para Migrações (OIM) revelou que 80% das mulheres e meninas nigerianas que cruzam o Mediterrâneo são vítimas de crime organizado nas grandes cidades europeias.

As primeiras investigações de procuradores italianos sobre a ação dessas redes começaram em 2014, quando eles perceberam que muitas das meninas que desembarcaram simplesmente sumiram dos registros dos serviços sociais.

Pouco tempo depois descobriu-se que o recrutamento ocorria já nos centros de acolhida, no sul da Itália, praticamente diante das autoridades. De acordo com as investigações do procurador da Sicília, Salvatore Vella, antes de sair de suas vilarejas, cada uma das mulheres recebia um telefonema. Uma vez na Itália, eram instruídas a ligar o aparelho e esperar pela chamu-

da. Do outro lado da linha estavam os organizadores da rede criminosas na Europa, que recrutavam o "produto". As contrárias da história que tentavam dizer à polícia, essas meninas são informadas de que não precisam pagar nada, mas precisam pagar imediatamente pelo voo, pelo assim que estiverem trabalhando, imediatamente em salões de beleza ou centros domésticos, assim o salário para quitar a dívida.

Mas, quando chegam à Itália, elas são informadas de que a conta chegou à valores que variam entre € 40 mil e € 60 mil e o emprego, na verdade, era uma farsa. O padrão se repetiu em cada um dos casos identificados pela polícia. Com as meninas já na Europa, os grupos criminosos passam a exigir que o pagamento ocorra com serviços de prostituição, em bares de estradas e em prostitutos ilegais nas periferias das cidades europeias.

Na estrada provincial, entre as cidades de Lamezia e Alessandria, o Estado encontrou duas nigerianas que, num calor de 38 graus, esperavam por seus clientes diante de propriedades agrícolas da região. Uma delas esperava que o programa ocorresse ali mesmo. "Não podemos sair da-



Tráfico. Nigeriana espera por 'cliente' no interior da Itália

qui", justificou. Ao ver que não teriam trabalho, uma delas ofereceu reduzi o preço do serviço pela metade, apenas € 25.

● **Desabafado**
"Esses grupos criminosos angustiam os países de destino"
Fatima Isah
(61 97 094 05) 10/9/2017

Para as autoridades, o que acontece é a ditadura que esse grupo organizado por grupos criminosos ganhou. Entre 2014 e 2017, o número de mulheres nigerianas que chegaram à Europa aumentou de forma expressiva, passando de 1,4 mil para mais de 11 mil. Apenas nos seis primeiros meses de 2017, foi registrada na Itália a chegada de 4 mil nigerianas.

"Temos registrado um aumento das chegadas de vítimas do tráfico nos salões e salões de beleza que 80% são potenciais vítimas", afirmou o porta-voz da OIM na Itália, Carlo de Galceran. "Algumas são tão jovens que nem sabem o que é sexo ou prostituição", contou.

Medo. Tanto as autoridades quanto as associações afirmam que o maior obstáculo para combater a exploração é o temor que as meninas têm dos grupos criminosos. "O pavor de uma retaliação é o maior obstáculo para informar essas meninas do crime organizado", contou à reportagem Fatima Isah, ex-vítima do tráfico de mulheres africanas que hoje é uma das principais vozes da entidade Fiam (Progetto Integrazione Accoglienza Migranti), que apoia as

meninas que escapam dos grupos criminosos em Itália.

"Esses grupos criminosos sequestraram sobras de marionetes", afirmou. "Sei do que estou falando", insistiu. Fatima foi uma das vítimas do tráfico, mas se orgulha de dizer que conseguiu "se libertar do tráfico". Questionada se ela se sentia também ameaçada por fazer o trabalho de resgate das vítimas, a imigrante de Gana não quis entrar em detalhes. "Sabemos que estamos sob ameaça".

Nem todas as meninas que embarcam para a Europa desconfiam completamente seus destinos. No entanto, o que não sabem é que, além de prostitutas, serão tratadas como escravas.

Martina, uma italiana que também trabalha no Fiam, contou que há muitas famílias nigerianas sabem que suas filhas serão prostituídas na Europa quando recebem a proposta de deixar o vilarejo. No entanto, na esperança de obter dinheiro e escapar do desemprego local, optam por fechar os olhos para esse cenário e manter o silêncio de que suas filhas trabalharão como empregadas domésticas, hábitas ou em salões de cabeleireiros na Europa.

Matéria 46: Menciona a Nigéria.

Notícia por Jamil Chade. Página 14:

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Meninas pagam com o corpo a 'dívida' da viagem

Omokaro, de 22 anos, uma das poucas que conseguiu fugir do crime organizado, diz que grupo usa até o vodu para ameaçar as famílias

Jamil Chade
ESPECIAL DE FÉRIAS / ASTI, ITÁLIA

Após deixar a Nigéria, Omokaro participou de um ritual vodu durante o qual se estabeleceu uma maldição sobre sua família se ela não pagasse a dívida que estava prestes a assumir. O objetivo era bancar seu sonho de deixar o interior miserável de seu país africano em busca de uma vida melhor na Europa.

O chefe local de sua região, matando uma galinha diante de todos e fazendo jorrar o sangue do animal sobre os presentes, alertava que um eventual calote significaria um grande sofrimento para a garota de 22 anos e principalmente para sua família, que ficaria para trás. Para realizar o ritual, o líder religioso pediu um pedaço da unha da garota e um pelo de sua parte íntima. Tudo isso regado com o gogoro, uma bebida tradicional ligada durante a colonização britânica e que hoje custa o equivalente

de longo dos dois anos seguintes, o que Omokaro descobriu é que a maldição não era resultado do ato de bruxaria. Mas da violência do crime organizado que, para cobrar a suposta dívida, estava disposto a tudo, até mesmo a subornar o chefe do vodu para que a ameaça tivesse uma dimensão espiritual. Hoje, esses grupos controlam a rota de milhares de imigrantes que chegam até a Europa, num comércio milionário de seres humanos. Pelo caminho, esses sonhos são transformados em tortura, mortes e esvaziado.

Omokaro, uma das raras meninas que conseguiram escapar dos grupos criminosos, acabou contando ao Estado o que viveu



NA WEB
Entrevista. Falta
responsabilidade a
países da UE
estadao.com.br/en/imigrantes

desde sua saída da Nigéria. Escondida na Itália e protegida por associações, seu relato é usado pelas autoridades para tentar identificar as redes do tráfico e montar operações.

No caso de Omokaro, seu primeiro destino e promessa de um trabalho apontava para Moscou. Sem nem saber muito bem onde ficava a cidade, a garota embarcou em um avião na Nigéria, ainda em 2015. "Disseram que eu ia trabalhar num salão de beleza. Mas já no aeroporto de Moscou fui detida e deportada", disse.

De volta à sua cidade, ela descobriu que os organizadores de sua viagem não estavam dispostos a desistir. "Fui convencida de que teria mais sorte indo para a Itália, usando uma rota que passaria pela Líbia", disse. Mas logo percebeu que a insistência não tinha nenhuma relação com seu sonho. "Hoje sei que o que eles queriam era que eu pagasse pela viagem frustrada para Moscou e ainda acumulando

O pesadelo começou somente depois, quando Omokaro chegou a Trípoli, em meados do ano passado. "Fui levada para uma casa e passei a ser forçada a me prostituir diariamente. Era torturada também quando me recusava a trabalhar e trancada. Eu nem via o dinheiro, que ia direito do cliente às pessoas que controlavam o local. Eu não sabia nem quanto eu valia. Quando perguntava o motivo de minha exploração, me diziam que era para eu pagar a minha dívida. Ali entendi que aquele emprego que me tinham prometido não existia e eu seria uma prostituta também na Europa", disse.

A nigeriana contou que pediu para não continuar a viagem. Mas lhe disseram que, dali, não existia mais forma de retornar. Afinal, sua suposta dívida já chegava a € 50 mil.

Na noite de 17 de novembro de 2016, com os olhos vendados, ela seria levada com outras meninas a um barco e informada de que, assim que conseguisse seus documentos no centro de acolhimento em Lampedusa, na Itália, deveria telefonar para a pessoa de contato na Europa. "Vi gente que morreu no meu barco", comentou.

Seria essa pessoa de contato que a levava a outros locais de prostituição. "Eu me recusei a fazer isso e, quando cheguei na Itália, contei aos policiais sobre minha situação", disse. Mas foi ali que a segunda parte do pesadelo começou. "Minha família passou a ser ameaçada e minha mãe terminou no hospital após ser agredida", contou. Omokaro decidiu resistir e não ceder. "Eu não sou prostituta. Sou vítima", insiste.

PARA ENTENDER

Crise se agrava a partir de 2011

A Europa sempre recebeu imigrantes. No entanto, a partir de 2011, o fluxo se intensificou, causando uma grande crise no continente. As razões, de acordo com a ONU, são conflitos em andamento na África, no Oriente Médio e na Ásia, especialmente a guerra civil na Síria e a atuação do Estado Islâmico. Até o ano passado, a rota preferencial de entrada era pela Grécia, mas um acordo entre União Europeia e Turquia asfixiou o fluxo migratório pelo Mar Egeu. Com isso, alternativa mais viável foi a Líbia, que vive em estado de anarquia desde a queda de Muamar Kadafi e onde os contrabandistas chegam a faturar até € 1.000 por imigrante embarcado. Segundo estudo da Europol, quase 40 mil pessoas são suspeitas de envolvimento no tráfico, que movimentou até € 6 bilhões por ano.

reiro deste ano, sua mãe morreu. "Minha família foi informada de que aquela morte era parte da maldição. Mas eu não acredito. Foi a violência dos criminosos que a deixou tensa e, com problema de pressão, acabou não resistindo", disse, com voz embargada. Mas ela admite que sua vontade de sair da Nigéria custou "muito caro" para toda a família.

ses como "Glória a Jesus", o portão imponente da nigeriana contrasta com sua voz tímida. "Hoje só quero aprender italiano e conseguir um trabalho. Não recomendo a ninguém na Nigéria tomar o caminho da Europa. Ninguém", insiste.

Se ela optou por se arriscar e fugir, muitas não escapam das redes de traficantes. Para cada programa, cobram apenas € 50, o que transforma a dívida de € 50 mil em um calvário.

Em Asti, num dos bares usados como ponto de prostitutas nigerianas, poucas são as que querem falar de como chegaram até ali. Muito menos se aquilo era uma escolha. "Agora já estamos aqui", lamentou uma delas.

Em Genebra, a reportagem do Estado encontrou duas prostitutas nigerianas que, depois de um ano na Itália, foram transferidas para a Suíça. Ambas contaram que sempre desconfiavam que as promessas de emprego não eram reais.

"No fundo, eu sabia. Mas você sabe onde é que vivíamos? Sabe como é viver todos os dias sob a ameaça de um dia ver o Boko Haram chegar?", questionou uma delas, que apenas disse se chamar "Star". Ela se referiu ao grupo radical que busca a imposição da sharia (lei islâmica) no norte da Nigéria e cometeu vários atentados no país.

A menina, que afirma ter 21 anos, evitou responder sobre o que permitiu sua transferência para a Suíça. "Acho que fui promovida", brincou.

"Agora, é reunir dinheiro suficiente e sair dessa vida", disse, olhando contra a luz para as bolhas de seu copo de champanhe que, assim como sua dívida, pa-

Zoom na matéria:

"No fundo, eu sabia. Mas você sabe onde é que vivíamos? Sabe como é viver todos os dias sob a ameaça de um dia ver o Boko Haram chegar?", questionou uma delas, que apenas disse se chamar "Star". Ela se referiu ao grupo radical que busca a imposição da sharia (a lei islâmica) no norte da Nigéria e cometeu vários atentados no país.

14 de agosto de 2017: nenhuma menção

15 de agosto de 2017: nenhuma menção

16 de agosto de 2017: nenhuma menção

17 de agosto de 2017: nenhuma menção

18 de agosto de 2017: nenhuma menção

19 de agosto de 2017: nenhuma menção

20 de agosto de 2017:

Matéria 47: Menciona a Nigéria e a Somália.

Notícia por Jamil Chade. Página 14.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Refugiados ocupam Vila Olímpica de Turim

Com más condições de infraestrutura e higiene, imigrantes se adaptam ao local

Jamil Chade

BRASIL, 14 DE AGOSTO DE 2017

Construída para hospedar pessoas de diferentes nacionalidades, abandonada e sem manutenção, a Vila Olímpica de Turim, nos anos 60, recebeu milhares de refugiados para os Jogos de Inverno de 2006, passou a ser ocupada por imigrantes de vários países africanos. Hoje, com condições de infraestrutura precárias, os refugiados vivem em condições precárias. Mas, apesar disso, os imigrantes não se rendem e lutam por melhores condições de vida. No lugar de atletas e artistas da patinação no gelo, somalis, nigerinos e libios moram no local, em meio a precárias condições de higiene. Os quatro prédios ocupados foram invadidos inicialmente em 2013, quando acampamentos foram desmontados pelas autoridades italianas. No entanto, o que era um ato isolado de resistência por parte de alguns ganhou uma nova dimensão nos anos seguintes e hoje imigrantes querem provar que poderiam dar um exemplo de autogestão.

De acordo com as autoridades, uma ordem judicial decretou o despejo e a cidade garantiu a reocupação que tem planos para reutilizar o local. No entanto, o governo local rechaça em um problema onde o custo de mais de 1,2 mil pessoas que moram ali. Para muitos dos imigrantes, os prédios estão em condições melhores que as condições abandonadas em que eles tentam sobreviver no centro de Turim, enquanto se preparam um trabalho para obter benefícios sociais. Mas, além disso, os imigrantes não se rendem a um projeto fracassado. Por serem tão construídos a toque de caixa para o evento de 2006, a maioria não foi construída com qualidade e hoje a infraestrutura está profundamente deteriorada. Sem os cuidados da cidade e com moradores sem recursos, são frequentes os problemas elétricos, de abastecimento de água e saneamento básico. Por fora, a pintura oxidada e os telhados vazados fazem com que os prédios não tenham condições para viver. No entanto, os imigrantes não se rendem e lutam por melhores condições de vida. No lugar de atletas e artistas da patinação no gelo, somalis, nigerinos e libios moram no local, em meio a precárias condições de higiene. Os quatro prédios ocupados foram invadidos inicialmente em 2013, quando acampamentos foram desmontados pelas autoridades italianas. No entanto, o que era um ato isolado de resistência por parte de alguns ganhou uma nova dimensão nos anos seguintes e hoje imigrantes querem provar que poderiam dar um exemplo de autogestão.



ONDE FICA



Um gueto com regras próprias e relatos de abandono

Assim como os atletas de 2006, os refugiados que vivem hoje na Vila Olímpica de Turim também têm de seguir um regulamento. Quem faz as regras são os próprios moradores que ocupam de forma ilegal aquele que foi transformado em um cortiço. Santa Maria, jovem somali, é um dos líderes. "Aqui não é nossa casa. É apenas um local de passagem e todos esperamos um dia ter uma vida diferente", diz ela. "Mas, enquanto isso, temos de fazer o melhor possível para que seja habitável. O que se faz com os imigrantes na Europa não pode ser explicado por palavras". Nos últimos anos, muitos pessoas a partir de março de 2017.

Abandono. Edifícios e outras estruturas abandonadas para os Jogos de Inverno de 2006 não têm manutenção e grupos neofascistas atacam com frequência

Assim como muitos dos que estão no complexo de prédios, o complexo também atravesou o Mar Mediterrâneo em uma fuga desesperada. "Lá fora, quem que nasceu em Itália, mas cresceu na Líbia, então, mas especialmente que um dia foram ocupados pela elite do esporte mundial, hoje se encontram de 10 a 15 pessoas. "Jamais pensei que um dia moraria na Vila Olímpica", diz ela.

Abandono. Edifícios e outras estruturas abandonadas para os Jogos de Inverno de 2006 não têm manutenção e grupos neofascistas atacam com frequência

Abandono. Em um cenário realista pelos pesquisadores Egidio Deonoro, Alfredo Mada e Cristiano Rosignoli, o que chama a atenção é o legado da Vila Olímpica, que ocupa 300 mil metros quadrados. "Infelizmente, ficou evidente que os prédios que abrigam os atletas estavam em um estado de abandono, o que os impedia de gerar uma nova identidade", constataram. Após os Jogos, o local teria a função de abrigar lojas, bares e cafés. Como vem sendo o destino de muitas instalações Olímpicas como Sochi, Rio e Atenas, Turim também foi um fracasso. No lugar de bandei-

Zoom na matéria

No lugar de atletas e artistas da patinação no gelo, somalis, nigerinos e libios em busca de sobrevivência moram no local, em meio a precárias condições de higiene. Os quatro prédios ocupados foram invadidos inicialmente em 2013, quando acampamentos foram desmontados pelas autoridades italianas. No entanto, o que era um ato isolado de resistência por parte de alguns ganhou uma nova dimensão nos anos seguintes e hoje imigrantes querem provar que poderiam dar um exemplo de autogestão.

Zoom na matéria:



Havia duas outras fortes opções, o Sudão do Sul e o Mali, na negociação que passa pela Secretaria-Geral da organização e pelo Conselho de Segurança, em Nova York. Segundo o Ministério da Defesa, ambas tiveram baixa aceitação, “por questões de logística e risco alto”. As conclusões são referenciadas pelo Projeto Seta, um estudo do MD que avalia por pontos específicos as implicações e demandas para o atendimento de cada provável local de participação.

Mês de Setembro de 2017:**01 de Setembro de 2017:** não há menção**02 de Setembro de 2017:** não há menção**03 de Setembro de 2017:**

Matéria 49: Menciona a Nigéria.

Nota sem autoria. Página 13.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

NIGÉRIA
Ataque do Boko Haram a campo deixa 11 mortos
Ao menos 11 pessoas morreram e 2 ficaram feridas em um novo ataque do Boko Haram em um acampamento de refugiados em Banki, no nordeste da Nigéria. Os jihadistas entraram à noite no acampamento, que aloja mais de 45 mil pessoas, e atacaram com facas.

04 de Setembro de 2017: não há menção**05 de Setembro de 2017:** não há menção

06 de Setembro de 2017:

Matéria 50: Menciona a Nigéria.

Nota sem autoria. Página 12.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos



07 de Setembro de 2017: nenhuma menção

08 de Setembro de 2017: nenhuma menção

09 de Setembro de 2017: nenhuma menção

10 de Setembro de 2017: nenhuma menção

11 de Setembro de 2017: nenhuma menção

12 de Setembro de 2017: nenhuma menção

13 de Setembro de 2017: nenhuma menção

14 de Setembro de 2017: nenhuma menção

15 de Setembro de 2017: nenhuma menção

16 de Setembro de 2017: nenhuma menção

17 de Setembro de 2017: nenhuma menção

18 de Setembro de 2017: nenhuma menção

19 de Setembro de 2017:

Matéria 51: Menciona a Somália e o Iêmen.

Notícia por Associated Press (AP). Página 10.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)


2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

Crise migratória

APELO DE ILEGAIS À 'CRIANÇA' TRUMP

Refugiados alugam casa em que líder viveu

A casa onde o presidente dos EUA, Donald Trump, viveu até os 4 anos em Nova York recebeu novos ocupantes no fim de semana: refugiados que compartilharam suas histórias para chamar atenção para a crise migratória às vésperas da Assembleia-Geral da ONU, na qual o republicano fará sua estreia. O imóvel de três andares no Queens foi construído pelo pai do magnata, Fred, em 1940, e está disponível no site Airbnb ao custo de US\$ 725 a diária. A ONG antipobreza Oxfam alugou a residência no sábado e convidou quatro refugiados para passar o dia no local e conversar com jornalistas. "Queremos enviar uma mensagem forte para Trump e os líderes mundiais de que eles devem fazer mais para receber os refugiados", disse Shannon Scribner, diretor da Oxfam. Em um quarto no andar superior, Eiman Ali, de 22 anos, observava uma cópia do livro *Trump: A Arte da Negociação* em uma mesa e questionava sobre o residente anterior da casa. "Saber que Donald Trump esteve aqui aos 4 anos me faz pensar onde estava com a mesma idade", disse Eiman, usando um hijab cinza escuro. No fim do corredor, o sírio Ghassan al-Chahada, de 41 anos, que chegou aos EUA como refugiado com sua mulher e três filhos, em 2012, estava sentado em um quarto com uma placa indicando que se tratava do cômodo usado por Trump. "Antes, tínhamos o sonho de vir para os EUA", disse Chahada, que lamenta o decreto de Trump barrando a entrada de sírios no país. "Desde que Trump foi eleito, não me arrisco a deixar os EUA e, depois, não ser autorizado a voltar."/AP



Campanha. Refugiados da Somália (E), Vietnã, Síria e Iêmen

20 de Setembro de 2017: nenhuma menção

21 de Setembro de 2017:

Matéria 52: Menciona a Nigéria.

Artigo subscrito pelos chanceleres de África do Sul, Áustria, Brasil, Irlanda, México e Nigéria. Página 14.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.c. – não relacionadas à crise humanitária e seus efeitos

Artigo

Caminho para um mundo sem armas nucleares

Em documento, Brasil, África do Sul, Áustria, Irlanda, México e Nigéria defendem um mundo livre de arsenais de destruição em massa

Em julho, a comunidade internacional chegou a um acordo histórico para proibir as armas nucleares. Nossos seis países têm orgulho de terem participado desse esforço desde o primeiro momento.

Armas de destruição em massa são cruéis e indiscriminadas. Elas provocam devastação em massa e perdas inaceitáveis de vidas. Mais de 70 anos depois de Hiroshima e Nagasaki, as Nações Unidas decidiram adotar instrumento jurídico vinculante que, de uma vez por todas, proíba essas armas.

Após décadas de paralisia das negociações multilaterais para o desarmamento nuclear, o novo tratado, que foi aberto para assinaturas em 20 de setembro, representa grande mudança de paradigma na forma com que a comunidade internacional tem enfrentado uma ameaça verdadeiramente existencial contra a vida no planeta.

Ao proibir a única categoria de armas de destruição em massa ainda não sujeita a uma interdição global, o acordo busca estigmatizar a posse de armas nucleares. A existência de aproximadamente 15 mil ogivas nucleares com mais de 4,5 mil megatons de energia destrutiva – suficiente para destruir o planeta várias vezes – é um forte alerta de nossa vulnerabilidade coletiva e da necessidade urgente de proibir e eliminar essas armas atrozes como a única forma de assegurar que elas nunca serão usadas novamente.

O tratado reflete o crescente consenso por parte da comunidade internacional de que armas de destruição em massa não são capazes de aumentar a segurança nacional ou internacional nem de servir a doutrinas militares do século 21.

O novo tratado se baseia na firme convicção de que qualquer uso de armas nucleares repugnaria aos princípios da humanidade e aos ditames da consciência pública. Constitui o resultado lógico das discussões sobre os impactos humanitários das armas nucleares, realizadas sob a égide da Iniciativa Humanitária. Sua principal conclusão foi a de que a guerra atômica e o direito internacional humanitário se excluem mutuamente.

Em poucas palavras, as consequências devastadoras de qualquer detonação nuclear – ainda mais de uma guerra nuclear – teriam implicações extremamente severas para o meio ambiente, a economia, o desenvolvimento socioeconômico, a segurança alimentar e a saúde global, ameaçando a própria sobrevivência da humanidade.

O Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares é consistente e complementar ao Tratado sobre Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que obriga todos seus Estados-partes a se engajarem de boa-fé e concluírem negociações com vistas ao desarmamento nuclear em todos os seus aspectos, sob controle internacional estrito e efetivo.

Ao estabelecer uma proibição universal das atividades centrais relacionadas às armas nucleares, o novo instrumento contribui para a implementação do TNP e fortalecimento do regime internacional de desarmamento e não proliferação nuclear existente. Abre um caminho para que Estados que possuem ou abrigam armas nucleares possam aderir ao tratado quando estiverem prontos por meio de um processo de desarmamento nuclear verificável, irreversível e com prazo determinado.

A fim de levar em consideração as posições desses países, o tratado não especifica os detalhes desse processo, mas prevê que arranjos adicionais deverão ser acordados no contexto da futura adesão de Estados possuidores de armas nucleares.

Com a adoção desse texto, em julho, as Nações Unidas enviaram mensagem robusta de que os Estados precisam reconsiderar o papel das armas nucleares nas doutrinas de segurança e trabalhar com vistas ao objetivo de um mundo mais seguro para todas as nações. A única forma de garantir que as armas nucleares não sejam jamais usa-

das em nenhuma circunstância é por meio de sua total eliminação e da garantia juridicamente vinculante de que nunca serão produzidas novamente.

Impulsionados por um forte sentido de responsabilidade e urgência, África do Sul, Áustria, Brasil, Irlanda, México e Nigéria, como integrantes de um grupo de mais de 120 países, estão convencidos de que, no presente contexto de segurança, não existe espaço para procrastinação. A humanidade não pode se dar o luxo de esperar o “momento certo” para acabar com as armas nucleares.

Gostaríamos também de reconhecer a contribuição essencial da sociedade civil para o processo. Permanecemos empenhados em fazer o nosso melhor para alcançar objetivo mais elevado de um mundo livre de armas nucleares. Nossos seis países concluíram toda a comunidade internacional a se juntar a nós nesse esforço crucial para a sobrevivência da humanidade.

* ARTIGO SUBSCRITO PELOS CHANCELERES DE ÁFRICA DO SUL, ÁUSTRIA, BRASIL, IRLANDA, MÉXICO E NIGÉRIA

Zoom na matéria:

Em documento, Brasil, África do Sul, Áustria, Irlanda, México e Nigéria defendem um mundo livre de arsenais de destruição em massa

Impulsionados por um forte sentido de responsabilidade e urgência, África do Sul, Áustria, Brasil, Irlanda, México e Nigéria, como integrantes de um grupo de mais de 120 países, estão convencidos de que, no presente contexto de segurança, não existe espaço para procrastinação. A humanidade não pode se dar o luxo de esperar o “momento certo” para acabar com as armas nucleares.

22 de Setembro de 2017: nenhuma menção

23 de Setembro de 2017: nenhuma menção

24 de Setembro de 2017:

Matéria 53: Menciona o Iêmen.

Artigo de opinião por Lourival Santana. Página 12.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

The image shows a newspaper page with the following content:

- Header:** A12 Internacional, DOMINGO, 24 DE SETEMBRO DE 2017, R\$ ESTADO DE S. PAULO.
- Author:** LOURIVAL SANTANNA, ENVIADO ESPECIAL DE BRUXELAS.
- Title:** Europa é tábua de salvação
- Text:**

Quando a França optou, a Europa pagou um sacrifício. O tratado com base em princípios de "Anexo 1" do Tratado de Amsterdã, refere o mundo do final do século 20 e início do 21, quando as sucessivas revoluções francesas e europeias sobre o continente. De acordo com o tratado, o Acordo de Paris, o Acordo de Amsterdã e o Acordo de Lisboa, a vitória da União Democrática Cristã (UDC) deve garantir um quarto mandato para o candidato Angela Merkel, no entanto, a UDC não conseguiu o suficiente para ser eleita. O tratado prevê a suspensão da zona comum.

O tratado prevê um período de 12 meses de negociações para a adoção de uma nova constituição. O tratado prevê a suspensão da zona comum.

Do ponto de vista externo, a diferença mais importante entre SPD e FDP está na realização dos acordos de paz com a defesa, defendida pela CDU e pelo FDP. A Alemanha deu um apoio à França, a França deu um apoio à Alemanha. O tratado prevê a suspensão da zona comum.
- Image:** A grid of 10 real estate listings with photos and descriptions for properties in various neighborhoods like Bela Vista, Brooklin, Campo Belo, etc.

Zoom na matéria:

Mas Trump argumenta que o Irã está violando o seu “espírito”, ao desenvolver mísseis e apoiar o regime de Bashar Assad na Síria, a milícia xiita libanesa Hezbollah e os rebeldes houthis no Iêmen.

25 de Setembro de 2017:

Matéria 54: Menciona o Iêmen e a Somália.

Notícia por Reuters e Agence France Presse (AFP). Página 11.

Categoria 2 – Matérias que citam os países analisados (Iêmen, Sudão do Sul, Nigéria e Somália)

2.b. – relacionadas indiretamente à crise humanitária e seus efeitos

EUA incluem Venezuela em veto de viagem

WASHINGTON

O governo dos Estados Unidos incluiu cidadãos da Venezuela, Coreia do Norte e Chade no decreto que restringe a entrada de estrangeiros no país, que vem sendo contestado na Justiça federal americana. Enquanto a proibição para Chade e Coreia do Norte se aplica a todos os cidadãos, no caso venezuelano apenas membros do governo chavista e seus parentes estão proibidos de entrar em território americano.

As restrições entram em vigor em 31 de outubro, segundo o governo americano, a decisão foi tomada pela falta de cooperação desses países com Washington.

O decreto original de Trump assinado em fevereiro tinha como alvo apenas países de maioria muçulmana, como Síria, Iêmen, Somália, Iraque e outros. Derrubado na Justiça, ele foi reeditado meses depois, com a exclusão do Iraque e sem menção a grupos religiosos, prevenindo exceções para portadores de green card (visto de permanência) e pessoas com família nos Estados Unidos.

*A Coreia do Norte não coopera com os Estados Unidos de maneira alguma para fornecer informações solicitadas", disse uma fonte da Casa Branca, que reconheceu que o número de norte-coreanos que visita os Estados Unidos é baixo.

* No caso da Venezuela, o governo americano tem impiedosamente uma série de sanções contra líderes chavistas, entre eles o presidente Nicolás Maduro, que teve os bens no país congelados, além de ministros e juizes da Suprema Corte. Além disso, a Casa Branca publicou no mês passado um decreto proibindo bancos de fazer negócios com a Venezuela. [REUTERS e AFP](#)

Zoom na matéria:

O decreto original de Trump assinado em fevereiro tinha como alvo apenas países de maioria muçulmana, como Síria, Iêmen, Somália, Iraque e outros. Derrubado na Justiça, ele foi reeditado meses depois, com a exclusão do Iraque e sem menção a grupos religiosos, prevenindo exceções para portadores de green card (visto de permanência) e pessoas com família nos Estados Unidos.

26 de Setembro de 2017: nenhuma menção

27 de Setembro de 2017: nenhuma menção

28 de Setembro de 2017: nenhuma menção

29 de Setembro de 2017: nenhuma menção

30 de Setembro de 2017: nenhuma menção